

CAETTÉ

“PEQUENINA E ILUSTRE”

Autora: Helena Lima Santos

CAPITULO I

Origem e antiguidade de Caetité. As fazendas e a forma o do povoado. Cria o da Freguesia. Cria o da Vila. Eleva o a cidade.

As terras dessa região foram alcançadas pelo movimento colonizador baiano, que teve em Antônio Guedes de Brito, fundador da Casa da Ponte, "Mestre de Campo e Regente do S. Francisco", um dos seus maiores representantes, rivalizando com a Casa da Torre.

As sesmarias da Casa da Ponte alcançavam 160 léguas "desde o morro dos Chap us até a nascente do rio das Velhas".

Também  s Bandeiras Paulistas se deve a coloniza o da região, tendo elas chegado com a expedi o de Matias Cardoso de Almeida, "Mestre de Campo e Tenente General", que, vindo por terra, em 1690 estava às margens do S. Francisco baiano, para combater o gentio e obteve para si e mais 18 companheiros uma sesmaria de 80 léguas de terra "com obriga o de colonizá-la no prazo de 5 anos". (1)

Desses companheiros, ficou conhecido, na região, o padre Antônio Filgueiras que se estabeleceu nas cabeceiras do rio das R s, "os currais de Filgueiras", como eram conhecidos nos roteiros.

Nas imedia es da cidade já se achava estabelecido, em começos do século XVIII, o Capitão Estevão Pinheiro. O sítio de Estevão Pinheiro   citado no Roteiro de Quaresma, de 1730, como "um dos melhores sítios que achei por este sertão com hua mui grande roça e horta com laranjeiras e limões e toda a hortaliça, água e pastos convenientes, por onde se chega vindo do Rio das Contas, se passa um riacho e se carrega a direita que logo se vai as cazas a esquerda".

O padre Luiz Gonzaga Dialler, alemão, sacerdote jesuíta do colégio S. Luiz Gonzaga, que funcionou na cidade de 1912 a 1924, foi grande pesquisador da história e da geografia da região. Era uma cultura; levantou o mapa do Sul do Sertão da Bahia, que foi editado em 1925, naqueles tempos de mapas tão escassos e deficientes; também levantou o mapa de cada freguesia da Diocese; fez estudos cartográficos visando ao melhor caminho a ser percorrido ligando o S. Francisco   ponta dos trilhos da Estrada de Ferro Central da Bahia, além do mapa das fazendas existentes antes e depois da cria o da Freguesia em 1754. Viajava e pesquisava muito, consultando os livros da Freguesia e os autos nos cartórios.

1 — Todas as cita es são de "Bandeiras e Sertanistas Baianos" de Urbino Viana, Cole o Brasileira, Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1936.

Falava-se, na época, ter ele escrito uma História de Caetité, dividida em 3 itens: dos índios, dos antigos e dos atuais moradores, mas a que não dava publicidade pelos muitos segredos desvendados. Nunca conheci alguém que tivesse lido o manuscrito, se é que realmente foi escrito.

Outro grande conhecedor da história de Caetité foi João Gumes (João Antônio dos Santos Gumes) que editou o primeiro jornal do alto sertão, em 1897, e, além de jornalista, foi advogado provisionado e funcionário da Intendência.

Conheci João Gumes quando aqui cheguei, jovem professora, em 1926. Poderia ter sabido por seu intermédio muita coisa interessante, mas naquele tempo ainda não pensava guardar algo para o futuro. Os velhos números d' "A Pena" e notas fornecidas por seu filho Sadi Gumes, são as principais fontes destas anotações. Sadi Gumes é considerado atualmente a pessoa mais bem informada sobre fatos e famílias do passado.

Das pesquisas desses homens, resultou o esclarecimento de muitas dúvidas — pena é que muitas de suas descobertas se tenham perdido para sempre.

Segundo o mapa das fazendas existentes na região em princípios do século XVIII, umas foram possadas pelos paulistas ou por eles doadas, outras foram compradas aos Condes da Ponte. Duas destas fazendas doam de 1710: a de **Caitaté** e a de **Boa Vista**, esta atual distrito de Brejinho das Ametistas; as outras eram: **Brejo das Carnalbas**, do Mestre de Campo Pedro Leolino Mariz, onde "há roçado e engenho de canna", de 1720; **Barrocas** (antiga Umburanas); **Jacaré** (atual Caculé); **Barracão** (Santa Luzia); **São João** (Lagoa Real), datando as quatro últimas de 1735.

Naqueles tempos o que se procurava eram as minas; Caetité não tinha ouro nem salitre; servia para ponto de passagem, descanso e abastecimento de gêneros e como tal se firmou.

Continua neste mesmo destino de "ponto de passagem", agora por outras múltiplas razões. No decorrer de sua história de quase 300 anos, inúmeras foram as pessoas e famílias que aqui chegaram para uma permanência mais ou menos longa e daqui saíram para diversos pontos do país, uma vez chegada a necessidade de partida.

É seu destino de cidade de população flutuante a todos acolher com carinho, dispensando-lhe seu belo clima, seu céu azul, sua paz e tranquilidade, abrigando-os dos perigos e fúrias das paixões nos tempos coloniais, nas lutas da emancipação do Império e educando gerações nos tempos presentes. Há os que vêm realizar o trabalho de sua profissão, magistrados, engenheiros, professores, padres, médicos, funcionários — e regressam quando cessa este trabalho; há os que saem para campos mais vastos, uma vez realizado o ginásio e o curso pedagógico, em busca de emprego ou aperfeiçoamento, e assim famílias inteiras desaparecem da cidade e até as mais tradicionais famílias caetiteenses vão aos poucos mudando-se para os grandes centros urbanos.

As vezes a mudança tem objetivos bastante curiosos, como foi o caso de Júlia Pinto Montenegro, casada com seu primo Marcos Pinto Montenegro, de tradicional família caetiteense. Ficando viúva com poucos recursos, com dez filhos dos quais só três homens, Júlia, espírito enérgico, mudou-se para S. Paulo em 1913 "porque não podia casar aqui sete filhas donzelas". Em 1925, escrevia a um parente que "estava fôrra": tendo casado a última filha, preparava-se para voltar. Não chegou, porém, a completar seu desejo, porque faleceu. (2)

Levar moças para se casarem em São Paulo era costume muito sertanejo; a Escola Normal é que veio modificar esta situação, pela profissão que dá a possibilidade que ensaje, fazendo que o casamento não seja agora o "único amparo para moças pobres".

Também morando em Caetité há quase 50 anos, como os outros, "de passagem", se o tempo e necessidades outras permitirem, quero deixar nestas notas minha homenagem à antiga "Córte do Sertão", terra amiga e acolhedora.

Os caetiteenses têm uma expressão vagamente pejorativa para designar esta população flutuante; é um **Forastreiro**, isto é, não é um filho da terra. Tem também outra expressão muito significativa: **caneteiar**, isto é, alguém usar a caneta para alguma notícia, denúncia ou pedir providências, porque a pena é a sua arma, não sendo, por tradição, costume e civilização, afeito aos desforços pessoais e, antigamente, às lutas políticas armadas, tão constantes no sertão, antes da revolução de 1930.

O caetiteense é muito bairrista; sai de sua terra porque a necessidade obriga, mas não há terra no mundo que se compare à sua; longe de Caetité, **morre** de saudades, vindo sempre em visita aos parentes, amigos ou simplesmente à terra. É muito significativa a carta de um sampauleiro publicada n' "A Pena" em 1913, escrita a um parente:

Compadre Eusébio. O lugar danado! eu não falo bem de S. Paulo nunca; quanto saúde vou indo bem, Deus louvado. Compadre Eusébio, o homem que tem família não deve falar pra vir em S. Paulo virá em S. Paulo quem não tem capricho. Compadre Eusébio, não é tão pouco gente comer como porco e dormir como cachorro, é um cativo tirano. Não canso de falar mal do lugar. Compadre Eusébio, antes trabalhar na Bahia a \$500 e a \$1000 do que no S. Paulo a \$5000".

Quanto à antiguidade de documentação, João Gumes encontrou um inventário de 1738, por morte de D. Quitéria, escritura de compra e venda passada pelos Condes da Ponte de Barrinha, "que está encravada no sítio Caitaté", sendo o mais antigo documento conhecido. A propósito, relata o episódio de onde viria o nome da povoação, mas acrescenta que o acha ridículo e não acredita na sua veracidade. É o seguinte: D. Quitéria ao montar um animal espantadiço, foi advertida: "Tu cai Teté!" (3)

Formação do povoado — O núcleo primitivo ainda hoje chamado Caetité Velho — 12 km abaixo da cidade — viu-se logo preterido para o local atual, atribuindo-se a mudança em busca de melhor espaço e aguadas, onde o vale se amplia, regado pelos riachos Pedreiras, Jatobá e Alegre. Ai se formaram várias chácaras ou sítios entre os quais os de **Lagolha** (com o sobrado ainda existente, apesar de muito avariado, na rua Marechal Floriano Peixoto) e o do **Alegre**, no largo do mesmo nome, hoje chamado Praça Rodrigues Lima. Era um aglomerado de pequenos sítios, fazendas e engenhocas, com casas à margem dos carminhos. Diversos padres portugueses aí viviam, dedicando-se à catequese dos índios Tupinaens e Patachos que habitavam a região. Não eram índios Caetés de onde teria vindo o nome de Caetité, como confessou João Gumes: (4) "a ampliação desse erro fui eu próprio o culpado, pois quando o Dr. Francisco Viana, em 1892, Diretor do Arquivo Público da Bahia, incumbido pelo governo de escrever seu

2 — "A Pena" de 1925
3 — "A Pena" de 1921;

precioso livro "Memórias sobre o Estado da Bahia", teve necessidade de informações dos municípios e, como outros, dirigiu-se a este, sendo eu, como Secretário do Conselho, encarregado de responder o seu pedido, cometi o erro palmar de afirmar que Caetité foi uma antiga aldeia de índios Caetés. Tudo que se vê sobre Caetité naquele livro foi dado por mim que incorri dest'arte para a voga que foi dada desde então a essa errônea origem do nome de minha terra.

"Também cometi o erro de informar que a fundação do nosso povoado foi por uns Carvalhos. Tendo uma minha ascendente já velha me dito que a imagem de Santana hoje existente na Catedral foi oferecida pelo Capitão Carvalho, atribui a este a fundação da Caetité. Anos depois conheci meu engano. O Capitão Carvalho era um fazendeiro riquíssimo que possuía enormes latifúndios, gados, escravos e ouro e era muito devoto da Santa. Como a antiga imagem fosse pequena, mandou buscar a existente e ofereceu à igreja. Residia no "Azevedo", distrito de Umburanas (Quiripá) e faleceu há cerca de 80 anos deixando muitos descendentes que residiam no município de Urandi".

O autor confessa seu engano que verifiquei anos depois, quando consultava documentos, como rábula. O padre Dialler deu-lhe inteira razão no reconhecimento do erro.

Formou-se, pois, um aglomerado de casas, um povoado, e como a sede da freguesia ficava a grande distância (Minas do Rio de Contas) construiu-se uma capela sob invocação de Santana, em data incerta, mas muito antes da criação da freguesia.

Sobre a Santa a quem se dedicou a capela é conhecido o episódio de terem sido encomendadas em Portugal duas imagens, uma de N. Senhora, para Caetité, e a de Santana, para Riacho de Santana. Houve troca e aconteceu vir a de Santana parar aqui, e a de N. Senhora Rainha dos Anjos, para Riacho.

Em torno da capela, no mesmo local da Catedral, segundo a tradição, foi esboçada a praça, seguindo-se uma rua que era o caminho de acesso e que é a atual rua 2 de Julho, muito inclinada, com um barranco alto que tornava seu trânsito perigoso, inconvenientemente que só foi aliviado em 1886, quando a Câmara Municipal mandou calçar a rua.

Por Caetité passava o caminho para Goiás; quando, em 1755, o Conde dos Arcos, que se achava naquela província, teve de vir para Salvador, nomeado Governador Geral, passou por aqui. Então, como o padre Dialler verificou, hospedou-se no sobrado da fazenda Alegre, quase como hoje se encontra (1974) e que era a única residência que podia hospedar tão ilustre personagem.

Este sobrado pertencia a um português de sobrenome Gondim, que o construiu para sua morada.

Criação da Freguesia — Em 1754, por Alvará Régio e Provisão do 8.º Arcebispo do Brasil, D. José Botelho de Matos, foi o arraial de Santana elevado a Freguesia destacada da de Minas do Rio de Contas, passando a capela a servir de Matriz, depois de passar por uma reforma "condizente à sua dignidade".

Fizeram parte da Freguesia de Santana de Caetité, dela se destacando aos poucos para se constituírem novos núcleos de população, os arraiais e capelas de N.S. do Rosário de Canabrava, Santo Antônio das Duas Barras, São Sebastião do Amparo das Umburanas, N.S. do Amparo das Almas, N.S. Mãe de Deus e Mãe dos Homens, Santo Antônio da Barra, São Sebastião do Cisno e Bom Jesus dos Meiras. Destas

freguesias, atualmente, só a de Canabrava (Caldeiras) faz parte da de Caetité; é um distrito administrativo do município; as demais constituíram os antigos municípios de Urandi (Duas Barras), Umburanas (Quiripá), Jacaraci, Palmas de Monte Alto, Condetuba, Caculé e Brumado.

Criação da Vila — Em 1801, contando o arraial de Santana do Caetité mais de 100 casas de telha e cerca de 1.018 habitantes, dirigiram-se estes ao Vice-Rei D. Fernando José de Portugal e Castro, Marquês de Aguiar, pedindo a elevação da freguesia à categoria de vila, cujas despesas correriam por sua própria conta.

Esta pretensão foi combatida pela vila do Rio de Contas, sob alegação de quebra de integridade de seu território e diminuição de suas rendas e foi causa da demora de sua instalação. A vila foi criada em 1803 com o nome de **Vila Nova do Príncipe e Santana de Caetité**; sua instalação porém só se verificou em 1810, no dia 5 de abril, em solenidade presidida pelo Desembargador Antônio Gabriel Henrique Pessoa, Ouvidor da Comarca de Jacobina, que veio especialmente para este fim e empossou as primeiras autoridades, os **Juízes Ordinários**: Antônio Caetano Vilas-Boas e Francisco de Brito Gondim; **Vereadores**: José Domingos da Silva, José Joaquim Ribeiro e Manoel da Silva Pereira; **Procurador da Câmara**: Antônio de Souza Maciel; **Escrivão**: João Germano da Mata; **Tabellão**: Nicolau de Souza Costa. O escrivão dos autos da criação da vila foi o da Ouvidoria Geral, Bernardino de Sena Ferreira Costa.

A nova vila teve os limites da freguesia ficando-lhe pertencendo mais "dois pedaços nas Freguesias de Rio Pardo e Morrinhos cujo termo era pertencente ao Rio das Contas e isto por não pedir boa Razão que as Justissas daquela Villa tendo de fazer diligências nas ditas duas Freguesias atravessassem o Termo da nova Villa". (5)

A despesa da instalação da vila foi de 668\$200.

No mesmo dia 5 de abril foi erguido o Pelourinho "defronte do terreno em que se ha de erigir a Casa da Camara e a Cadeia, mandou o Ministro Desembargador para mayor magnificencia desta Villa e signal em que era o lugar da Praça, levantar o Pilourinho o que logo executou com aclamações dos mesmos moradores, na forma em que pratica em similhantes creações de Villas a que procedeo o Ministro dizendo em altas e intelligiveis vozes: Viva S. A. Real o Principe Regente Nosso Senhor". (6)

Custou a sua instalação a quantia de 10\$240.

Os trabalhos da criação da vila duraram alguns dias, por serem necessárias providências diversas para ser estabelecido todo o mecanismo administrativo e judiciário.

Foi aplicado à nova vila o Código das Minas, com grande desgosto de seus habitantes, que, em sua representação, falavam apenas ser "o terreno mais proprio para plantação de algodões e criação de gados vacuns e cavallares que por isso prezenemente abunda em hum avultado giro de negocio, com uma indizível exportação de generos do Paiz". (7) Mas as terras, resolveram as autoridades, pertenciam a Rio de Contas, zona de mineração.

No dia 6 de abril "se abriu os Pilouros" (cada um dos serviços públicos em que se dividia a administração); no dia 9 deu-se posse aos Juizes e Vereadores, estabeleceram-se as rendas da Câmara e se fizeram as Posturas, sendo a primeira do seguinte teor:

5 — Ata da criação da vila

6 — Ata da instalação do Pelourinho

7 — Representação dos habitantes pedindo a criação da vila

"Requerer o Procurador da Câmara e assentou esta Nobreza e Povo o seguinte — Que se demarque meia légua em quadro, ficando o Pilourinho servindo de Ponto Central para dentro deste terreno os moradores Erigirem Cazas e se servirem das Lenhas para suas cozinhas, sem que os chamados possuidores desse terreno possam impedir" (8)

A segunda audiência pelo Ouvidor Geral de Jacobina que era então Francisco Rodrigues Carneiro, foi em 1814, sendo Juiz ordinário António da Silva Prado e já se escrevia Caeté.

O Pelourinho — Foi levantado no mesmo dia da criação da vila; constava de um pilar que sustentava o poste de enforcamento. Não se sabe ao certo quantas execuções nele se realizaram; segundo alguns não foram muitas; certa mesmo foi a do escravo que assassinou o dr. Zama, em 1834.

Em uma noite do ano de 1842 foi incendiado o poste, sem que se apurassem os culpados, apesar da devassa realizada. Então a Câmara deliberou mandar demolir o que restava, deixando um quadrado de pedras lavradas para servirem de demarcação da meia légua em quadro, conforme se verifica no livro da Vereança da Câmara e Termo da demolição em 16 de janeiro de 1843.

Com o passar dos anos foi este quadrado sendo soterrado pelas areias, de modo que só em 1923 com as obras de aplainamento desta parte da praça, foi encontrado. Atualmente (1975) só resta uma pedra no local, tendo as outras desaparecido. Uma delas estava no antigo Museu da Escola Normal.

A Cadeia — Por ocasião da criação da vila foi escolhido o local onde seriam edificadas a Cadeia e a Casa da Câmara, na praça "em hum terreno que fica ao lado da Matriz do mesmo arraial pertencente a D. Lourença de Brito Gondim e os herdeiros do fallecido Capitão Manoel Filho de Carvalho". A casa de D. Lourença ficava onde é hoje a loja e residência de Luís Gumes. Na Vereação de 1812 o Juiz Ordinarío ponderou que o local escolhido era estreito, pois, tendo a cadeia a ser construída de ocupar 70 palmos de frente e mais 20 para duas passagens dos lados, seria necessário desapropriar as casas vizinhas. Para evitar a grande despesa foi votado e aprovado que se construísse a Cadeia no Largo do Severino "onde havia espaço suficiente e desocupado". As obras foram orçadas em 20.000\$000, em 1838.

O Largo do Severino, actual praça Dr. Deocleciano Teixeira, também chamado Largo da Cadeia, era assim chamado porque no local que é hoje a Prefeitura — e onde foi sucessivamente, residência de Belarmino Bilu e depois Usina de luz — havia o famoso botequim do Severino, onde se bebia, dançava e jogava todos os dias. Foi aí que o escrívão da Câmara da época, gastou os dinheiros públicos e, sendo processado, refugiou-se na igreja, asilo inviolável e sagrado, e aí ficou cerca de um ano até se livrar do processo.

Enquanto não se construía a cadeia, arranjou-se uma casa "que serve de cadeia com pouca segurança".

A construção, embora pesada, com grossas paredes e grades, não obedeceu às regras da época, quando as cadeias públicas tinham as enxovias abaixo do nível da rua, tal como a de Rio de Contas.

Não se sabe quando foi inaugurada; é o mesmo prédio existente, agora quase em ruínas. Constava das enxovias no térreo, com largo espaço aberto à frente entre as arcadas de onde partia a escada central para as salas do pavimento superior.

8 — Ata da primeira sessão da Câmara.

Em 1965, fez-se uma reforma fechando os arcos e fazendo-se salas com janelas para a Delegacia de Policia; ficou um sobrado comum, quando era, anteriormente, bem bonito e original. Era o prédio antigo da cidade que merecia tombamento; assim como ficou talvez o mereça ainda pelas suas proporções e antiguidade. Não se cuidando logo, o telhado vai desabar. (1974). (9)

Casa da Câmara — A Câmara funcionou provisoriamente na igreja até que, construída a cadeia, passou para as salas do sobrado, mais ou menos em 1840. Aí ficou até 1891, quando o Governo do Estado concedeu uma verba de 5.000\$000 para construção de um prédio próprio. Mas, afinal, comprou-se o sobrado do português Manoel da Costa Negrais, na praça de Santana, que se retirava para S. Paulo com a família Fraga com a qual era aparentado pelo casamento, por apenas 900\$000, sendo adaptado para as funções. Aí funcionou até ser construída a actual Prefeitura na administração Ovídio Antunes Teixeira (1949/1950).

No prédio da praça funcionou então um clube social; foi quando se fez a reforma da fachada, pois era igual ao sobrado existente ao lado. Extinto o Clube, retornou à Prefeitura e, reformado interiormente, é hoje (1974) o Fórum Cezar Zama.

Elevação a cidade — A vila foi elevada a cidade pela Lei 995, de 12 de outubro de 1867.

9 — Uma boa notícia agora em julho de 1975 é a de que o Governo do Estado vai restaurar o prédio para aí ser instalado o Museu da Cidade.

GRAFIA DE CAETITÉ

Palavra de origem indígena significando CAA - mata; ITA - pedra; ETE - terminação usada para indicar grandeza, podendo ser repetida: eté-eté. Repetida assim a palavra Caetité também poderia ser CAA-ETE:ETE, isto é, mata grande. Mas como existe um grande lago em Caetité Velho, justamente local das primeiras instalações, uma grande pedra visível da cidade, é mais lógico supor que o nome certo devia ser CAA-ITA-ETE e, de fato, a grafia primitiva era **Caitatê**; só depois da criação da vila é que veio a se grafar **Caeteté**.

Segundo o cronista de "A Pena", João Gumes, teria sido por influência dos mineiros, da família Gomes de Azevedo, da região de Caetés, Minas; houve até protestos dos mais velhos quando se passou a usar a nova forma. A partir de 1840 não mais aparece o antigo nome de **Caitatê**.

O que não resta dúvida é que o nome é de origem indígena e não proveniente da ridícula história do "tu cal, Teté", nem tão pouco proveniente de uma aldeia de índios Caetés, como erroneamente ainda há quem ensine.

A grafia oficial era **Caiteté** e assim se adotou e escreveu na Escola Normal, quando de sua inauguração em 1926 e já estava se normalizando o costume deixando de aparecer as formas vulgares (**Caeteté**, **Caetité**, **Caitité**) quando o Banco do Brasil inaugurou sua Agência e adotou a forma errada, **Caetité**, que com a força de sua afirmação, veio trazer tal confusão que a própria Escola Normal sucumbiu. Agora cada um escreve como quer, embora as duas formas usuais sejam, a certa: **CAIETE** e a do Banco: **CAETITE**.

C A P I T U L O I I

CAETITE

O desenvolvimento Representações teatrais

Sempre foi da índole dos habitantes de Caetité cultivar as artes. O teatro, antiga forma de diversão, se realizava em palcos improvisados, em qualquer rua ou quintal. Era oferecido ao público, gratuitamente, para comemorar festas religiosas ou cívicas, às custas do festeiro.

No século passado, "no terceiro decênio", os ódios políticos estavam acirrados e havia um destes espetáculos onde estavam presentes as autoridades e sociedade local, quando surge no palco o poeta Manoel Carlos Gouveia que pediu silêncio e recitou um soneto de sua autoria, uma crítica forte aos políticos.

O soneto foi este:

"Da hirca turba vil de vil traidores,
Depois que a Vila fez-se malocada
Muita gente se queixa derrotada
Surgiram as discórdias e os clamores.

Da plateia bodejam os doutores,
Dali vê-se a justiça de côr parda
Dacola berra o capitão da guarda
Exalando do peito maus odores.
Ja foste, Caetité, foste algum dia
Um arraial de pompa prazer culto,
Culta terra de pas e alegria;

Tornou-se em gran tristeza tanto exulto!
Hoje és pasto de terra, és loteria
Vila de hircos, fadistas de vulto!"

Levantou-se terrível celeuma após o recitativo; o poeta conseguiu escapar, sendo depois processado criminalmente pelas autoridades "de côr parda".

Acontece que Caetité, desde os seus primórdios, foi habitada e colonizada por brancos, havendo nítida separação entre o senhor e o escravo. A população escrava nunca foi muito grande no município

que não era minerador, e nos anos que precederam o 13 de maio de 1888, era costume mandar vender escravos em S. Paulo, onde davam bom dinheiro. Em 1871, quando se procedeu à matrícula dos escravos, conforme determinava a lei, seu número era de pouco mais de sete mil. Anos depois, este número era apenas de dois mil. (1) O número de pretos foi diminuído e a sociedade caetiteense não aceita de bom grado "autoridades de côr parda".

O poeta Manoel Carlos Gouveia era mineiro, tendo vindo com a família Gomes de Azevedo. Deixou diversas produções de crítica dos costumes e de humor.

Teatro de Bramão

O ideal caetiteense de possuir um teatro vem de longa data, a começar com o mais antigo local fixo de espetáculos. Daí o desejo de que a nossa cidade possua a sua casa de espetáculos, agora que foi demolido o Teatro Centenário, cujo local continua vago ainda (1975).

O mais remoto local arranjado com toldos e palha foi o teatro de

Bramão.

Em 1859, veio ter a esses sertões um militar argentino chamado Bramon que serviu como major do tirano Rosas, trazendo, um filho e uma filha chamada Ismênia, e aqui fixou residência. Era artista amador e fundou a sua Companhia. Arranjou local certo para as representações que dava com a família, sendo a filha, a jovem e linda Ismênia "o demônio atraente e tentador do teatro de Bramão, vestida bizarra e luxuosamente, dansando, cantando, tangendo a harpa ou declamando com viveza de espírito e reconhecida vocação para a arte, muito jovem, regularmente bela, Ismênia era a alma do teatro de seu pai", segundo crônica de "A Pena".

O local do teatro de Bramão (logo assim aporuguesado) foi em um quintal, na rua 2 de Julho, onde depois foi construída a casa de Frederico Dantas de Castro.

A Companhia Bramão teve um triste fim. Um jovem filho de importante família local, cujo nome não se guardou, raptou a estrela, fugindo com ela, que depois se tornou atriz de "alguma celebridade" no Rio de Janeiro; Bramão foi em busca da filha, morrendo, pobre, em S. Felix.

Mais ou menos por esta época, uma jovem chamada Raimunda Porcina, conhecida pelo nome de Chapadista, esteve algum tempo na cidade, dando representações e "fazendo conquistas" no dizer do cronista. Junto algum dinheiro e foi para as Lavras Diamantinas, onde conseguiu regular fortuna. Dali passou a Salvador, onde organizou uma filarmônica de seus negros escravos, que ficou bastante conhecida na época, na Capital, sempre com o nome de Chapadista.

Teatro União -- S. Caetano

Logo após a retirada de Bregon "uma pleiade de jovens amadores" fundou o Teatro União, constituindo uma sociedade que adquiriu um terreno na rua Barão, onde deu começo a um prédio para exposições permanentes.

1 -- Do "O Sempaleiro", de João Gumes.

Construíram-se duas pequenas salas de frente; no quintal erigiu-se o palco, coberto de telhas, e a plateia, coberta de palha, provisoriamente, e depois, ao ar livre.

Neste local, depois transformado em Talho, depois no Cine Vitória e onde hoje (1975) se encontra a "Loja das Meninas" de Manoel Cardoso Neves (Nôzinho), funcionou o teatro durante muitos anos.

Sobrevindo a guerra do Paraguai, muitos dos jovens amadores seguiram para os campos de batalha. A sociedade modificou-se e a construção foi abandonada. A herva chamada S. Caetano cobriu a caixa do teatro e o povo passou a chamá-lo "teatro S. Caetano", talvez numa irônica alusão ao teatro João Caetano, do Rio.

Por essa época, chega formado e cheio de ideais o jovem poeta dr. Plínio de Lima, que logo levantou o projeto de se construir um verdadeiro teatro: A campanha foi começada com entusiasmo, mas a morte do poeta, ocorrida no ano seguinte, veio interromper o projeto. As representações continuaram no S. Caetano.

Teatro 2 de Julho

Em 1884, a Comissão Permanente dos Festejos de 2 de Julho, tendo à frente Antônio Gumes, fundou uma sociedade dramática e adquiriu o prédio do Mercado que, então, fora transferido para o Largo do Alegre; fizeram-se ligeiras modificações, sendo adaptado para representações, recebendo o teatro o nome de 2 de Julho; no local onde mais tarde se arguiria o Teatro Centenário.

Era pensamento da Comissão construir um edifício mais amplo e apropriado, um verdadeiro teatro. Dispunha de avultada quantia angariada por Plínio de Lima e lhe foi cedido o S. Caetano por uma doação assinada pelo Barão de Caetité, antigo presidente da União e pelo Tenente Caíão Correia de Moraes, Capitão Anselmo da Costa Lima, últimos representantes desta antiga sociedade.

As discussões políticas que antecederam a lei áurea desuniu o grupo; em 1888, morreu Antônio Gumes, que era a "alma" da sociedade, que acabou passando os prédios para a municipalidade.

Teatro Centenário

Já neste século, aproximando-se o centenário da nossa independência, que seria comemorado com grandes festas em todo o país, levantou-se a idéia da construção de um verdadeiro teatro, pois "o par-dieiro estreito, sem luz, sem acústica, desasseado, mais um arremedo do que um teatro" (2) não estava à altura da cidade.

Constituiu-se então a Sociedade Evolutiva da Lavoura, cujo presidente era Durval Púlio de Castro, de todos o mais entusiasta, e com toda a energia se começou a campanha. Os partidos políticos uniram-se na idéia grandiosa, pois a obra seria inteiramente particular, não se contavam com verbas governamentais.

Escolheu-se o local do teatro 2 de Julho, que foi demolido, tendo a Municipalidade cedido o terreno.

Na sua construção, iniciada em 1917, gastou-se a soma de 43:000\$000, tudo de donativos, renda de espetáculos e de quermesses.

2 -- "A Pena" de 6-9-1912

O projeto foi de autoria de João Gumes; a imaginação não teve medida. Pensando no acanhamento e pequenez das casas anteriores, foi projetado um teatro imenso, de altura descomunal, ao jeito dos teatros clássicos; teria duas ordens de camarotes, palco, camarins, tudo amplo.

Inaugurado pelos festejos do 7 de Setembro de 1922, nunca chegou a ser terminado.

O velho teatro Centenário, inacabado embora, era local de representações teatrais; enfeitava a praça com suas elevadas dimensões; passou a pertencer à Prefeitura e funcionou como cine-teatro por longos anos, até ser construído o cine Vitória, na rua Barão, de propriedade de Guilherme Brandão de Castro, o malogrado piloto do desastre do dr. Lauro de Freitas e do Deputado Gercino Coelho, quando da campanha daquele ao governo do Estado, em 1950.

O madeirame do teatro estava firme, paredes perfeitas, quando começou a ação das goteiras, numa ala lateral. Não se cogitou de reparos; foi demolido (1970/1972).

O local está desocupado, sem que acuda a quem de direito, autoridade ou a particulares, a idéia de uma campanha para a construção de um teatro em ponto tão bem localizado na cidade. Presentemente, só existe o prédio da Diocese junto ao Seminário, no extremo da cidade e onde funciona um cinema e do qual a Diocese vai precisar, pois aí funcionará o Auditório da futura Faculdade de Educação, que está em fase de entendimentos preliminares para se implantar.

A LEI E A ORDEM

O REGIMENTO DE MILÍCIAS

No século XVII, criou-se o "Corpo das Ordenanças" distribuído pelos distritos militares das mais importantes capitâneas. Cada distrito tinha certo número de soldados, parte de uma Companhia ou os "terços das Ordenanças", cujo comandante tinha o posto de Capitão-Mor.

Nos arraiais e freguesias, havia os Regimentos de Milícias; seu comandante recebia o título de Capitão.

A função dessas praças, geralmente convocadas entre a população do lugar, era manter a ordem pública, zelar pelo cumprimento das determinações da Justiça e da Fazenda Reais e repelir o genio. Foram, depois, transformadas em Guarda Nacional do Império (1831) e da República.

Sediado no arraial de Caetité, havia um Regimento de Milícias, desde a criação da freguesia; cujo comandante era o Capitão Manoel Fialho de Carvalho; a ata da edificação do Pelourinho faz referência à sua morada. Parece que ele foi o primeiro comandante do Regimento; em 1799 por estar "impucibilitado de annos e seguinte" (3) foi nomeado para o posto o Capitão Antônio Pinheiro Pinto, senhor do Brejo do Campo Sêco (Brumado). Ele e seus descendentes, seu filho Inocêncio Pinheiro que tomou o nome de Canguçu e seu neto Exupério Canguçu comandaram, com o título de Comandante Superior, a 6.ª Companhia do Batalhão 78 da Guarda Nacional de Caetité, em que se transformou o Regimento de Milícias.

O DESENVOLVIMENTO

INSTRUÇÃO

Desde o começo de sua formação, orientou-se a atividade política da nova vila como um centro de cultura, onde a instrução representou sempre um papel dominante sobre o mundo dos negócios, papel que vem mantendo até os dias presentes.

Sob a influência de padres portugueses e depois de famílias e pessoas cultas que aqui procuraram um abrigo, notadamente os Gomes de Azevedo e acompanhantes, bem cedo desenvolveu-se um pendor para as letras, teatro, música, que fez do povo caetiteense o mais culto e politizado de todo o sertão. Aos seus foros de cultura deveu a cidade ser chamada, no século passado, "Corte do Sertão".

Quando os naturalistas alemães Spix e Von Martius andaram pelo interior do Brasil, estiveram em Caetité e registraram dois fatos de sua passagem na cidade, no seu livro "Viagem pelo Brasil": foram procurados, misteriosamente, por um jovem de um belo físico, que queria saber se eram médicos, para tratar de um ferimento de faca; o outro fato foi a sua admiração por ter encontrado, em ponto tão remoto, um exímio professor de latim. Gostaram de Caetité onde permaneceram alguns dias, com "A CASARIA BEM CAIADA, DERRAMANDO-SE POR MORRO CERCADO DE VARGENS"; verificaram ainda ser a região produtora de algodão cujo comércio transformou a vila "EM UM DOS MAIS RICOS EMPÓRIOS DO SERTÃO DA BAHIA". (4)

Entre os chegantes, destacou-se um emérito latinista o padre Queiroz Osório "mestre de latinidade, orador sacro, advogado emérito". (5)

As Escolas Régias

No começo do século passado, criaram-se as Escolas Régias de "estudos maiores" de latim, português, música, geometria e lógica, em algumas vilas do alto sertão: Barra do Rio Grande e Rio de Contas. A Câmara dirigiu uma representação ao Rei, pedindo a criação de uma cadeira de latim e indicou para seu preenchimento o nome de Queiroz Osório. Em 1838, já tinha sido criada a cadeira solicitada e era seu titular Queiroz Osório.

4 — Spix e Von Martius "Viagem pelo Brasil" 1817/20, 2.º volume.

5 — João Gomes, crônica d' "A Pena"

Estas Escolas Régias desapareceram com a criação, na Capital da província, de um Liceu, em 1842, mas a cadeira de latim funcionou em Caetité, até 1860, sempre regida por latinistas de fama.

Queiroz Osório residia na rua Constantino Fraga e aí também lecionava, na casa que pertenceu a João Leal, hoje de Manoel Cardoso Neves.

Teve muitos discípulos e até entre estes consta que também foi seu aluno o futuro Barão de Cotegipe, que da Barra do Rio Grande teria vindo estudar em Caetité, tal a fama de seus ensinamentos. Segundo João Gumes, um velho sacerdote lhe informou sobre este assunto e até que o menino morou com uma mineira de S. Romão, chamada Maria Coelho e que era aparentada com os Vanderleis.

Também foi seu aluno Manoel Moreira Rebordões, que depois foi padre e trabalhou na cidade, fundou a Irmandade do Santíssimo, a que pertencia o cemitério "da nobreza" e doou os objetos de prata ainda hoje existentes na Catedral. O morro do Cruzeiro, ao norte da cidade, chamava-se morro dos Rebordões.

Queiroz Osório era um patriota exaltado, chegando a mudar seu nome de família para Osório. Por ocasião do "Mata-Maroto", houve represálias e perseguições. Na cidade os patriotas eram chefiados por ele com seu famoso assalariado Aleixo da Mota. Dois portugueses foram assassinados na cidade, um em frente à igreja, onde o padre Queiroz Osório celebrava. Perseguido, foi procurar refúgio na igreja, mas de lá foi "arrancado e sangrado". Consta, por conta de quem lhe narrou o fato, diz João Gumes, que ao sair da igreja o padre tocou com o pé o rosto do cadáver dizendo: "me cheira mal o sangue do maroto".

Aleixo da Mota foi assassinado quando estavam diversos portugueses presos para serem executados. As crônicas da época dizem que a mando do Capitão João Manoel de Brito, que amparava os perseguidos, foi à cadeia e soltou os presos.

O movimento nativista da época da Independência do Brasil e na Bahia, conhecido por "Mata-Maroto", teve em Caetité, onde a colônia portuguesa era numerosa, forte e rica, grande repercussão. Formaram-se grupos de patriotas que perseguiram, roubavam e até matavam, apesar da prudência e senso de justiça de Joaquim Venâncio Gomes de Azevedo. Depois dos dois assassínios, os portugueses se sentiram inseguros e muitos se retiraram para a lagoa do Coelho, perto de Jacaraci, onde o padre Gabriel os recebia, bem como a muitos brasileiros que os seguiam. Daí veio a notícia de que o grupo português ia atacar a vila, o que provocou forte excitação e formação de defesas, mas foi boato, não houve esta reação de parte dos portugueses.

Na ocasião, um dos grupos organizados para repelir os atacantes, era conhecido por Labatut, composto de "terríveis facinoras", comandados por Manoel Teixeira Caires. Percorria a região, praticando depredações e tropelias, tendo uma vez atacado a fazenda Pedras, perto de Bonito (Igaporã), de Francisco de Brito Gondim, travando-se violento tiroteio. João Francisco ficou ferido no braço, mas resistiu e a casa ficou muito danificada. Passou a andar com grande escolta. Contam que uma vez tendo-se adeantado muito, sozinho, encontrou Manoel Teixeira também só e lhe disse: "esconde Teixeira, que minha gente vem aí muito exaltada". E foi o que o outro fez, embrenhando-se na caatinga, pois diz o ditado "do inimigo o conselho".

Durante o período mais agudo da perseguição, um português, dono do sobradinho na praça de Santana (demolido em 1974), deu

uma grande festa e quando havia a maior animação, fugiu, desaparecendo da cidade; regressou depois de algum tempo, quando já não havia perigo. (6)

Foi por esta época que um dos irmãos Prado, Antônio, retirou-se para S. Paulo com os haveres que conseguiu apurar.

Depois de Queiroz Osório, regeu a cadeira de latim Teofônio Sears Barbalho que foi professor de Plínio de Lima, sendo substituído por Manoel Dantas Barbosa, conhecido como o professor Dantas Memé, titular até quando foi definitivamente extinta. Era também emérito primista, irmão dos padres Jerônimo e Lucrécio; ele mesmo foi seminarista, mas não quis ordenar-se, contrariando a vontade do pai, que o deserdou, porque desejava que todos seus filhos fossem padres. A família era de Rio de Contas.

Depois de extinta a cadeira, continuou como professor de português e primeiras letras; aqui, casou-se, e seu filho mais velho, Ernesto Dantas Barbosa, frequentou as aulas do professor João Antônio dos Santos Gumes (pai do João Gumes, de "A Pena") e aulas de música do mestre Fiorêncio Cerqueira. Por morte do professor Dantas Memé, em 1871, Ernesto transferiu-se para Santo Antônio da Barra (Condutuba), onde ensinou letras e música; passou depois a Conquista, onde se casou com uma viúva rica, chamada Umbelina de Oliveira. Faleceu em 1921, com 70 anos de idade, na sua fazenda de Jeriba.

Música

A música era muito cultivada; até o aparecimento do rádio, existiam os Mestres de Música, que iam às casas particulares ensinar violão, flauta, violino, bandolim, clarineta.

Fazia parte da educação dos jovens saber tocar algum instrumento.

Filarmônicas

A primeira filarmônica de que se tem notícia na região, foi a de um rico fazendeiro chamado Zé de Matos, que morava na Lagoa do Timóteo (São Timóteo). Era composta só de escravos. O regente era o Mestre Felix, "um negrinho lustroso e impertigado; quando chegava a Caetité a melhor sociedade o acolhia, porque além de ser um artista, não era escravo, nem devia a "peña de pato", isto é, não era alforriado; era um negro livre". (7)

Quando a filarmônica de Zé de Matos entrou pela primeira vez na vila para abrilhantar uma "festa de arrojo" muita gente teve medo do zabumba que chamavam o "Santo Bumba"; fazendo oferendas, mulheres grávidas vinham beijar o "santo" e pedir um feliz sucesso. Deve ser desta época a história que se conta de um músico que estava sentado examinando o pé que lhe doía. O Coronel indagou: que é isso, Antônio? E o escravo, exibindo a meia de algodão que fazia parte do fardamento, respondeu: "é esse saquinho no pé, seu coroné!" (8)

O Barão de Vila Velha, Joaquim Augusto de Moura, genro de Zé de Matos, remodelou a filarmônica, adotando instrumento mais moderno e contratou um hábil regente, o cachoeirano Euardo Garrido. Consta ter o Barão levado à Europa sua filarmônica de 40 figuras, todos escravos, numa viagem que fez com a família.

6 — Episódio da época do "Mata-Maroto", narrado na "Pena" de 1920.

7 — Crônica da "Pena" do mesmo ano.

O Barão teve depois outro regente muito bom, o Mestre Manoel Pedro, que era soldado do 1.º Corpo da Capital e que depois veio residir na cidade; tocava flauta e clarineta muito bem. Organizou uma filarmônica e teve muitos discípulos entre os quais Emílio Elísio da Silva, Manoel Embiruçu e Porfírio de Célia, que compunham e executavam otimamente. Contam que certa vez o vigário Benvido Sales, que era muito entendido em música, confundiu uma nota de piston de Emílio com a nota de flauta.

Quando Manoel Pedro se retirou, os músicos foram reagrupados por Aristides Borba (irmão do padre Benvido) que inaugurou a Filarmônica Mariana que era, principalmente, sacra.

A música sacra era a dominante, mas cultivava-se também a profana. O gosto à música era tal, que em 1842 chegaram à vila um piano, um cravo e um órgão.

Há notícias até de uma competição musical entre José Joaquim Santa Helena, vulgo Morotó, célebre músico prático e exímio na trompa, da vila de Urubu (Paratinga) e um caetiteense de quem não se guardou o nome, também exímio na arte. Trouvou-se a competição e o resultado foi um empate; eram iguais. Então, o caetiteense voltou-se para o seu contendor e, risonho, lhe disse: "fique certo senhor que na nossa arte ninguém nos leva vantagem". (9)

Entre compositores, músicos e regentes, salientaram-se Inocêncio Martins Brasil e Cesário de Melo, que vieram de Minas. O mestre Martins Brasil teve muitos discípulos, entre os quais Irlanda de Carvalho e Florêncio Cerqueira, sendo este o seu continuador; manteve uma escola de música com uma orquestra sacra e um Grupo Teatral. Um de seus filhos, Hilarião Cerqueira, foi autor da música do Hino Caetiteense, cuja letra foi do professor Marcelino José das Neves.

Cesário de Melo, depois de velho, ordenou-se; compôs a Marujada, que se conhece ainda, embora bastante adulterada.

Outro grande músico foi o padre Jatobá, que veio de Urubu (Paratinga). Cantor, compositor e instrumentista. Compôs uma Ladainha ainda hoje cantada na igreja. Quase todos esses músicos passaram depois a outros pontos, onde faleceram. O padre Jatobá morreu em Salvador como chantre, em idade avançada.

Ao chegar para tomar posse da freguesia, o padre Luís Pinto Bastos organizou uma filarmônica, a "Lira Caetiteense", regida por Emílio Elísio da Silva e depois por Guilherme Dantas de Araújo, músico do 1.º Corpo. Emílio mantinha uma escola de música na cidade; era compositor e instrumentista. Foi seguido por seu filho José Elísio da Silva, que era também músico notável; era compositor e ensinava nas casas particulares; faleceu em 1945. Seus filhos não herdaram a vocação; já então funcionava a Escola Normal, onde todos se diplomaram têm ocupações diversas. A música deixou de merecer aquela importância dos tempos antigos, especialmente depois da difusão do rádio, foi, aos poucos, deixando de ser cultivada; ninguém mais quer ser músico.

A propósito, quando uma vez um pesquisador da música na Bahia, procurava antigas composições religiosas ou profanas, procurou a viúva de José Elísio em busca de alguma composição de seu marido, ouviu a explicação de que "todos aqueles papéis grossos" foram consumidos

na fabricação de foguetes que seu irmão fazia. Não se conseguiu nem mesmo a Missa cantada de Florêncio Cerqueira, nem a Ladainha do padre Cesário de Melo.

Caetité nunca deixou de ter a sua filarmônica, embora às vezes emudecida por longos anos, à falta de regente e de estímulos; os instrumentos já estavam bastante avariados, quando o dr. Afonso Fraga cederceu à freguesia um instrumental completo, para a reorganização da filarmônica que passou a se chamar "Padre Fraga", em homenagem a um seu parente, o padre Manoel Gonçalves Fraga, que, em 1839, apresentou à Câmara sua carta de naturalização "A qual foi comprida e registrada pagando a quantia de doze mil e oitocentos reis como dispõe a lei de 23 de outubro de 1832". (10)

Esta filarmônica, entretanto, mal funciona; o instrumental já bastante estragado, falta de músicos, de regente, de oportunidades. Ultimamente, quando há necessidade, mandam buscar em Brumado, ou outra cidade vizinha.

Pintura

O forro da igreja matriz (antes das reformas), oratórios, altares, pinturas sacras e até profanas em casas particulares, foram feitas por estrangeiros que tiveram imitadores locais. Entre os estrangeiros, salientou-se o alemão Adolfo Henrique Gottschall que depois de algum tempo passou a Rio de Contas, onde se fixou e deu origem à família Gottschall.

8 — Episódio anedótico contado por Antônio Marcelino das Neves.
9 — Episódio narrado na "Pena" de 1912

10 — Do livro de Vereança de Câmara.

O DESENVOLVIMENTO

IMPrensa — "A PENa"

Em 1896, João Gumes editou um jornalzinho "O Caetiteense", num pequeno prelo cedido pela Municipalidade; foi de âmbito restrito e era comemorativo da posse do dr. Joaquim Manoel no governo do Estado.

No ano seguinte, adquiriu um prelo maior e fundou "A Pena", que foi o primeiro jornal do alto sertão, saindo o primeiro número em 5 de março. Teve interrupções, mas funcionou até o falecimento do seu fundador, em 1930. Depois de sua morte, "A Pena" saiu ainda com interrupções, sob a direção de seu filho Sadi Gumes, até 1942 quando foi definitivamente extinta.

No prelo de "A Pena", foram publicados alguns jornalinhos esporádicos, de circulação quase local, como o Arrebol, o Clarim e a Revista de Educação da Escola Normal, nos anos de 1927/28.

A ESCOLA NORMAL

Em fins do século passado, foi criada a Escola Normal Estadual de Caetité.

Criada pela Lei de 24/8/1895, foi fechada pelo Decreto de 29/12/1903, por motivos políticos, no governo do dr. Severino Vieira.

O fechamento da Escola foi uma calamidade; muitos professores ficaram em disponibilidade, outros tiveram de aceitar colocações inferiores, muitos, com famílias vindos de Salvador, tiveram de enfrentar dificuldades para regressar, isto sem falar no grande prejuízo para Caetité e todo o alto sertão.

A Escola inaugurada em 3 de maio de 1898, no governo do Conselheiro Luis Viana, diplomou 3 turmas, num total de 32 professoras. Era só para moças, e o curso tinha a duração de 4 anos.

Seus professores foram: Pedro Ludgero de Moura, de português; dr. João Antônio Osório, de matemática; José Gonçalves da Cruz, de francês, todos três casados, vieram de Salvador; os outros, ou eram daqui mesmo ou já estavam na cidade; foram: Aristides Pereira Borba, de música; Joaquim Manoel Rodrigues Lima Júnior, de história e geografia; professor Deocleciano Ramiro Alves da Silva — Deoclécio Silva — de desenho; professor Marcelino José das Neves, de pedagogia; professora Constança Meireles, de prendas domésticas, esposa do dr. Cleofano Meireles, médico aqui residente, com a farmácia Meireles,

professor de ciências físicas e naturais e também Diretor da Escola. O secretário veio de Salvador, Cesar Régio; os demais funcionários, da cidade: amanuense Manoel Cândido Magalhães; censora Carolina Domingues Araújo; porteira, Rita de Brito Gondim.

O dr. Cleófano Meireles retornou a Salvador antes do fechamento da Escola, tendo sido substituído na direção pelo Cel. Lima Júnior e sua esposa D. Constança, pela mulher do Diretor, Alzira Teixeira Rodrigues Lima.

No ano seguinte, 1904, foi também fechada a Escola Complementar masculina, que era regida pelo professor Francisco José de Santana.

Extinta a Escola Normal, o professor Pedro Moura fundou um Ateneu, que funcionou até 1907, quando ele se retirou, com sua família, da cidade.

Ficaram na cidade duas escolas primárias estaduais, a feminina regida pela professora Jovina Margarida Novais, que ensinou até aposentar-se e foi mestra de uma geração de moças caetiteenses, e a masculina, do professor Camilo Prisco da Silva. O falecimento do professor Camilo em 1909, abriu mais uma lacuna no setor do ensino.

Para compensar tanto prejuízo, o Intendente criou uma escola municipal, mista, em 1905, para a qual foi nomeada a jovem professora Maria Teodolina Neves Lobão, outra mestra que aqui ensinou primeiras letras até se aposentar e que exerceu considerável influência educativa no meio caetiteense. Em sua homenagem, a Secretaria de Educação deu seu nome a um dos Grupos Escolares da cidade.

Por esse tempo, 1910, chegou de Salvador, diplomada, a jovem Beatriz Rodrigues Lima, filha do Cel. Otacílio, que logo foi nomeada adjunta da escola feminina. Estas três professoras, verdadeiras heroínas, arcaaram com a responsabilidade de educar a mocidade naqueles anos difíceis para Caetité.

ESCOLA AMERICANA

Em 1912, missionários americanos, procurando um local propício para ensino e proselitismo, acharam Caetité o lugar ideal e fundaram a Escola Americana, para rapazes e moças, no mesmo local onde é hoje (1975) a Igreja Evangélica Presbiteriana, na praça Dr. Deocleciano Teixeira.

Com métodos modernos de ensino, teve larga repercussão, com grande frequência e funcionou até 1925. Da influência dos americanos e permanência do colégio, estabeleceu-se aqui um núcleo de adeptos do protestantismo, que, se não aumentou no correr dos anos, tem-se mantido fiel. A Igreja Presbiteriana tem sempre o seu Pastor, a princípio, americano, depois, brasileiro.

COLEGIO S. LUIS GONZAGA

Para contrabalançar a influência protestante, o padre Luís Pinto Bastos, que era o vigário da freguesia, aproveitando-se da oportunidade da expulsão dos Jesuítas de Portugal, conseguiu que a Companhia fundasse um colégio na cidade, para rapazes, também em 1912.

O Colégio S. Luís Gonzaga funcionava em conexão com o Antônio Vieira, de Salvador e logo foi muito frequentado pelos jovens, não só da cidade mas também da região, a maioria dos quais se destinava a continuar os estudos superiores na Capital.

Ocupou a casa de Gustavo Teixeira que, com a família, se tinha mudado para Salvador, e que fora o prédio da antiga Escola Normal.

Os Jesuítas tiveram permissão para fechar a rua Comendador João Caetano e construíram outras dependências, salas de aula, capela, residência para os padres, cômodos para o internato, palco-auditório, ocupando um quarteirão inteiro no centro da cidade. Funcionou até 1924.

NOVA ESCOLA NORMAL

Em 1925, no governo do dr. Francisco Marques de Góes Calmon, tendo como Diretor da Instrução (equivalente a Secretário) o dr. Anísio Spínola Teixeira, foi criada a nova Escola Normal, antiga e justa reivindicação dos caetiteenses, inaugurada a 21 de abril de 1926.

Para localizá-la, o Estado adquiriu por 120 contos de reis, o colégio dos Jesuítas e construiu mais dois pavilhões — um dos quais caiu por falta absoluta de cuidados — depois da mudança da Escola para outro local.

Ai funcionou até 1955, quando foi construído moderno e espaçoso prédio de dois pavimentos, com pavilhão para as Escolas Anexas e Auditório, no outro extremo da cidade.

O curso ginasial foi instalado em 1948, e o colegial — 1.º e 2.º anos — em 1957.

Atualmente o conjunto constitui o "Complexo Escolar Anísio Teixeira".

Quando foi instalada a Escola, o curso abrangia o Normal em 4 anos e o Fundamental de 2 anos, necessários para o ingresso no primeiro. Em 1926 fez-se exame de admissão ao curso normal por concessão especial da Secretaria, com 11 candidatos.

Para seu corpo docente aproveitaram-se elementos locais ou da região, vindos alguns de Salvador. Foi chamado o antigo professor de história, Joaquim Manoel Rodrigues Lima Júnior, que estava em disponibilidade e que foi aposentado; substituiu-o sua filha, professora Zelinda Teixeira Rodrigues Lima, que aliás só lecionou por pouco tempo.

Os demais professores foram: professora Helena Lima, depois Santos, de geografia; de Livramento de N. Senhora; professor Alfredo José da Silva, de português; veio das Lavras, onde residia e ensinava em Mucugê; dr. Francisco Joaquim Bastos, de francês, da zona, mas residindo em Cachoeira; professora Maria Constança Paranhos Cardoso, depois Barbedo, de desenho; dr. Jacaraci; dr. Jaime Spínola Teixeira, de matemática, da cidade e que ficou pouco tempo, foi substituído pelo professor Salvador da Rocha Passos, de Cachoeira; professor Antônio Pereira Santana, de trabalhos manuais; Alvaro Tourinho, de educação física; professora Irma Pimenta Bastos, também de educação física; professora Zulmira Bastos Pitangueira, esposa do Diretor, de prendas domésticas, vindos de Salvador.

Do Curso Fundamental: professora Dulce da Silva Araújo, de português; dra. Isolina Pimenta Bastos, de ciências naturais; professor Alvaro Duarte, de matemática, todos vindos de Salvador; Maria Celina Teixeira Rodrigues Lima, de história e instrução moral e cívica, da cidade.

O Diretor foi o dr. Edgard da Silva Travassos Pitangueira, também professor de pedagogia, que implantou a Escola com a melhor formação, realizando nos 4 anos que aqui passou um trabalho pioneiro de formação pedagógica de grande significado para o futuro da Escola.

Para as Escolas Anexas, sexo masculino e noturno, professor Salvador da Rocha Passos — que neste cargo ficou pouco tempo;

sexo feminino, professora Maria José da Silva, Jardim de Infância, professora Maria Angelina Sampaio da Silva Tourinho, esposa de Alvaro Tourinho.

As escolas primárias, isoladas, da cidade, de Beatriz Rodrigues Lima Hofmann e Maria Teodolina Neves Lobão, foram anexadas à Escola Normal.

O secretário foi António Marcelino das Neves, por poucos meses, depois, Sofia Guimarães Teixeira, censors: Irene Domingues Lacerda, Jacinta Borba Prisco e Joaquim Manoel Domingues; porteiro: amaneuse, José da Silva Ivo, todos da cidade.

Em março de 1928, a Escola Normal recebeu a visita do Governador do Estado dr. Goes Calmon, que veio acompanhado do Diretor Geral da Instrução dr. Anísio Spínola Teixeira, do presidente da Câmara dos Deputados, do Secretário da Agricultura dr. Nelson Spínola Teixeira e outras pessoas ilustres, entre as quais o dr. Pedro Calmon.

Desde a primeira turma de 1929 até o presente (1974) a Escola diplomou cerca de 2.100 jovens, realizando um extraordinário trabalho de educação e de melhoria das condições do meio sertanejo. A esses professores pioneiros saídos da Escola Normal de Caetité deve a região a prouiteração de Ginásios e Escolas Normais, praticamente, uma cada sede municipal.

A matrícula no Instituto é atualmente (1974) de cerca de 1.500 alunos.

Nos últimos anos tem se multiplicado o número de escolas primárias na cidade e no município, de Grupos Escolares, Ginásios e Escola Comercial particulares, escolas de datilografia, de corte e costura, uma Agência do Instituto Mauá, todo progresso visando ao mesmo rumo de melhoria do povo pela educação.

Não há terra onde o estudo custe menos e esteja tão ao alcance de todos, sem distinção de classe social ou de cor. E por esta razão que Caetité é chamada "terra de se criarem ideais", e dadas as condições de pobreza, sem indústrias, com um comércio fraco, tão pronto completam os estudos, partem todos os anos, dezenas e dezenas de jovens que para aqui vieram alguns anos antes, geralmente com suas famílias, a fim de procurarem um meio maior para aprenderem ou aperfeiçoarem o que Caetité lhes ensinou.

O "Instituto de Educação Anísio Teixeira" — IEAT — em que se transformou a Escola Normal, e hoje chamado "Complexo Escolar Anísio Teixeira", funcionou em 22 salas de aula, com 1.189 alunos em 1973. No ano seguinte subiu sua matrícula para mais de 1.600, consequência da instalação do curso básico da Reforma da Secretaria de Educação. A Reforma acabou com o curso científico e só ficaram os cursos profissionalizantes — de professora, antes chamado normal ou pedagógico e agora, de magistério, e a serem implantados os de enfermagem, comércio e agropecuária. (11)

Funciona em 3 turnos e tinha, em 1974, 54 professores.

O Instituto possui uma linda tela de Cristo, do pintor Vieira de Campos, de 2,20x1,20 m que lhe foi oferecido pela primeira turma que se diplomou.

11 — Todos já funcionando em 1976.

ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA

O Ministério da Agricultura criou escolas deste tipo, em 1952, e três foram localizadas na Bahia, sendo uma delas em Caetité. Implantada nos subúrbios da cidade, nos sítios Bonfim e Baixão, com uma área de 250 ha, doada pelo Prefeito, foi inaugurada no ano seguinte. Já tinham sido construídos um pavilhão de máquinas, casa de residência, bem adiantado — já coberto — o segundo pavilhão, fora a casa antiga do sítio, quando foi fechada em 1968.

Todas as construções ou já caíram ou estão ameaçadas, pela absoluta falta de cuidados; uma pena que tudo isso se tenha perdido. Em 1973, reverteu ao município por decreto aprovado na Câmara Federal, entretanto nenhuma aplicação foi dada até o presente (1975).

Rede escolar de Caetité (1973) — Escolas estaduais na cidade

- 4 Grupos Escolares
- Escola de Aplicação anexa ao Instituto de Educação
- Escolas Reunidas Seminário S. José

— 4 escolas isoladas

Os 4 Grupos Escolares são:

Monsenhor Bastos — (O mais antigo, na Rua Barão, homenagem ao Monsenhor Luís Pinto Bastos, vigário da freguesia por longos anos e político militante) com 4 salas de aula, 229 alunos, funcionando em dois turnos, com 8 professores e 5 no Corpo Administrativo.

Senador Ovídio Teixeira — em homenagem ao político do mesmo nome, no local da antiga Escola Normal, mas em salas construídas para o fim, com 6 salas de aula, 257 alunos, funcionando em 2 turnos, com 10 professores e 3 no Corpo Administrativo.

Valdir Cardoso — localizado na rua Pernambuco a leste da cidade; seu patrono é o contador da Prefeitura Valdir Cardoso, político militante da corrente dos Ladeia, falecido repentinamente em plena mocidade; era casado com uma sobrinha por afinidade do dr. Clarismundo Pontes. O Grupo tem 4 salas de aula, 142 alunos, funcionando em 2 turnos, com 8 professoras e 3 no Corpo Administrativo.

Escola de Aplicação anexa ao IEAT — funciona em prédio anexo ao Instituto com 6 salas de aula, 303 alunos, em 2 turnos, com 12 professores e 4 no Corpo Administrativo.

Escolas Reunidas Seminário S. José — as antigas escolas isoladas da cidade foram reunidas no prédio do antigo Seminário, na rua Barão. Tem 8 salas de aula, 297 alunos, funciona em 2 turnos com 16 professores e 3 no Corpo Administrativo.

Escolas isoladas — funcionam nos subúrbios da cidade em Rancho Alegre, Engenho, Periperi e Alto do Cruzeiro.

Escolas estaduais no município — Existem mais 34 escolas estaduais, sendo: 16 no distrito sede — em Lagoa, Poções, Sta. Luzia, Cruzdonga, Escadinha, Lagoinha, Tabua, Cachoeirinha, Santa Cruz, Anguá, Barra de Caetité, Matinha, Laginha, Barbatimão, Lagoa do Fundo e Santa Barbara;

6 em Brejinho — na vila, com 106 alunos e 7 professoras

3 em Maniaçu — sendo 2 na vila e em Serrote

2 em Caldeiras — na sede e em Jacaré

2 em Lagoa Real — ambas na vila com 66 alunos e 2 professoras

1 em Pajeú do Vento — na vila.

Escolas municipais — O município mantém 49 escolas municipais com professoras contratadas, sendo 16 diplomadas e 32 leigas, das quais 8 são efetivas. As diplomadas ganham o salário mínimo da região e as leigas Cr\$ 150,00. Estas escolas estão assim distribuídas: 14 no distrito sede — 3 diplomadas em Sta. Luzia, Tanquinho e Aroeiras e 10 leigas em Cachoeirinha, Tucano, Aroeiras, Brejo dos Veados, Campinas, Taquari, Baixão, Comboio, Umbuzeiro, Matinha e uma a serviço da justiça, na sede; 10 em Lagoa Real — 4 na vila das quais 3 diplomadas e em Mon senhor Bastos, Rio da Tapera, Muquilha, Peixe, S. Francisco e Sta. Rita; 9 em Maniçu — 3 na vila, d.s. quais 2 diplomadas e em Fundo dos Morros, Angico, Quessengue, Lagoa Grande, Mucambo e Papagaio; 6 em Pajeú do Vento — 2 na vila, diplomadas, e em Gameleira, Salina, Lagoa e Lagoa do Fundo; 5 em Caldeiras — 3 diplomadas na vila e em Cercado e Porcos e leigas em Baixa e Mucambo; 5 em Brejinho — 2 diplomadas na sede e em Barreiras e leigas em Regapé, Canabrava e Curral Velho. Existem 31 prédios escolares no município com 145 salas de aulas; destes, 20 pertencem ao município, 9 ao Estado e 2 são particulares.

BIBLIOTECAS

Biblioteca do Complexo Escolar Anísio Teixeira
Biblioteca Municipal com 300 volumes. Funciona na Prefeitura
Biblioteca Forense Conselheiro Joaquim Spinola, fundada em 1950 pelo Juiz de Direito dr. João de Almeida Bulhões. Funciona no Forum Cesar Zama.

VIDA JUDICIARIA

No tempo das Regências fez-se, no país, a grande reforma judiciária acabando-se com as Ouvidorias e os Juizes Ordinários. Os primeiros receberam o título de Juiz de Direito e os segundos, de Juizes Municipais, ao mesmo tempo que só os bacharéis podiam aspirar ao cargo. Entretanto, esta reforma só alcançou sua plena efetividade a partir de 1842, com os primeiros bacharéis formados no Brasil, em Recife.

A mais antiga Comarca dos sertões baianos foi a de Jacobina. Dela destacaram-se em 1835 três novas Comarcas, que foram as de S. Francisco (Barra), Sento Sé e Rio de Contas. Esta última teve seu primeiro Juiz de Direito em 1842, vindo ao mesmo tempo para o Termo de Caetité, seu primeiro Juiz Municipal, o dr. Antifoco dos Santos Faure (novembro de 1842 a maio de 1846).

Caetité foi elevada a Comarca em 1855, constituída pelos Termos da sede e de Conquista.

Em 1860 foi incluído o Termo de Santo Antônio da Barra (Condeúba) e retirado o de Conquista, que passou a pertencer a Maracás.

Daf em diante, incorporou Monte Alto (com Riacho de Santana), Bom Jesus dos Meiras (Brumado), Almas do Botiagu (Jacaraci), Vila Bela das Umburanas (Guiripá) cuja sede passou depois a Urandi, quadro que foi aos poucos sendo modificado.

Em 1880 perdeu Monte Alto (com Riacho de Santana) e Brumado. Em 1915 perdeu Jacaraci; em 1920, incorporou Caculé que foi um dos

seus distritos; em 1946 perdeu Urandi; em 49, perdeu Caculé e foi elevada a Comarca de 2.ª entrância. Atualmente (1973) constitui uma Comarca de 2.ª entrância com os Termos sede e de Igaporá que foi um dos seus distritos, emancipados.

Seu primeiro Juiz de Direito foi o dr. Manoel Carrilho da Costa; tomou posse em 11/1.º/1861 tendo sido nomeado no ano anterior. Desde então passaram pela Comarca:

1860 — Dr. Manoel Carrilho da Costa
1882 — Joaquim de Azevedo Monteiro
1884 — José Antônio Gomes Neto
1885 — Joaquim Antônio de Souza Spinola
1890 — Felinto Justimiano Ferreira Bastos
1891 — Antônio Calmon de Brito
1892 — Tobias de Souza Lima
1896 — Antônio Benedito de Souza Castro
1898 — Antônio Pereira de Castro
1899 — Francisco Duarte Guimarães
1904 — Lindolfo Francisco de Souza Xavier
1914 — Angelo Henrique Martineli
1916 — Polibio Mendes da Silva
1924 — Alfredo Pereira Mascarenhas
1926 — Erico França Guimarães
1929 — Bernardino de Almeida Filho
1931 — Pompílio Dias Leite
1932 — Osvaldo Caeté Barreto de Andrade
1940 — Edgard Vieira dos Santos
1942 — Antônio Carlos Souto
1946 — João de Almeida Bulhões
1958 — Valter Barbosa
1962 — Benito Alcântara de Figueiredo
1968 — Flávio Massa
1971 — Valério Daltro Tavares
1974 — Valquíria Lacerda Sampaio Coelho

Todos os serviços da Justiça estão localizados no Forum "Cesar Zama" sito na praça de Santana. É o antigo prédio da Municipalidade, que foi completamente remodelado, externa e internamente, perdendo o seu aspecto primitivo de sobrado colonial que era, em tudo, igual ao que lhe é vizinho e ainda conserva suas linhas tradicionais. O prédio ficou sendo sede de um clube local, que nasceu como Aero-Clube e depois foi transformado em clube social, quando a Prefeitura mudou-se para seu novo prédio. Durante este período (1950/70) foi feita a reforma externa tal como hoje se apresenta.

Forum Cesar Zama — Nome dado em homenagem ao grande caetiteense, tribuno e parlamentar Cesar Zama; inaugurado em 26 de janeiro de 1973.

CAPITULO III

CAETITE — VIDA POLITICA

OS CHEFES

Joaquim Venâncio Gomes de Azevedo e Sabino Gomes de Azevedo

Eram filhos do Comendador Domingos Gomes de Azevedo, família mineira aqui chegada em fins do século XVIII. Por ocasião da criação da vila, já falecido o Comendador, os dois irmãos assumiram a direção política até a morte repentina do Cônego Sabino, possivelmente em 1843 e o afastamento de Joaquim Venâncio, no ano seguinte.

Joaquim Venâncio foi chefe de grande prestígio, justo e honesto, conseguindo superar as crises políticas do Mata-Maroto, da Independência e das Regências, com grande isenção de ânimo, pacificando a região e introduzindo hábitos de cultura e civilização. Conta-se que ao receber patrios seus foragidos, lhes teria dito: "nada temais; estais nos Estados Unidos do Brasil".

Dele disse João Gurnes: "Embora fosse relativamente pobre, seu gênio paternal conseguia uma inalterável harmonia à sombra da qual prosperava o commercio e desenvolviam-se as indústrias. Então Caeté era um centro importante e culto que atraía os melhores elementos da região em torno".

Foi Intendente Municipal de 1838 a 44.

Quando foram descobertas as jazidas diamantíferas nas Lavras, houve um verdadeiro êxodo para aquela região; famílias inteiras deslocaram-se e, em 1844, desgostoso com a morte do irmão, Joaquim Venâncio também foi com toda a família para Lençóis, deixando acéfala a direção política do município.

Era casado com Virgínia Soriano e deixou descendentes nas Lavras, entre os quais Domingos Gomes de Azevedo, conhecido na região como dr. Domingos do Roncador, (Roncador era sua fazenda perto de Andaraí), falecido em 1915; outros descendentes foram José Justino Gomes de Azevedo e José Venâncio Gomes de Azevedo, este falecido em Lençóis onde residia, em 1916. Ele próprio faleceu em Lençóis; sua viúva regressou para as suas terras, no baixo de Monte Alto.

— Não se sabe ao certo, o ano de morte do Cônego Sabino; sabe-se que ele estava vivo em princípios de 1843

Padre Policarpo de Brito Gondim

De tradicional família caetiteense, o padre Policarpo substituiu o Cônego Sabino como Vigário da Freguesia. Com a retirada de Joaquim Venâncio, assumiu a chefia, filiado ao Partido Conservador, que era dos grandes proprietários de terra e escravatura, com os Fagundes Cotrim e Faria-Fraga formavam uma poderosa frente aos Liberais. Dominou a situação por quase trinta anos, elegendo sete Intendentes.

Foi Deputado Provincial numa legislatura (1866/67).

A família Brito Gondim era das mais antigas de Caetité; dizem as crônicas que o primeiro Gondim foi o português dono da fazenda Alegre, chegando mais ou menos em 1730, tendo construído para sua residência o sobrado ainda hoje existente.

A família entrelaçou-se com os Fagundes Cotrim e pela época do padre Policarpo eram os maiores possuidores de terras. Foram perdendo a importância com a subida do Partido Liberal, abolição da escravatura e alianças inferiores.

O padre Policarpo era muito querido e acatado; exerceu considerável influência religiosa e política durante toda sua atuação; faleceu em 1877. (2)

Dr. José Antônio Gomes Neto — Barão de Caetité

Em 1860 foi nomeado Juiz Municipal dos Orfãos o dr. José Antônio Gomes Neto, depois Barão de Caetité.

Casado com uma filha do Comendador João Caetano, fazendeiro riquíssimo e de grande prestígio, residente no baixo de Monte Alto, pertencia ao Partido Liberal que se opunha à corrente dominante local, constituída pelos grandes proprietários Fagundes de Brito, Gondim, Cotrim, Faria-Fraga, que eram Conservadores.

Com a morte do padre Policarpo e posteriormente com a retirada dos Fraga para S. Paulo, assumiu a chefia de seu Partido, que ficou vitorioso e passou a exercer não só a autoridade de seu cargo de Juiz Municipal e depois de Juiz de Direito (1884) mas também a de Chefe político.

Nasceu em Ituaçu, em 1822. Bacharelou-se em Recife e teve colegas que foram influentes na política do Império e que sempre o sustentaram na chefia.

De natural cordato e amável, o Barão exerceu notável influência moderadora nos costumes e no meio político caetiteense.

"Sua política era de grande calma, com uma simplicidade de trato e urbanidade que o fez querido e indispensável ao nosso meio". (3) Sempre morou na residência da família à rua S. Benedito, que depois teve o nome de seu título, e que foi de seu avô José Antônio Gomes, apelidado o Bota. A avó do Barão, Emerenciana, por promessa mandou construir a capela de S. Benedito, em frente à sua casa, inaugurada em 1833. (4) Nos fundos da capela ficava um cemitério, onde se enterravam os escravos e o povo pobre, e era próximo ao cemitério do Santíssimo, da Irmandade deste nome, que era para a nobreza. (5) Atualmente a capela pertence à freguesia, doada pela família.

Do Barão se conta que, por não fumar ostensivamente diante do sogro, foi presenteado com "um par de mulas baias" pelo Comendador João Caetano, homem enérgico e autoritário, que se julgou desfeito pelo fato de seu outro genro, o dr. Policarpo Rodrigues Ladeira, Juiz de Monte Alto, não guardar ante ele o respeito devido, fumando em sua presença, e ainda dizendo: "não troco a fumaça de meu cigarro por um par de mulas baias!" (6)

O dr. João Antônio Gomes Neto foi Comendador da Imperial Ordem da Rosa e teve o título de Barão de Caetité, em 1880.

3 — João Gomes — crônica da "Pena"

4 — Segundo Sadi Gomes

5 — Silvío Gomes Fernandes, sobrinho de Sadi, diz que a capela foi construída pela mãe do Barão, D. Antônia Sofia Gomes que além de construir dotou a capela e formou a Confraria de S. Benedito, dos escravos.

6 — Episódio da vida de João Caetano, contado por uma parenta, em 1959.

2 — Segundo Silvío Gomes Fernandes o padre Policarpo morreu em 1877.

Pelo casamento de sua filha Maria Vitória com o dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, fez aumentar a residência, construindo junto outra casa em tudo igual, menos dependência de cozinha comum aos dois prédios. A casa se conserva ainda (1976) tal como foi então aumentada; há uma versão que diz ser fatal a morte de uma pessoa da família toda vez que se faz qualquer conserto nela.

O Barão faleceu em Caetité, em 1890.

Liderou a política até a sua morte, elegendo seis Intendentes.

Descendência do Barão de Caetité

Casou-se com Elvira Benedita, filha do Comendador João Caetano de Albuquerque Xavier da Silva Pereira; tiveram 3 filhas:

Maria Vitória — casada com o dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, que foi Governador do Estado e tiveram 6 filhos;

Rita Sofia — casada com José Antônio Rodrigues Lima, Coronel Cazuzinha como era conhecido, irmão do dr. Joaquim Manoel. Não tiveram filhos;

Sofia — casada com o dr. Antônio Rodrigues Ladeira, que foi Juiz de Monte Alto. Morreram cedo, deixando 3 filhos, que foram criados pela Baronesa.

DR. JOAQUIM MANOEL RODRIGUES LIMA

Por morte do Barão já o seu genro o dr. Joaquim Manoel tinha assumido a chefia local.

Nasceu em Caetité em 4 de maio de 1845, e faleceu em 18 de dezembro de 1903. Era filho do Capitão Joaquim Manoel Rodrigues Lima, de descendência portuguesa e aqui chegado de Bom Jesus do Rio de Ccintas (Piatá), onde era minerador.

Fez o curso primário com João Antônio dos Santos Gumes (pai do João Gumes, da "Pena") e o curso de humanidades em Salvador, nos colégios Pereira e S. João.

Em 1862, matriculou-se na Escola de Medicina; quando cursava o 5.º ano, seguiu como voluntário para a guerra do Paraguai, onde prestou relevantes serviços nos hospitais de sangue.

Regressou a Salvador em 1869, concluiu seu curso, fixando residência em Caetité. Fez longa excursão à Europa, aperfeiçoando seus estudos; foi ótimo médico. "Sua clínica humanitária e desinteressada e sempre exercida sem distinção para os que necessitavam de seus serviços, muito contribuiu para arraigar a popularidade que sempre gozou, tendo-se tornado em poucos anos a mais legítima e benéfica influência política do antigo 5.º Distrito, que compreendia grande parte do nosso sertão". (7)

Foi Conselheiro (Vereador), presidente do Conselho Municipal, Intendente duas vezes — 1872/75 e 1890/91 — Deputado Provincial no Império, Senador Estadual, fez parte da 1.ª Constituinte Republicana e foi o 1.º Governador eleito por sufrágio direto, de 1892/96.

No governo do Estado, quando se observou grande tolerância e muita paz, restabeleceu a legalidade após as convulsões causadas pela instalação do regime republicano, seus atos foram: organização do Poder Judiciário; aposentadoria para os empregados públicos; organização do Monte-Pio do Estado; plano geral da viação do Estado; organização das Repartições Públicas; criação da Caixa Econômica do Estado, que passou depois a integrar o plano federal.

"Moderado e firme, tolerante e justo, abnegado e digno, deixou firmes os créditos do Estado e saldo nos cofres". (8)

Existe um busto do dr. Joaquim Manoel, atualmente (1976) no Largo da Vitória (onde residiu), erigido por subscrição popular, que rendeu onze contos de réis; não tendo sido gasto toda a quantia, restaram dois contos que foram distribuídos pelas casas de caridade de Salvador. Foi inaugurado a 13 de maio de 1911. Primitivamente estava na praça em frente do Aclamação.

Contam as crônicas que no cargo de Governador, não raro, em fim de mês, estava sem dinheiro; mandava então buscar algum ao seu correspondente em Caetité.

De físico baixo, atarracado, usava um cavanhaque que lhe tomava quase todo o rosto.

Durante seu governo mandou fazer obras de ačudagem no município, entre as quais a barragem da Cachoeirinha, ainda hoje prestando bons serviços; também mandou abrir algumas estradas e concedeu uma verba de onze contos de réis, sete dos quais para a cidade e o restante para os distritos.

7 — Crônica de João Gumes, na "Pena".

8 — Notas do professor Pedro Celestino da Silva, de Cachoeira.

Defendia de tal modo os interesses locais que, no mandato de deputado ou senador, toda vez que ia à tribuna, diziam seus pares: "já vem Caetité!"

Depois do mandato de Governador, retirou-se para sua terra, exercendo a chefia e clinicando. Sua morte com menos de 60 anos enlutou a cidade. Seu sepultamento diz João Gumes, "foi uma verdadeira apoteose, com acompanhamento da filarmônica e coral, em estações. A cada pousada cantavam o Requiem, dirigida a orquestra por Aristides Borba. Quase todos choravam mas poucos podiam adivinhar, ou mesmo prever, a falta que este homem ia fazer no cenário político de Caetité".

Maria Sofia
 Descendência do dr. Joaquim Manoel *(Espósa em vida)*

Casou-se com Maria Vitória de Albuquerque Gomes (Iaiá), filha do Barão de Caetité e tiveram 6 filhos:

Joaquim Manoel Rodrigues Lima Júnior, o coronel Lima Júnior como era chamado, que se casou com Alzira, filha do dr. Deocleciano Teixeira; tiveram 6 filhos; sempre moraram em Caetité;

Elvira — casada com o dr. Bráulio Xavier da Silva Pereira (neto de João Caetano) que foi Juiz em Monte Alto; logo abandonou a carreira e mudou-se para Salvador onde foi Desembargador, Presidente do Tribunal Superior, cargo em que governou o Estado mais de uma vez, Secretário de Estado e político influente. É o nome mais rico da família. Poucos filhos; sempre residiram em Salvador;

Rita Sofia — (Zinha) casada com o dr. Joaquim Manoel do Rego. Tiveram dois filhos, Aníbal e Rita. Aníbal, formado em direito, faleceu repentinamente poucos dias antes do casamento; dizia-se, na época, que foi envenenado pela amante. O dr. Rego, advogado de renome, ganhou e gastou "rios de dinheiro", deixando a mulher e a filha relativamente pobres. Anita não se casou. Viviam com grande luxo e conforto e tinham uma governanta para dirigir a casa. Zinha ajudou os estudos de um filho da lavadeira de sua governante; este rapaz foi engenheiro de muita projeção e morreu como professor universitário;

Maria Sofia — (Mariquinha) — Faleceu solteira como pensionista da Ordem 3.ª de S. Francisco. Dizem na família (9) que foi doente em criança e ficou "um pouco esquisita", com manias. Morou como pensionista no Convento da Soledade; aí lhe foram roubadas as jóias. O fato foi que, numa ocasião, emprestou o cofrezinho das jóias a uma sobrinha. Esta devolveu-lhe o mesmo num dia em que havia festa no Convento, muita gente entrando e saindo. Mariquinha recebeu o cofre e guardou-o provisoriamente embaixo do seu travesseiro e foi atear um chamado; quando voltou não mais encontrou o cofre. Mudou-se depois para a Ordem 3.ª, onde faleceu.

Bráulio — Bacharel em direito e Deputado Estadual; faleceu no Rio, vítima da gripe espanhola;

Otaclio Albuquerque — Farmacêutico, casado com Aída Brumond. Tiveram duas filhas; Lourdes, que se casou com o dr. Francisco Paraiso, falecido repentinamente no Rio, em 1972, e Nair, solteira. Sempre viveram em Salvador.

9 — Informação de Alice Rodrigues Lima Koehne, em 1969

Por morte do dr. Joaquim Manoel, seu irmão, o Cel. Cazuzinha, assumiu a chefia do Partido, juntamente com o sobrinho Lima Júnior, "mas não obstante suas qualidades de chefe não foram tão felizes quanto seu antecessor." (11) O cronista quis significar com isto que não conseguiram evitar a cisão política em que se dividiu a cidade e o município, formando dois partidos locais que mais tarde foram conhecidos pelos nomes de "Morcego" e "Caetitu". Os Morcegos eram partidários da corrente Cazuzinha, seu irmão Otaclio e o Cel. José Antônio de Castro Tanajura (Cel. José Antoninho), que se opunham aos Caetitus, partidários do dr. Deocleciano Teixeira e do seu genro Lima Júnior.

O Cel. Cazuzinha foi chefe de grande prestígio até 1919, quando divergiu do Governador J.J. Seabra, por causa da candidatura de Rui Barbosa à presidência da República. Foi então que se retirou da política, já adoentado, vindo a falecer em 8/3/1923, aos setenta e tantos anos.

Era filho de Joaquim Manoel Rodrigues Lima, minerador, vindo de Bom Jesus do Rio de Contas (Piatã).

Casou-se com sua prima Rita Sofia, filha do Barão de Caetité, que faleceu dois anos após o casamento, sem deixar descendência. Segundo versão da época, morreu envenenada por um banho, mas reconhece-se que ela não gozava boa saúde. O viúvo não quis mais casar-se.

Cazuzinha estudou em S. Paulo, mas, adoecendo, voltou ao sertão e não quis continuar os estudos; tornou-se negociante. Negociou primeiro em Mucugê, depois em Monte Alto e, finalmente, fixou-se em Caetité, onde manteve por muitos anos, um grande empório comercial, que vendia aos municípios vizinhos, juntamente com seu irmão Otacílio e Giacinato Araújo, de sociedade com o negociante português Antônio Francisco Brandão.

Residia na casa que foi de João Caetano e onde tinha a sua loja e hoje pertence ao seu sobrinho Luis Oto Rodrigues Lima Koehne.

"Era enérgico e autoritário, um cidadão de princípios, honesto e trabalhador", assim se exprime sobre ele o cronista da cidade.

Foi por duas vezes Intendente Municipal, de 1896/1903 e de 1912/15. Na sua primeira gestão construiu o Mercado Municipal na praça do Alegre, para substituir o existente, que era pequeno e acanhado, e ficava no meio da mesma praça. Esse Mercado era vasto, de arcadas harmoniosas, e estava em perfeito estado de conservação quando foi demolido em 1966. Construiu também o Cemitério Municipal, distante da cidade — agora já incluído num de seus subúrbios — tendo sido interdittados o do Santíssimo e o de S. Benedito que já se tinham tornado pequenos e estavam dentro do perímetro urbano.

Em sua homenagem a pequena praça fronteiriça à sua residência tomou o nome de "Praça Coronel Cazuzinha". Na Prefeitura existe um retrato seu pintado a óleo.

10 — Na República Velha os civis podiam ter patentes da Guarda Nacional.
 11 — "A Pena" — 1929.

Os Faria-Fraga disputavam sempre as posições ao Partido Liberal. Já o dr. Manoel José Gonçalves Fraga, desgostoso por não ter alcançado o lugar de Juiz de Direito (1884), pensava em retirar-se com os seus para S. Paulo, quando se deu o incidente do dr. João Faria.

Por ocasião da proclamação da República, o dr. João Faria, médico humanitário e muito estimado, gozava de verdadeiro prestígio no meio do povo. Exaltado com a satisfação do acontecimento, cercado de amigos e de grande massa popular, dirigiu-se ao edifício da Cadeia, forçou a pequena guarda composta de dois ou três soldados e um cabo, obrigou o carcereiro a abrir a prisão e pôs em liberdade os presos, alguns dos quais, de grande responsabilidade criminal. E aos brados de "Viva a República!" mandou um seu amigo prevenido com um pistão tocar a Marselheza, o hino famoso da liberdade. (12)

Passada a efervescência dos primeiros dias, acalmados os ânimos, vieram as reprovações e denúncias, pois a família tinha inimigos poderosos. Na Capital, foram tomadas providências energicas com ordens severas para prender os criminosos foragidos e processar o dr. João Faria. A despeito do grande prestígio que gozava, viu-se obrigado a retirar-se para S. Paulo, ocasião em que toda a família Faria-Fraga também se mudou para o Sul, vendendo suas boas propriedades no município e na cidade; de toda a família Fraga, ficou um filho, que morava na fazenda Mutamba, distrito sede, e uma neta, casada, com numerosos filhos pequenos, na cidade.

Em S. Paulo a família prosperou.

O dr. Manoel José Gonçalves Fraga, português naturalizado, bacharelou-se no Brasil e veio estabelecer-se em Caetité, onde tinha parentes ricos; casou-se com Maria, filha de Constantino José de Faria e Bernardino Pereira. Esta, enviuvando, casou-se em segundas núpcias com Domingos José Gonçalves Fraga, parente, talvez irmão do dr. Manoel, dando origem à numerosa família Fraga.

O dr. Manoel foi Juiz Municipal em Caetité; desgostoso com os acontecimentos, fez a grande mudança. Seus filhos Afonso e Constantino Fraga foram advogados eméritos e fizeram fortuna em S. Paulo. Sempre foram grandes amigos de Caetité e a eles a cidade deve significativas ofertas como o relógio da Catedral, e o órgão também da Catedral, o instrumental completo da Filarmonia Padre Fraga, um Gabinete Dentário para a Escola Normal, donativos de vulto para a Associação das Senhoras de Caridade e para a Sociedade de S. Vicente de Paula. A Pia Batismal, da Catedral, foi oferta de sua irmã Lucilla. Enquanto viveram nunca se esqueceram de sua terra, e a família ainda hoje guarda um sentimento de fraternal carinho para todos os caetienses que a procuram.

O episódio da soltura dos presos e confirmado pelas pessoas mais velhas da cidade. D. Ccra. (Corina Moreira Silveira Léo), filha de D. Nazinha (Maria Clementina Fraga Moreira Silveira), sobrinha por afinidade do dr. João Faria, conta que, após a libertação dos presos, o dr. João e seu irmão José Joaquim Fraga, ficaram presos "por si mesmos", na sala da Câmara, que era no pavimento superior da Cadeia, mas não se lembra por quanto tempo; do que se recorda bem é de que as bandejas de refeição iam de sua casa na praça de Santana, para a Cadeia, onde eles estavam.

12 — Crônica e narrativa oral de Antônio Marcelino das Neves.

Em 1885, estabeleceu-se em Caetité, chefe de numerosa família, o dr. Deocleciano Pires Teixeira, ingressando no Partido Liberal, a cujos chefes se ligou por laços familiares, tendo sua filha Alzira casado com o filho mais velho do dr. Joaquim Manoel.

Era médico, mas abandonou a clínica, dedicando-se à vida política do município e das regiões vizinhas e do Estado, e aos seus negócios particulares. Exerceu diversos cargos públicos: Deputado Provincial de 1888/89 e era candidato para a legislatura seguinte, quando a República foi proclamada.

Em 1890, foi Conselheiro Municipal (Vereador) e Presidente do Conselho até 92, quando substituiu o dr. Joaquim Manoel na Intendência Municipal até passar o exercício ao seu substituto eleito o dr. Cleofano Meireles, no ano seguinte. Logo, porém, o dr. Meireles renunciou, tornando ele à Intendência Municipal até 1895.

Foi eleito Senador Estadual para o período de 1893/98 e reeleito o dr. Cleofano Meireles, no ano seguinte. Logo, porém, o dr. Meireles renunciou, tornando ele à Intendência Municipal até 1895.

Foi eleito Senador Estadual para o período de 1895/98 e reeleito para 1899/1904, não chegando a completar este segundo período, tendo renunciado em abril de 1903.

Não havendo comparecido aos períodos legislativos de 1901 e 02 e recebendo os subsídios, entregou-os para a Intendência os aplicar no serviço de abastecimento de água da cidade.

Em 1904, o Governador do Estado, dr. Severino Vieira, rompeu com o seu antecessor, o Conselheiro Luiz Viana, de quem o dr. Deocleciano era amigo e partidário, e com ele ficou solidário; quando o Governador solicitou o seu apoio, respondeu por um telegrama incisivo e desaforado, que ficou famoso: "erraste o endereço". Em consequência, caiu no ostracismo e teve de sofrer represálias, além da perda das posições, do fechamento da Escola Normal e, no ano seguinte, o da Escola Complementar; ficaram na cidade apenas duas escolas primárias, a feminina, da professora Jovina Margarida da Trindade Novais e a masculina, do professor Camilo Prisco da Silva.

Quando o dr. Severino Vieira rompeu com o dr. José Marcelino de Souza, então Governador do Estado, o dr. Deocleciano solidarizou-se com este, apoiando o candidato dr. João Ferreira de Araújo Pinho.

Em 1911, apoiou a candidatura do dr. José Joaquim Seabra para Governador do Estado e muito contribuiu para a sua vitória, obtendo com sua influência a adesão de membros da Assembléa Estadual, necessários para completar o número exigido para o seu reconhecimento. Logo em seguida, porém, divergiu da orientação do dr. Seabra, e afastou-se da política para só retornar quando convidado pelo dr. Aureliano Leal (renomado jurista e político), que veio à Bahia coordenar a campanha presidencial do dr. Artur Bernardes à presidência da República. Esta volta foi feita com sacrifício, porque as condições estaduais e locais lhe eram inteiramente adversas, pois o dr. Seabra era candidato à vice-presidência na chapa Nilo Peçanha que se opunha à do dr. Artur Bernardes, e fazia grande pressão em todo o Estado, para a adesão total de sua candidatura. A reorganização do seu grupo político é dificultada de todas as maneiras, num trabalho lento e

13 — Biografia por Bulcão Sobrinho, do Instituto Geográfico e Histórico, publicada na "Tarde" de 1956. Dados fornecidos pela família, notícias dos contemporâneos e próprias.

penoso. Realizadas as eleições, ganhou o dr. Artur Bernardes, que convida para Ministro da Agricultura o dr. Miguel Calmon, grande amigo político do dr. Deocleciano.

Surge logo após a questão da sucessão governamental. É então que o Governador, sem condições de fazer sucessor, apresenta a candidatura do dr. Francisco Marques de Goes Calmon, irmão do Ministro da Agricultura, que é aceita por todos os elementos da oposição, mas no meio da campanha resolve retirar o apoio oficial e apresentou outro candidato, (dr. Arlindo Leone). A campanha eleitoral desenvolveu-se num ambiente carregado de violências, refletindo-se na cidade, num agravamento de ofensas e inimizades, extremando os partidos.

Reconhecido, afinal, o dr. Goes Calmon como Governador do Estado, deu ao dr. Deocleciano todas as posições políticas, tendo-se tornado um verdadeiro governador do sertão. Nesta ocasião, foi eleito Conselheiro Municipal, seu último cargo público.

Com a vitória da revolução de outubro de 1930, deu por encerrada sua carreira política, falecendo pouco depois.

Sua política, diziam os adversários, era "nas encolhas". Sempre tinha amigos e partidários, vivendo à sua sombra e a quem ele atribuía os feitos que eram motivo de protestos; "isto é cousa do Padre!", referindo-se ao Monsenhor Bastos, seu aliado. Dele contam que, por hábito, não gostava de receber políticos da vizinhança em sua residência. Uma vez, bateram palmas e à pergunta sobre quem batia, responderam: "O Capitão Elísio Silva, do Gentio!". A resposta veio rápida: "Não é aqui! é na farmácia com o dr. Meireles!".

Era na farmácia, onde ele comparecia todas as tardes, após a sesta, que os assuntos eram tratados. Ai, numa roda de amigos e correligionários, discutiam-se as novidades do dia e jogavam gamão. Não restam dúvidas de que era um hábil político e esta qualidade muito devia ter servido para protelar entendimentos, crises que, às vezes, passavam só com o decorrer do tempo. Foram criaturas suas o Monsenhor Bastos, o dr. Cleofano Meireles e o dr. Ovídio Teixeira, que foi seu herdeiro político.

Residia no "sobrado", na praça de Santana, ainda hoje residência da família e que comprou ao dr. Manoel José Gonçalves Fraga, com tudo que tinha dentro por dois contos e quinhentos mil réis, quando da retirada da família Fraga para S. Paulo.

O Sobrado estava sempre aberto para os amigos, com larga efusão e em termos à moda sertaneja.

Fisicamente de pequena estatura, olhos vivos e expressivos, educado e amável, nunca se omitindo, sabia ordenar e ser obedecido.

Nasceu em Ituaçu — 11/10/1844 — filho de Antônio José Teixeira e Maria Madalena da Silva Teixeira.

Em 1866, cursava o 2.º ano de medicina, quando seguiu como voluntário para a guerra do Paraguai, prestando seus serviços nos hospitais de sangue. Regressando, concluiu o curso, diplomando-se em 1870 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, depois de ter defendido tese e ser aprovado.

Em 1873, foi nomeado 2.º Cirurgião do Corpo de Saúde da Marinha, função que exerceu por três anos, quando pediu exoneração. Foi estabelecido-se em Grão Mogol, MG. aí permanecendo alguns anos, ficando e tomando parte na política local.

Transferiu-se depois para a Bahia, em Lençóis, e daí, para Monte Alto e finalmente, para Caetité, onde fixou residência, aqui vivendo 45 anos até a sua morte, ocorrida em 9/12/1930, aos 89 anos de idade.

De seus filhos, só dois, Mário e Oscar, dedicaram-se à política.

O dr. Mário Spínola Teixeira fixou-se em Guanambi, assumindo o controle da nascente vila; bastante autoritário, teve lutas armadas na disputa da chefia com Balbino de Araújo Cajaiá, genro do Cel. José Antoninho de Castro Tanajura, com um sobrinho de Balbino, João Araújo e com o dr. Francisco Fernandes, médico e político local. O dr. Araújo, mais diplomata, foi Deputado Estadual em várias legislaturas e seria o sucessor de seu pai, se a morte não o arrebatasse tragicamente, entre Salvador-Feira, em 1954.

O seu filho mais ilustre foi o dr. Anísio Spínola Teixeira, reconhecidamente uma glória nacional no setor da educação, cuja trágica morte ocorrida no Rio de Janeiro, em 1971, todos lamentamos.

Descendência do dr. Deocleciano Pires Teixeira

Casou-se com Mariana de Souza Spínola, de tradicional família sertaneja, e deste casamento teve dois filhos:

Alice — que se casou com o dr. Nicolau Tolentino dos Santos, Deputado Federal; não deixaram descendência;

Eurico — que morreu criança;

Ficou viúvo e casou-se com sua cunhada Maria Rita de Souza Spínola e teve três filhos:

Mário — Engenheiro civil, casado com Virginia Gomes de Oliveira Teixeira; 5 filhos — Guanambi;

Alzira — casada com Joaquim Manoel Rodrigues Lima Júnior; 6 filhos — Caetité;

Celina — qua faleceu criança;

Ficou viúvo e casou-se pela 3.ª vez com sua cunhada Ana de Souza Spínola (Donana) e teve 13 filhos:

Evangelina — (Van-Van) professora, casada com Francisco Pires de Oliveira; sem descendência. Moraram algum tempo em Caetité, depois transferiram-se para Salvador, onde ambos faleceram;

Celsina — professora, casada com o farmacêutico José Antônio Gomes Ladeira (dr. Juca). Tiveram um filho, Edvaldo, que morreu solteiro em 1945. Reside em Caetité;

Eurico — morreu criança;

Hersilla — (Tilinha) solteira; faleceu em Salvador em 1968;

Celso — casado com Nice Moreira Lima Silveira Teixeira, 8 filhos. Foi Coletor Federal de Caetité até se aposentar; há poucos anos transferiram-se para Salvador, onde faleceu em 1975;

Oscar — engenheiro civil, casado com Verbena Siqueira; sem filhos. Moravam em Guanambi e depois em Salvador; o dr. Oscar faleceu num desastre, em 1954;

Leontina — casada com o dr. Celso Torres; 2 filhos — Salvador;

Jaime — morreu criança;

Jaime — engenheiro civil, casado com Marieta Barreto de Castro Teixeira, 3 filhos — Rio de Janeiro;

Anísio — bacharel em direito, casado com Emilia Ferreira Teixeira; teve 4 filhos, um dos quais, José Maurício, falecido em desastre no Rio. O dr. Anísio faleceu tragicamente em 1971, no Rio;

Nelson — engenheiro civil, viúvo de Olga Duarte Guimarães Teixeira, falecida em Paris, em 1964; sem filhos. Agora, porém, o dr. Nelson tem uma filha, nascida em 1973 — Rio;

Angelina — (Gigi) solteira; Salvador;

Carmem — professora, solteira; Salvador.

DR. ANÍSIO SPINOLA TEIXEIRA

Um grande homem pequeno. De físico franzino, baixo, de uma inteligência aprimorada em longo e profundo estudo que espelhava em sua pessoa, possuía o magnetismo das almas entusiasmadas a quem os revezes do caminho tornam mais interessante a escalada.

A nós, da Escola Normal, tratava como a filhos privilegiados por estarmos na linha de frente do bom combate, ajudando a formar os profissionais para o serviço. Era, ao seu ver, uma honra e uma glória que não devíamos esquecer nunca, dedicando a este trabalho toda nossa vida. Só assim Anísio compreendia o magistério.

Toda sua vida foi dedicada a melhorar o ensino, possibilitando o melhor rendimento escolar e sempre de maior número. Lutou por um ensino mais integrado na comunidade, de melhor qualidade; quando lhe objetavam que o ensino que preconizava era caro, respondia: "A boa educação não pode ser barata; tem que ser cara; cara como a guerra".

A educação do homem brasileiro dedicou sua vida, mas educação tomada no sentido de civilização. Sua opinião arraigada era que a base de todo progresso repousava na educação. Em 1970 escreveu, agradecendo uma homenagem que lhe foi prestada: "Fui um inconfundido com a lentidão nacional em se aperceber de que a educação não pode ser um bem de poucos, nem apenas de muitos, mas de cada um".

Sua carreira começou logo após sua formatura em Direito em 1923, ocupando o posto de Diretor da Instrução da Bahia (naquele tempo não havia Secretário de Educação) do governo de Goes Calmon, ocasião em que teve ensejo de criar ou propor a criação da Escola Normal, antiga e justa reivindicação dos caetiteenses, criando ao mesmo tempo a de Feira de Santana, descentralizando assim o curso de formação de professores.

Cada visita que fazia à sua terra era também uma visita "aos seus professores da Escola". Reunia-os e dava conta de seus projetos, cada qual mais grandioso: os Centros Integrados, que só viriam a ser realidade — pávida realidade — neste fim de século; as Escolas-Parques; os Cursos de Férias, as Especializações, a Autonomia do Ensino, a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino, todos planos para o futuro, mas que ele via brilhar à sua frente, e malgrado injunções políticas em demoradas e cortes, emendas e pareceres diferentes, teve a alegria de ver alguns frutificando.

O capítulo sobre Educação e Cultura da Constituição do Estado é de sua autoria e tão importante lhe parecia a autonomia dos serviços administrativos da Secretaria de Educação, que comparava esta medida à da fundação da República: "...pela terceira vez estamos tentando fundar a República. É natural que não queiramos falhar, é natural que desta vez fundemos realmente a Democracia. Democracia é um regime de saber e de virtude. E saber e virtude não chegam conosco do berço, mas são aquisições lentas e penosas por processos voluntários e organizados. Embora todos os regimes dependam da educação, a democracia depende da mais difícil das educações: aquela pela qual o homem — todos os homens e todas as mulheres — aprendem a ser livres, bons e capazes. (14)

É só se consegue isto, ao seu ver, com a educação dada por mestres dedicados e capazes, dirigidos por um organismo livre das injunções políticas, e não só livres, mas cheios de prestígio e tão

abundantes de recursos quanto possível. A educação é uma arma cara, "cara como a guerra, uma luta de todos os dias começando sem cessar". Para esta guerra Anísio exigia tudo dos professores: dedicação integral, sacrifício de toda uma vida, fixados — e contentes — no serviço, sem perspectivas outras que não a de um operário especializado, mola mestra da nação, embora com salário de fome.

Entre os cargos que ocupou, três foram os mais importantes, deixando um rastro luminoso de sua passagem pela diretoria que imprimiu aos serviços ao seu cargo, não tanto quanto desejava fazer, mas o que foi possível fazer:

Em 1931, ocupou o cargo de Diretor Geral da Instrução do Distrito Federal. Era uma posição de larga projeção nos meios educacionais brasileiros, e seus antecessores tinham sido notáveis educadores, como Afrânio Peixoto, A. Carneiro Leão e Fernando de Azevedo.

Aí iniciou uma administração que marcou época e confirmou a fama adquirida na Bahia, quando se projetou no cenário nacional.

Circunstâncias políticas afastaram-no dos serviços, e ele se voltou para a empresa privada, no Amapá, onde poderia ter feito fortuna se não deixasse tudo para atender ao convite de Otávio Mangabeira, para dirigir a Secretaria de Educação e Saúde da Bahia.

Fez como Secretário de Educação que organizou a Lei Orgânica do Ensino do Estado da Bahia, a mais avançada lei de ensino que se elaborou no Brasil. Não podia, em 1947, ser aprovada uma lei assim tão liberal, como não foi, sofrendo demoradíssimo exame do Legislativo, e recebendo emendas que a desfiguraram, mas ainda hoje suas bases estão sendo lentamente aproveitadas.

Iniciou sua administração na esperança de implantar a maior reforma educacional do País — era um entusiasta que os revezes não abatiam. Como dele disse Jorge Amado no seu artigo "Mestre Anísio": (15) "Foi o mais modesto dos grandes homens, o mais simples, o que menos desejou para si próprio. O mais ambicioso, porém, em relação ao Brasil e ao homem brasileiro. Ninguém como ele tão capaz de acreditar e confiar nos demais, de ver e revelar as qualidades de cada um e de valorizá-las, de conseguir estabelecer a confiança e descobrir valores".

Conseguiu, ainda assim, realizar grandes reformas na sua Secretaria, dividindo-a em dois Departamentos, o de Saúde, que foi entregue a um técnico competente, e o de Educação, que dirigiu; criou as Superintendências do Ensino Elementar e Médio e a de Difusão Cultural; restabeleceu os concursos para ingresso no magistério; ensinou a criação da Hora da Criança; criou a Biblioteca Infantil Monteiro Lobato e a Biblioteca Central de Educação; expandiu o ensino médio com a criação dos Ginásios de bairro, seções do Colégio Central; criou o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, também conhecido como Escola-Parque da Bahia.

Foi uma experiência emocionante que lhe foi dado viver, criando, construindo, inaugurando a obra que foi "A menina de seus olhos", uma experiência pioneira no Brasil, uma obra de projeção internacional. De fato, de todas as suas realizações, a Escola Parque da Liberdade, foi a que mais repercussão alcançou e que ainda hoje é citada como o conjunto escolar da mais orrojada concepção pedagógica.

14 — Defendendo a tese da Autonomia dos Serviços Administrativos na Assembléia Legislativa do Estado, em 1947

15 — Publicado na "Tribuna da Bahia", em 20/3/1971

Localizada no bairro mais pobre da época, "em péssima localização" como se dizia, tem sido visitada por educadores de todo o Brasil e de muitos países e sua influência sobre a vida do bairro é sensível no decorrer destes anos.

Quando ao ensino primário, seu objetivo como Secretário, foi recuperar a escola primária, dando-lhe condições para melhorar a qualidade do ensino e ampliar o tempo de permanência das crianças na escola.

Ocupou depois o cargo de Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, INEP, onde prestigiou as atividades relacionadas com a instrução e cultura, no país, publicação de revistas e edições de obras especializadas em educação realizando uma grande obra de âmbito nacional.

O ensejo da inauguração da nova Capital do País onde tudo parecia ser feito, era um apelo muito forte ao seu ideal de educador. Organizou o sistema escolar de Brasília pela Escola-Parque, conforme declara: "...cujo plano traçamos com o propósito de abrir oportunidades para a Capital do País oferecer à Nação um conjunto de escolas que constituísse exemplo e demonstração para o sistema educacional brasileiro".

Criada a Universidade de Brasília, foi o seu primeiro-Reitor, e deu o primeiro passo na reforma do ensino universitário, que ainda está sendo implantado.

Em 1967 veio à Bahia para ministrar a turma da Faculdade de Filosofia da UFBA, produzindo um documentário brilhante sobre "A longa revolução dos nossos dias". Em certo trecho, dizia: "Tenho a idade deste século. Acompanhei-o em condições especiais pois a vida me permitiu vê-lo dos pontos de vista mais diversos, desde o sertão remoto e neolítico até algumas capitais mais modernas do planeta. Como o século é o da mudança e da velocidade, passaram pelos meus olhos transformações que no passado exigiram muitos séculos. O fim do século 18 foi marcado pelo movimento demográfico e pela mudança da forma de trabalho ou seja pelo processo de industrialização. O primeiro preocupa-se com o significado e o destino da vida humana; o segundo, está voltado para a mudança de condições de produção e organização social; ambos revolucionários e se desenvolvendo simultaneamente".

Viajou pelo mundo todo, fazendo várias viagens à Europa e à América do Norte; teve intensa atividade intelectual, escrevendo livros, traduzindo obras estrangeiras, escrevendo artigos.

Ao completar 60 anos foi homenageado pela Civilização Brasileira Editora, com o livro "Anísio Teixeira, Pensamento e Ação", reunindo depoimentos de grandes nomes nacionais.

Em 1970, a SELIBA — Semana do Livro Baiano — prestou-lhe significativa homenagem, tendo sido também homenageado pela Assembleia Legislativa da Bahia.

Sua última visita à Bahia foi em dezembro de 1970, para o penoso dever de enterrar seu amigo, conterrâneo e parente Nestor Duarte, ambos nascidos "na pequenina e ilustre cidade sertaneja".

Candidato à Academia Brasileira de Letras, estava praticamente eleito, quando a fatalidade o atingiu; faleceu vítima de acidente provocado por um defeito na porta do elevador de um prédio, no Rio, quando ia fazer a visita de praxe, que os candidatos fazem aos Imortais.

O Brasil todo se comoveu com tão trágico destino.

Foi homenageado no Congresso Nacional, na Assembleia Legislativa do Estado, pela imprensa de todo o país; só a sua terra se absteve até agora (1974) de lhe render uma homenagem.

Em agosto de 1975, o Instituto de Educação que tem o seu nome, celebrou, por determinação do Secretário de Educação, dr. Carlos Santana, a Semana Anísio Teixeira, com conferencistas e grupo de teatro vindos de Salvador e a sua irmã D. Celsina Teixeira Ladeira expôs o Sobrado (casa de residência da família) à visitação pública.

No dia 10 de agosto (1974), em solenidade realizada no Itamarati, Brasília, foi homenageado como Grande Oficial da Ordem Nacional do Mérito Educativo. Neste dia também foi inaugurado seu busto em bronze no Centro Integrado Anísio Teixeira, o CIAT, em Salvador.

DADOS BIOGRAFICOS

Nasceu em Caetité, a 12 de julho de 1900, filho de Deocleciano Pires Teixeira e Ana Spinola Teixeira. Era casado com Emília Ferreira Teixeira e teve 4 filhos:

Carlos Antônio — médico psiquiatra, casado, 2 filhos — Rio

Marta — X Mário Celso Gama Lima, 3 filhos — Rio

Ana Cristina — X Paulo Alberto Monteiro de Barros, 3 filhos — Rio

José Maurício — faleceu vítima de desastre, ainda estudante, no Rio. Fez seus estudos primários em Caetité, com a professora Maria Teodolina Neves Lobão, e logo depois com sua tia, professora Prescila de Souza Spinola. O curso médio, no colégio Antônio Vieira, onde se tornou grande amigo do padre Cabral, que influiu na sua formação religiosa, chegando a pensar, seriamente, em fazer-se jesuíta, assim que se diplomasse. O convite do dr. Góes Calmon para o cargo de Diretor da Instrução desviou-o do caminho da igreja.

Diplomou-se em Direito pela Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, em 1923. Graduiu-se em Master of Education pela Universidade de Colúmbia (E.U.). Em 1964 foi chamado para colaborar na UNESCO, num grupo de educadores de fama mundial.

Livros publicados

- 1928 — Aspectos Americanos de Educação — Tipografia S. Francisco — Salvador
- 1933 — Educação Progressiva — Companhia Editora Nacional — S. Paulo
- 1934 — Em marcha para a Democracia — Editora Guanabara — Rio de Janeiro
- 1953 — Educação para a Democracia — Companhia Editora Nacional — S. Paulo
- 1956 — A Educação e a Crise Brasileira — Companhia Editora Nacional — S. Paulo
- 1957 — Educação não é Privilégio — José Olímpio Editora — Rio de Janeiro
- 1968 — Educação é um Direito — Companhia Editora Nacional — S. Paulo
- 1969 — Educação e o Mundo Moderno — Companhia Editora Nacional — S. Paulo
- 1969 — Educação no Brasil — Companhia Editora Nacional — S. Paulo

OS PARTIDOS POLITICOS LOCAIS

Não se sabe precisamente quando e por que motivo começou o rompimento entre os chefes e a formação de duas correntes partidárias locais, que se denominavam **Morcegos** e **Caetitius**.

Os "Morcegos" eram aliados do Cel. Cazuzinha, do seu irmão Otacílio e dos Tanajuras. Era uma alcunha pejorativa, significando falsidade; morcego chupa e sopra. Caititu era também ofensivo, significando que embora enxotado de todos os lados, investia e não queria deixar as posições. Eram partidários dos Teixeira e de Lima Júnior.

Até começo do século, mais ou menos até 1908, reinava paz e harmonia; os chefes se entendiam bem, eram compadres e amigos; "Caetitê era uma só família" conforme se expressou um representante da sociedade local, envolvido nas disputas que se seguiram. (16)

Luta armada mesmo, só houve uma ameaça que não se concretizou e que foi o caso do "Cerro da rua Barão", narrado mais além nestas notas.

É de supor que, no rompimento do dr. Deocleciano com o Governador Severino Vieira, as posições políticas locais caíram inteiramente em mãos do Cel. Cazuzinha e seus partidários. Formavam um clã muito forte; houve época em que a quase totalidade das posições políticas e econômicas estavam com eles: o Cel. Cazuzinha, seu irmão Otacílio e o Cel. José Antoninho (José Antônio de Castro Tanajura) ficaram com as posições quando do novo rompimento do dr. Deocleciano com o dr. Seabra; praticamente a família Tanajura e seus aliados eram senhores da situação.

O Cel. José Antoninho tinha 8 filhos e com exceção de uma, casada com Licurgo Araújo, morando em Riacho de Santana, todos residiam na cidade, casados, com numerosos filhos e ainda tinha criado e casado bem duas sobrinhas órfãs. Todos bem casados e ocupando posições de destaque: o Juiz de Direito, dr. Polibio Mendes da Silva (1916/24) casado com sua filha Maria Adelaide (Zinha) Tanajura; o Promotor, dr. Pedro Pinto, casado com uma de suas sobrinhas, Ana (Donana); o Coletor Estadual, seu filho Clemente Ladeira Tanajura, casado com Julieta, filha do Cel. Otacílio Rodrigues Lima; o dr. Manoel Ladeira Tanajura, médico clínico, seu filho; o adjunto de Promotor de

sua corrente; outro filho, João Evangelista tinha sido nomeado Coletor de Rio de Contas, mas a família morava aqui; era casado com outra filha do Cel. Otacilio, chamado Zelina; Balbino de Araújo Cajalba, seu genro, casado com Maria Fausta (Sinhá), espírito enérgico e combativo, Delegado de Polícia; e mais dois filhos casados na cidade: Josefina (Fifina), casada com Gasparino Castro, com muitos filhos e José Ladeia Tanajura, casado com Judite Guimarães.

A situação com os Governadores Seabra, Antônio Muniz e novamente Seabra, era favorável aos Tanajuras, porque a breve adesão do dr. Deocleciano não deu para modificar o quadro político. Ainda assim, Monsenhor Bastos substituiu um Intendente, o Cel. José Antônio, e governou 10 meses, de agosto de 1919 a maio de 1920. Mas a corrente dominante pôde contornar a situação; João Tanajura, com a influência de Pereira Moacir e Frederico Costa, Senadores influentes na vida do Estado, conseguiu então — 1920 — todas as posições políticas de Caetitê.

Recebido o telegrama comunicando o fato, o Cel. José Antoninho não podendo, por motivo de moléstia, levar pessoalmente ao Cel. Cazuzinha, mandou seu filho Clemente, com os seguintes dizeres: "diga-lhe que vou depois; que mande os nomes para serem nomeados; que o chefe continua sendo ele".

O Cel. Cazuzinha também estava acamado; respondeu textualmente: "diga a seu pai que não aceito a chefia; que o chefe é ele; não me ficaria bem aceitá-la com o dr. Seabra (de quem tinha divergido por motivo da candidatura de Rui Barbosa à presidência da República). Nada quero; só de uma coisa faço questão: a exoneração do adjunto de Promotor."

O Cel. José Antoninho foi então nomeado Intendente, substituindo Monsenhor Bastos e governou até 1923.

Aproximava-se o fim do governo do dr. Seabra que, tendo perdido a eleição para Vice-presidente na chapa Nilo Peçanha e sentindo-se pouco prestigiado e sem condições de fazer sucessor, apresentou a candidatura do dr. Francisco Marques de Góes Calmon, irmão do Ministro da Agricultura, dr. Miguel Calmon. Esta candidatura foi aceita por toda a oposição do Estado, mas muito mal recebida pelos elementos governistas que dominavam a situação, tanto que, em meio à campanha e influenciado pelo Senador Moniz Sodré e outros pró-dr. Arlindo Leoni.

A eleição, fraudulenta de parte a parte, não deu um final positivo, resultando na instalação de duas assembleias legislativas, cada qual disputando o direito de reconhecer o verdadeiro governador.

O predomínio seabrista, que durante 12 anos exerceu no Estado um mando discricionário, avulta de violência. Foi decretada a intervenção local na Bahia; foi Interventor o General Marçal.

Cerco da Câmara — Por ocasião das eleições, a corrente dominante local, vendo que ia perder, resolveu que não haveria eleição, surgindo daí o caso do "Cerco da Câmara", que foi bem o antecedente do outro cerco, o da rua Barão. João, o mais violento dos Tanajuras e, consequentemente, o mais visado, para que a eleição não se realizasse, mandou trancar o prédio da Câmara, onde estavam os livros.

Entretanto, a porta foi arrombada e a eleição começava quando a força policial cercou o prédio; ninguém podia entrar ou sair, sem uma ordem especial do Delegado de Polícia. Durante todo o dia, as pessoas que lá se encontravam, inclusive o dr. Deocleciano e todos os altos próceres oposicionistas, ficaram no pavimento superior. Como o

sobrado junto ao prédio da Câmara era de uma cunhada do dr. Deocleciano, as refeições foram passadas pelas janelas do fundo, que eram contíguas. E acabada a eleição, os livros foram também passados para o sobrado de D. Haide.

Do episódio resultou grande animosidade, em que era ponto de honra o afastamento de João Tanajura. Estes fatos acirraram os ânimos nos meios políticos e domésticos e é dentro deste quadro que é preciso colocar o incidente do Cerco da rua Barão, cuja consequência imediata foi mesmo a retirada de João Tanajura para Rio de Contas, onde era Coletor Estadual.

Com a vitoriosa candidatura do dr. Góes Calmon e sua posse apoiada pelo dr. Deocleciano, é que os Caititus passaram a dominar. Nesta mudança é que houve o episódio do cerco, que me foi relatado, com pormenores, por um dos que foram nele diretamente envolvido. É possível que haja algum ponto a contestar, mas o caso foi de domínio público e estava bem vivo quando cheguei a Caetitê, em 1926.

O CERCO DA RUA BARÃO

Para comemorar a posse do dr. Góes Calmon, foi organizada uma passeata que partiu da Chácara, residência de Antônio Vilasboas, próxima à cidade. Era a noite de sábado, 29 de fevereiro de 1923. Dizia-se que era para expulsar os Tanajuras. Estes, também armados e com jagunços, como os outros, concentraram-se no começo da rua Barão, justamente onde moravam seus parentes, de ambos os lados da rua. Da casa de Otacilio (atual residência de seu neto Luís Oto Koehne — 1976), pelos fundos dos quintais comunicava-se com a casa de D. Iaiá (Maria Josefina de Castro, viúva do dr. Antônio Pereira de Castro que foi Juiz de Direito na cidade em 1898) e sobrinha do Cel. José Antoninho. Do outro lado da rua, desde a casa grande da família (atual residência do dr. Leônicio Cardoso) comunicava-se com a vizinha, onde era a residência de Balbino, e com a outra, contígua, onde era a Coletoria Estadual, todas ocupadas com a família, com os amigos e com os jagunços.

Na noite da passeata, entrincheiraram-se nos pontos estratégicos, esperando os insuítos e ameaças e talvez agressão do grupo que com grande algazarra descia a rua Barão. Por uma razão qualquer, alguma voz menos exaltada talvez, resolveram entrar pelo beco de S. Benedito e, percorrendo a rua S. João, Largo do Alegre, desembocaram na praça de Santana, em frente à casa do chefe.

No dia seguinte, domingo, o trecho da rua em apreço amanheceu cercado pela força policial. Havia 8 soldados no destacamento comandados pelo sargento Maia, porque o Comandante do destacamento, Tenente Otoniel, "modelo de oficial honrado", segundo a versão se demitiu, retirando-se quando as posições foram mudadas.

Dias antes do cerco, um telegrama apócrifo foi divulgado na cidade, autorizando a prisão de João Tanajura. Foi então que o Tenente Otoniel ofereceu-se para arremessar praças e resistir às mudanças, sacrificando sua carreira e talvez sua vida, no que foi recusado, pois nunca se pensou em conflagrar a cidade. Então o Telegrama era dirigido por um aliado dos Teixeira, que tinha desertado das hostes de Cazuzinha, no que foi acompanhado de muitos outros, fato que sempre se repete nas mudanças políticas, mas ele, por ser telegrafista, era o mais visado.

Outro ex-aliado foi o dr. Joaquim Venâncio de Castro que, na véspera do cerco entrou na cidade, com oito jagunços. O dr. Joaquim Venâncio era casado com uma sobrinha e filha de criação do Cel. José Antoninho. Acusado, posteriormente, dirigiu uma carta ao Delegado (outro ex-aliado) para esta autoridade dizer se foi dele o plano do cerco que, na época, lhe foi atribuído.

Todo o domingo — 1.º de março — a rua Barão esteve cercada; ninguém entrava nem saía do trecho. Houve falta de leite para as crianças da família, que eram muitas; foi um pânico. João Tanajura escreveu uma carta pedindo 24 horas para a família se retirar, mas todos os outros não concordaram; não seriam expulsos de sua terra; não eram criminosos.

A tardinha, o Cel. Hermelino Silveira — espírito de todo oposto à violência — foi à casa do Cel. José Antoninho, parlamentar. Este se achava acamado; tinha 70 anos e não gozava saúde, e os acontecimentos o abateram muito; não era homem de luta. Amigo e compadre três vezes do dr. Deocleciano, muito o magoou a carta que dias antes este lhe escrevera, em termos cerimoniosos, responsabilizando-o pela vida de seu filho Mário Teixeira que, em Guanambi, se empenhava em luta armada contra seu genro Balbino Cajafba, e que ele teria mandado matar. A resposta, igualmente cerimoniosa, dizia em certo trecho: "deixo à sua consciência julgar se me conhecendo desde longa data, compadre e amigo em todas as ocasiões, seria capaz de mandar assassinar alguém".

Foi então o Cel. Hermelino parlamentar com João Tanajura que mandou chamar Clemente. Quando este ia atender o chamado, encontrou o Cel. Hermelino na casa de D. Iaiá que lhe entregou uma folha de papel com as exigências para levantamento do cerco. Clemente confessa ainda hoje — 1965 — que sabe que leu, mas não se lembra nem nunca se lembrou do que estava escrito. Teve uma violenta crise nervosa, gritou, desacatou a todos, não pôde ser contido, foi à rua, até que se exaustou, se recolheu num quarto na casa do sogro, onde não quis mais contacto com ninguém; só sua esposa Julieta podia entrar, sem aludir aos acontecimentos; fechou-se no quarto e assim decorreu o resto do dia. A noite foi calma e no dia seguinte, verificaram que o cerco estava levantado.

Não foram expulsos, mas devido aos acontecimentos e suas consequências, quase toda a família acabou se retirando. João foi o primeiro que saiu para Rio de Contas, onde era Coletor e de lá pleiteou e foi removido para S. Francisco do Conde, onde quase perde a família toda de febre amarela; Balbino, com sua numerosa prole, mudou-se para Areia (Ubaíra); dr. Polívio Mendes foi removido; dr. Manoel Tanajura foi para Jequié; José, para o norte de Minas; Clemente foi removido para Guanambi.

Em abril, Clemente vai a Salvador e entende-se com o General Marçal; verificou-se que o telegrama que tanto exaltou os ânimos, era falso; encaminhou-o para o Secretário de Segurança (Chefe de Polícia, como então se dizia) dr. Marques dos Reis, que puniu os soldados mais exaltados e propôs levá-lo ao Governador. No dia marcado para a audiência, 24 de abril de 1923, recebeu um telegrama comunicando a morte de seu pai. Desistiu de tudo — até de qualquer satisfação ao Governador e ao Secretário — e embarcou imediatamente no navio da Baiana que fazia a linha Salvador-Cachoeira, onde, em S. Félix, tomou o trem de regresso ao sertão, sem querer mais se envolver em política.

Atualmente (1976) Clemente vive em Salvador com sua família, sendo o único dos irmãos vivos. Comemorou em 1972 suas bodas de ouro e seus 80 anos de idade, no mesmo dia da formatura em direito, de uma neta. De toda família Tanajura, vive ainda em Caetité uma filha de Clemente, a professora Amanda Ladeira Tanajura Gondim.

NOVO ROMPIMENTO

Em 1926, foi instalada a Escola Normal, motivo de geral satisfação e de grande importância para a vida da região, mas que deu lugar a outro terrível rompimento entre os partidos.

Ao serem nomeados os professores, não sobrou um lugar para a filha de um correligionário, o Cel. Manoel Fernandes da Cunha, a professora Alice, recém-formada, que foi designada para Santa Luzia, localidade situada a 18 km. da cidade.

Foi uma ofensa cujas consequências foram grandes e duradouras, principalmente quando ainda mal cicatrizadas as feridas pelos episódios anteriores.

Os Teixeira passaram a contar com ferrenhos adversários, que tudo faziam para tumultuar a vida da cidade, criando situações que davam lugar a violências punitivas pelos oficiais delegados de polícia. Entre os mais exaltados anti-teixeiristas estava o negociante, chefe de numerosa família, filho da terra, Durval Públio de Castro. Ia à capital, dava entrevistas a jornais; telegrafava às autoridades, dava denúncias; mandou imprimir um jornal que só continha as "violências dos Teixeira". Eu mesma vi um destes jornais; era o mesmo em alguns exemplares. Então, era para Durval "engolir" o jornal; esteve ameaçado e os clamores foram grandes.

Sobreveio a revolução de 30, aclamada com alegria pelos Morcégos. Entre as várias reivindicações, figurava a demissão de todos os professores da Escola Normal, mudança do telegrafista, nomeação de novas autoridades, etc. Não conseguiram tanto, sobretudo porque o Interventor Federal, o dr. Leopoldo Amaral, não quis tumultuar o ensino, dispensando de vez, todos os professores — e era só como a medida contentaria aos mandantes, segundo se disse na época.

As posições de chefia foram assumidas pelo partido rival, mas, graças aos representantes da revolução, militares e civis que aqui a trouxeram, não houve violências, a não ser, naturalmente, a mudança de delegado e algumas transferências de funcionários. Para este clima de relativa tranquilidade muito concorreu o conceito que Caetité gozou sempre de cidade culta e civilizada, e o éco distante do fechamento da antiga Escola Normal por um Governador atrabaliário; não podiam os representantes da Nova Ordem desmerecer das tradições de cultura, para o futuro. O Prefeito foi substituído por um professor da Escola, o dr. Francisco Bastos, mesmo sendo irmão do Monsenhor Bastos.

Quando o dr. Deocleciano morreu, já estava instalada, no País, a revolução de 1930. O partido dos Teixeira ficou no ostracismo;

o dr. Oscar que seria o continuador da política de seu pai, mudou-se para Guanambi onde seu irmão, o dr. Mário, assumiu as posições com a revolução. Em Caetité o dr. Ovídio, aliado político de muitos anos do dr. Deocleciano, assumiu a chefia do seu partido, e teve sorte, pois se fez partidário e amigo pessoal do General Juraci Magalhães, então Tenente Interventor, depois Governador do Estado e que o prestigiou sempre, durante todo o resto de sua vida.

Finalmente, os ânimos serenaram, para o que concorreram várias causas, como a afluência de famílias dos distritos e dos municípios vizinhos, que vinham (e ainda vêm) trazer os filhos para estudar; novos professores vindos quase sempre da Capital; instalação da Agência do Banco do Brasil, trazendo novo contingente. Toda esta gente chegada, não tinha a "ofensa" dos partidos e foi modificando o meio caetiteense, sanando as arestas, conduzindo a uma coexistência entre os partidos sob relativa paz e respeito mútuo. Os próprios nomes pejorativos dos partidos foram desaparecendo e hoje (1976) quase toda gente da cidade os ignora, porque com a sua população flutuante, a maioria dos residentes é recém-chegada.

DR. OVIDIO ANTUNES TEIXEIRA

Caetiteense, aqui radicado, com farmácia desde a sua formatura, o dr. Ovídio foi uma figura vulgar de chefe. Boníssimo, usou sempre sua influência para beneficiar seus amigos e correligionários políticos; praticamente, não há uma só família destes que não lhe devam um emprego. E sempre recebeu ingratidão sem conta, principalmente nos seus últimos anos.

Dele ouvi mais de uma vez a declaração de que, herdeiro de bens por três vezes, possuindo seu próprio ramo comercial, nada tinha de seu, praticamente pobre, tudo gasto em política. Detestava violências e delas nunca mandou fazer uso.

A exemplo do seu chefe dr. Deocleciano, sempre tinha ao seu redor um aliado mais íntimo, ao qual dava toda confiança e de tantos que teve e ajudou a se elevar, teve poucos verdadeiramente amigos; entre os mais fiéis avulta o Deputado Estadual Aloísio da Costa Short, que lhe sobreviveu por poucos meses.

Era filho de Crescenciano Antunes Teixeira e Antônio Silveira, irmão, entre outros, do Cônego Manoel Hígino da Silveira, que foi vigário de Livramento de Nossa Senhora durante toda sua vida.

Nasceu em 3/6/1885. A família Antunes Teixeira era enorme; parte dela mudou-se para Conquista.

Aqui mesmo em Caetité fez seus estudos primários com o professor Francisco José de Santana, passando à capital, onde se diplomou em farmácia, em 1909.

Chegando formado, montou uma farmácia que se chamou primeiro Farmácia Nice, enquanto durou a sociedade com seu primo Joaquim Silveira Lima, e depois, quando ficou único dono, Farmácia Teixeira. Filiou-se ao partido ingressando na política, seguindo o dr. Deocleciano Pires Teixeira durante toda a vida deste, e assumindo, depois, a direção política.

Foi Conselheiro Municipal (Vereador) várias vezes, Presidente do Conselho (Câmara Municipal) mais de uma vez, Intendente (Prefeito) 4 vezes: 1924/27; em 1929; 1932/34; 1948/50. — Foi Deputado Estadual de 1935/37 e Senador Federal 1959/63.

Fez boas relações de amizade e políticas no cenário estadual e federal; foi amigo particular e correligionário do General Juraci Magalhães que lhe dispensou todo apoio, enquanto viveu.

17 — Apesar do sobrenome, não era parente do dr. Deocleciano.

Quando exercia o cargo de Senador em Brasília, a distância do seu colégio eleitoral lhe foi fatal. Não era possível estar sempre presente, a distância não permitia uma fiscalização mais acurada, e seus aliados tiraram partido da situação, formando seus próprios grupos e, seunidos, puderam assim "derrubar o jequitibá", como se dizia na época.

Ele suportou o golpe esportivamente; "sei ganhar e sei perder" e voltou a Brasília para terminar seu mandato.

Ao regressar, velho e doente, mas muito mais preocupado com a moléstia de sua esposa, já não teve tempo para reunir seu partido disperso.

Ainda lutou e foi prestigiado pelos Governadores, notadamente pelo dr. Luís Viana Filho, de cujo pai foi, com o dr. Deocleciano, partidário fiel, mas ao lado das deserções, entrou em cena um novo fator que concorreu para derrotá-lo: o poder econômico. Como sempre dizia: "sou pobre, não posso gastar milhões numa eleição".

Entre as realizações de sua administração municipal, contam-se o Grupo Escolar Monsenhor Bastos, a Prefeitura Municipal, o motor da luz em 1932, o prédio onde funcionou a Usina da Luz, à rua S. João, o terreno para instalação da Escola Agrícola, que adquiriu às suas custas, pois no momento a Prefeitura não estava em condições de despendê-la a quantia exigida, beneficências nos distritos, calçamento de algumas ruas, um terreno para construção de um prédio escolar, em Monsenhor Bastos, distrito de Lagoa Real.

Quando de seu primeiro mandato de Intendente, concedeu à Associação das Senhoras de Caridade de Caetité o terreno para construção de sua sede própria.

Durante sua direção política de 40 anos, Caetité viveu um clima de paz e segurança. Bondoso e caritativo, concedia favores, nomeações e empregos a grande parte da população da cidade e dos distritos. Casou-se em 1911 com Sofia Guimarães Teixeira (Sussu) que faleceu em 15/7/1968 e foi Secretária da Escola Normal até aposentar-se; ele lhe sobreviveu por quase dois anos, tendo falecido em 18 de março de 1970.

Não tendo filhos, o casal criou uma irmã de Sussu, a professora Nadir Guimarães Lacerda.

DR. OSVALDO RODRIGUES LIMA

Da família do Cel. Lima Junior, os dois filhos mais velhos não quiseram entrar em política; o mais moço, o dr. Osvaldo, médico clínico — último médico — na cidade, foi chefe do Posto de Saúde até se aposentar.

Casou-se com Hilda Cardoso e tiveram 4 filhos; residiam na cidade.

O dr. Osvaldo chefiou um grupo de partidários fiéis, por muitos anos, geralmente aliado ao dr. Ovidio, mas afinal mudou-se para S. Paulo, em 1965, com toda a família, onde reside atualmente (1976), embora nada tenha vendido de seus bens na cidade e na zona.

Ele também desencantou-se da política, vítima do poder econômico, que iria acabar mais tarde a influência ovidista. Embora de largas posses, não é rico; não podia gastar milhões numa eleição.

DR. VOQUITON FERNANDES TEIXEIRA

Com a morte do dr. Ovidio que, desfalcado embora de inúmeros partidários, ainda representava uma força, sobretudo pelo prestígio

com as altas autoridades estaduais e federais, ficou acéfala a chefia do seu grupo, extinguindo-se assim o partido dos Teixeira's, que por mais de 80 anos, vigorou em Caetité.

Nos seus últimos anos, o dr. Ovidio se apegou muito ao seu médico particular, o dr. Voquiton Fernandes Teixeira, Diretor do Hospital Regional, filho da terra, clínico de nomeada. Avesso à política, o dr. Voquiton acabou envolvendo-se e em 1967 aceitou sua candidatura para Prefeito, já quando a oposição tomava forças com a união dos vários grupos; perdeu, numa campanha disputadíssima, mas tomou gosto e, em 1970 era chefe da Arena 2, um grupo bastante numeroso para participar de um acordo político de pacificação, na substituição do Prefeito dr. Clarismundo Francisco Pontes (1971/72).

A esposa do dr. Voquiton, professora Edelweiss é a Diretora do Centro Integrado Anísio Teixeira.

Atualmente (1976), o dr. Voquiton é o Diretor do CERIN — Centro Regional Integrado — que superintende 22 municípios e chefe de real prestígio.

DR. CLARISMUNDO FRANCISCO PONTES

O outro grupo político — Arena 1 — tem como chefe o médico clínico dr. Clarismundo Francisco Pontes, de Salvador, mas radicado há mais de vinte anos em Caetité.

Foi Prefeito (1971/72) e atualmente é o Diretor Regional de Saúde — DARES — que superintende 22 municípios, os mesmos do Cerin. Seu filho recém-formado, dr. Jairo Francisco Ramos Pontes é o médico do Posto de Higiene da cidade.

Na pacificação das Arenas para escolha do Prefeito, o grupo dos Ladeiras que estava com o dr. Clarismundo não aceitou o acordo. É liderado pelo ex-Prefeito (1967/70) José Augusto Teixeira Ladeira, e luta para sobreviver politicamente.

INTENDENTES E PREFEITOS

DESDE A CRIAÇÃO DA VILA ATE O PRESENTE

1810—14	Antônio de Souza Maciel
1815—18	Francisco Rodrigues Carneiro
1819—22	Caetano Pires Bandeira
1823—26	Jorge da Silveira Machado
1827—30	Agostinho Carmelino Leão
1831—34	Jacinto Antônio de Brito
1835—36	Felipe Rodrigues Ladeira
1837—44	Joaquim Venâncio Gomes de Azevedo
1845—48	Jacinto Antônio de Brito
1848—52	Major José Antônio Pimenta
1853—58	Porfírio de Brito Gondim
1859—60	José de Souza Fraga
1861—	Major José Antônio Pimenta
1862—65	Cipriano José das Neves
1866—71	Gregório de Souza Barros
1872—75	Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima
1876—79	Tenente Coronel Antônio Joaquim de Lima
1880—84	Dr. José Antônio Gomes Neto
1885—88	Tenente Coronel Antônio Joaquim de Lima
1889—	Alferes Joaquim Manoel de Brito Gondim
1890—91	Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, Eleito Governador do Estado foi substituído pelo Presidente do Conselho dr. Deocleciano Pires Teixeira.
1892—	Dr. Deocleciano Pires Teixeira
1893—	Dr. Cleofano Meireles, Renunciou, sendo substituído pelo Presidente do Conselho dr. Deocleciano Pires Teixeira.
1894—95	Dr. Deocleciano Pires Teixeira
1896—1903	Coronel José Antônio Rodrigues Lima (Cel. Cazuzinha)
1904—07	Coronel Otacilio Rodrigues Lima
1908—11	Coronel Joaquim Manoel Rodrigues Lima Júnior
1912—15	Coronel José Antônio Rodrigues Lima (Cel. Cazuzinha)
1916—18	Dr. Antônio Rodrigues Ladeira
1919—	Coronel José Antônio de Castro Tanajura, até agosto
1920—23	Monsenhor Luís Pinto Bastos, até maio
1924—27	Coronel José Antônio de Castro Tanajura
1928—29	Dr. Ovídio Antunes Teixeira
1929—	Dr. Francisco Joaquim Bastos, Renunciou.
1930(19)—31	Dr. Ovídio Antunes Teixeira
	Dr. Francisco Joaquim Bastos

18 — Com o mesmo sobrenome, mas sem nenhum parentesco com os anteriores.

19 — Depois da revolução de 1930, os Prefeitos eram nomeados por 2 anos.

Os ventos voltaram a ser favoráveis aos Teixeira e o professor Alfredo José da Silva, também da Escola Normal de que também foi Diretor mais de uma vez, ovidista, o substituiu. Quando o próprio dr. Ovídio acabou de cumprir seu mandato (1948/50) indicou para substituí-lo o negociante Felinto Souza que, vindo de tradicional oposição aos Teixeira, tinha aderido.

Seguiram-se anos difíceis para os políticos que, chegados à Prefeitura, renunciavam, e o presidente da Câmara, ovidista de toda a vida, se substituiu. Assim, foi com o dr. Clovis e com Oduílo Domingues, Oduílo chegou a Caetité em 1950, mais ou menos, eficiente réveador da Singer, aqui casou-se, enviuvou e casou-se novamente, e aliou-se à política do dr. Ovídio; fez carreira; foi Deputado Estadual, Deputado Federal em duas legislaturas e agora ocupa o cargo de 1.º Secretário da Câmara em Brasília. Seu irmão, Walmique Domingues, reside na cidade há vários anos; foi colator federal até aposentar-se e grande aliado do dr. Ovídio até que, com o irmão, formou seu próprio grupo.

Em 1962, o dr. Ovídio veio de Brasília fazer a campanha para a Prefeitura; enfrentou as frentes coligadas da oposição antiga, aliadas aos grupos do dr. Clarismundo e do Deputado Oduílo, na cidade e nos distritos. Perdeu a eleição e para um prefeito que nem morava aqui, José Neves Teixeira, radicado em Guanambi.

A administração José Neves Teixeira deu início à expansão da cidade com a abertura de novas ruas e avenidas, mudança do local da feira para a parte nova da cidade, com a construção de um novo Mercado. Para ampliar a parte nova, contestou os terrenos da Associação das Senhoras de Caridade, que lhe foram doados pela Intendência Municipal e, como não se chegasse a um acordo, sustentou luta judiciária; perdeu no Tribunal Superior. Da sua administração temos a lamentar a inútil derrubada do Mercado da praça do Mercado e a desfiguração do prédio da Cadeia com o fechamento das arcadas e construção de salas para a Delegacia de Polícia.

A oposição fez sucessor numa campanha que destruiu a fama de cidade culta e educada e com José Augusto Teixeira Ladeira a família Ladeira surgiu no cenário político da cidade. Até então eram apenas eleitores sem marcada preferência política; alguns militavam ao lado do dr. Ovídio.

Os Ladeira formam um clã numeroso, cinco irmãos, todos casados e residentes na cidade. Na pacificação das Arenas o grupo dos Ladeiras não aceitou o acordo. Um dos irmãos, o professor Manoel Ladeira dirigiu o Instituto de Educação — teve de ser sacrificado; sua esposa que era Delegada Escolar, também foi substituída, embora sem prejuízo econômico.

As posições políticas mais disputadas são a Delegacia de Polícia, seja por um civil da cidade ou por um oficial da Polícia, ou, recentemente (1974) por um bacharel; as diretorias do Instituto de Educação, delegacia escolar e vice-diretorias dos Grupos Escolares.

CAPÍTULO IV

CAETITÉ — O POVOAMENTO — AS GENTES

OS CASTROS (1)

Os Castros vieram de S. Paulo com os bandeirantes, em meado do século XVIII — Estabeleceram-se na Tapera, vizinha da serra de Guaruru, cujo nome recorda as ruínas onde Gabriel Soares edificou para si o "último repouso" e onde morreu. Pertenciam, então, a freguesia do Desterro do Outeiro (Cachoeira).

O fundador desta família baiana foi João Antunes da Silva Castro, casado com Ana da Silva Castro; deste casamento nasceram 4 filhos: Luís Antunes, Clemente Antunes, Ana Constança e José Antônio.

Segundo versão corrente entre os antigos, os Castros eram de constituição fraca, muito acessíveis à tuberculose, de vida curta e sujeitos a doenças nervosas, porém muito inteligentes, de viva imaginação, aventureiros; fisicamente, de estatura elevada, de cor branca pálida e longos e ondulados cabelos, na maioria das vezes, alourados. Percorriam o alto sertão como procuradores da Casa da Ponte.

LUIS ANTONIO

Por motivo de briga com espancamento em Curralinho (Castro Alves) teve de fugir para o sertão; em caminho, entre Cachoeira e Caetité, foi assassinado pelo tropeiro Raimundo Antônio ou, segundo outra versão, foi morto por um homem que protegia a mulher de quem ele se enamorou. O paulista José da Silva Franco, residente em Caetité, deu fuga ao criminoso e "disso se gabou". Clemente Antunes e sete companheiros, "os periquitos, soldados do terrível batalhão de Silva Castro", entraram em sua residência em Caetité e o assassinaram, mandando as orelhas para o Major (José Antônio). O Conde de Palma mandou prender os criminosos, mas estes se livraram, afiançados. (2)

CLEMENTE ANTUNES

Parece ter sido o mais pacato dos irmãos. Dele nada consta, a não ser o episódio já narrado da vingança do irmão e que acompanhou o Major ao sertão e estava em sua companhia no Cajueiro, como se pode ler no seu testamento: (3) "declaro mais que enquanto não vir aqui o dr. José Antônio Alves (4) ou o sr. João Evangelista dos Santos (5) para tomar conta de suas pupilas, tomará conta das casas e das filhas menores o meu irmão Clemente Antunes da Silva Castro". Quem foi buscar as moças foi seu cunhado que, em 15 de novembro do mesmo ano, se habilitava à tutoria, em Monte Alto, assinando

o termo no dia seguinte. Clemente Antunes acompanhou as sobrinhas para Curralinho e viu-se envolvido nos terríveis acontecimentos que se seguiram ao rapto de Pórcia, por Leolino Canguçu.

Além de João Evangelista, vieram também seu filho Clemente Castro Santos e seu genro Feliciano de Aquino Tanajura e uma escolta de 20 homens. Nesta descida para Curralinho, a comitiva pousou e demorou 5 dias no sobrado do Brejo, próximo a Brumado, fazendo de Inocêncio Pinheiro Canguçu, amigo de Periquitão, teve lugar o drama de Pórcia. "Os encantos de Pórcia enfeixaram o jovem Leolino (já casado); os 5 dias no Brejo custaram-lhe a reputação, o futuro e a vida" (6)

Um dia ou dois depois da comitiva continuar a viagem, deu-se o rapto, pelo que Feliciano e Clemente voltaram da Passagem de Santana (pouso no roteiro da viagem) com 30 homens, enquanto João Evangelista e o resto da comitiva apressavam a viagem para a segurança em casa.

Sabe-se que o prazo da retenção de Pórcia, no sobrado do Brejo, foi de 3 semanas, quando, após violenta luta, a 16 de dezembro, foi levada para Curralinho.

Leolino morreu assassinado em Minas, em 1850, em consequência da luta que se seguiu depois do fato, entre os Mouras, aliados dos Castros e os Canguçus. De Pórcia pouco se sabe, mas consta ter-se casado depois, em Curralinho.

Ana Constança — Casou-se com o mineiro João Evangelista dos Santos, em 1817; compraram depois a vasta fazenda "sita nos termos de Maragogipe e Cachoeira chamada Curralinho", tornando-se grandes proprietários. Já aí estavam os Tanajuras desde 1700, sendo João Evangelista de Castro Tanajura um dos primeiros povoadores da futura cidade de Castro Alves.

Do casamento nasceram —

Joana Constança x Feliciano de Aquino Tanajura

José Antônio x Ana Constança (sua prima, filha do Periquitão)

Clemente Evangelista — conhecido por dr. Clemente

Ana Fausta x dr. Antônio de Cerqueira Pinto

Josefina Evangelista x dr. Gil Pedreira de Cerqueira

Francisca — que morreu criança.

JOSE ANTONIO DA SILVA CASTRO, O PERIQUITAO

Não se conhece o ano exato de seu nascimento, que deve ter sido no começo do século XIX, ou poucos anos antes. Exerceu sua atividade no Recôncavo e na Capital, nas lutas da Independência, passando depois ao sertão como "Pacificador dos Povos".

Antes de fixar-se no sertão, teve 3 filhos: Pórcia, a protagonista do drama do sobrado de Brejo; Manoel Antônio, que, ainda muito jovem, morreu combatendo ao seu lado os índios Cariris revoltados em Pedra-Branca (Iapera) e Clélia Brasília, nascida em 1826; sua mãe foi Ana Viegas, artista de alguma fama na época.

1 — dados tomados do livro "História de Castro Alves" de Pedro Calmon; informações de Antônio Marcelino das Neves, Clemente Ladeira Tanajura e outros membros da família.

2 — Narrativa de Clemente Ladeira Tanajura.

3 — Testamento de José Antônio da Silva Castro, o Periquitão, escrito a seu rogo, em 20 de outubro de 1844. Autos do arquivo de Monte Alto.

4 — Noivo de sua filha Clélia Brasília, mãe de Castro Alves.

5 — Seu cunhado, casado com Ana Constança.

6 — Afrânio Peixoto narrou a história no seu livro "Sinhazinhas".

José Antônio levou a filha para ser criada por sua irmã, em Curralinho; a menina, depois de crescida, foi internada no colégio de D. Perpétua Rosa de Melo, em Salvador, para aperfeiçoar sua educação com piano, canto e ciências, tendo ficado mais um ano em casa do Cel. Francisco José de Matos Ferreira Lucena, "moço fidalgo e com este título figura no Almanaque de 1845, um dos poucos com este título na Bahia".

José Antônio, o Major, como era chamado, era um combatente nato e patriota exaltado tendo crescido num ambiente de tensão e revolta contra os portugueses. Natural, portanto, que tomasse parte ativa, como tomou, na guerra da Independência da Bahia. Aí teve seu ponto alto e, logo após, a sua queda.

Desde fevereiro de 1822, lançou-se à luta, não mais descansando, conspirando, organizando planos e aliciando gente. Rebentada a rebelião em 25 de junho em Cachoeira, foi um dos seus organizadores, fazendo cartuchos em sua casa de S. Félix, sem ligar a advertência de um pacote oficial seu amigo e vizinho: "Vossa Mercê acaba na força!". Reuniu gente e no dia combinado irrompeu na vila "cavalgando um soberbo ginete"; levava 60 homens "da pelor espécie que assustaram a vila-com-a-sua-truencência". Foi, com o irmão, qualificado de "celerado" pelos negociantes de Cachoeira em representação de 8 de agosto de 1822. Estava entre os que forçaram a rendição da canhoneira que metralhava os patriotas.

Organizou um batalhão que ficou conhecido como Periquito, por causa da fazenda verde do uniforme (7) e foi seu comandante com o título de Major, mais conhecido porém como Periquitão. Levou seu batalhão a Nazaré e a Itaparica, em julho e agosto. De volta a Cachoeira, esses "voluntários do Príncipe D. Pedro", fardados de novo, chamavam-se 3.º Batalhão de Caçadores da primeira linha, "sem que ninguém os conhecesse senão pelo apelido de Periquitos".

Segundo cronistas da época, (8) sua gente, a despeito da severidade do seu comando, cometeu os maiores desatinos em Nazaré, quando daí a terrível tradição dos periquitos, "Novos Tupinambás" como lhes chamavam.

Nas lutas de abril a julho de 1823, serviu sob o comando do Cel. Felisberto Gomes Caldeira, passando para a brigada direita debaixo de fogo, no ataque à cidade, apertada lentamente desde as matas de Brotas até as colinas de Pirajá; criou reputação de bravo, insolente, Jacobino, aliado à Felisberto contra Labatut "que os detestou". Participou dos combates de Pirajá, Brotas e Cruz do Cosme. (9)

O seu batalhão chegou a ter 700 praças, uma delas, por sinal das mais valentes, descobriu-se depois ser mulher, Maria Quitéria de Jesus Medeiros.

Na entrada do Exército Libertador em Salvador, o 3.º Batalhão de Caçadores, incluído na Brigada de Lima e Silva, tinha 708 praças, e hospedou-se no convento de S. Bento.

Expulsos os militares portugueses, seguiram-se dias de agitação, de ajustamentos difíceis, de adaptação ao novo governo. O 3.º de Caçadores era, segundo os cronistas citados, "intransigentes no seu nacionalismo agressivo, irrequieto, façanhudo, msubmisso e idolatrando o seu comandante".

7 — Do pano obtido nos armazéns de Cachoeira, verde para o seu batalhão, encarnado para o cachoeirano, azul para o de Belém e amarelo para a Companhia de Marvate.

8 — Acioli, Bernardino Pereira da Nóbrega, Pirajá da Silva.

9 — Em Cruz do Cosme, seu filho de 12 anos, Manoel Antônio, lutou ao seu lado.

Sobre a agitação de seu batalhão, o Major dava conhecimento ao Presidente da Província, em ofício de 25 de abril de 1824, comunicando a insistência dos oficiais para que fosse ao quartel deliberar sobre os acontecimentos, porém que "nada faria sem o seu conselho". Estavam as coisas nesta situação, quando D. Pedro, dissolvendo a Constituinte, deu margem a que as paixões se ateassem. Em 2 de julho deste ano, estourou em Recife a Confederação do Equador. A Bahia era "um paiol de pólvora, cujo facho incendiário estava no quartel dos periquitos", segundo os cronistas citados. O Major foi alvo de suspeitas de adesão ao movimento pernambucano, tendo sido encontrado, na sua correspondência interceptada, uma cópia da ata feita em Pernambuco a 7 de abril; não obstante, não se encontraram provas para qualquer procedimento judicial. Todos conheciam, porém, as tendências republicanas do Periquito e do seu batalhão. Em consequência, tomaram-se medidas energicas para assustar os republicanos e uma dessas medidas foi o desligamento do Major Silva Castro do seu batalhão, a 20 de outubro, com ordens para apresentar-se na Corte, ao Imperador.

Deixou o comando dois dias depois, conclamando os soldados para que se acalmassem e se conservassem disciplinados, e dirigiu-se em ofício ao Presidente da Província, comunicando a agitação reinante, e falava com amargura na sua deposição:

Na madrugada de 25 de outubro, uma centena de periquitos com oficiais sublevados à frente, atacaram a casa do Comandante das Armas, Coronel Felisberto Gomes Caldeira, na ladeira do Berquó. Forçaram as portas, gritando as mesmas palavras de Felisberto, quando da prisão do General Labatut: "um general não se prende, mata-se! que morral!".

O Coronel "agiu de modo brilhante e com pouco tino", de espada em punho, sozinho, abriu a porta exigindo disciplina; seriam ouvidos quando voltassem em ordem; só assim faria a reposição do comandante. Da multidão dispararam contra o Coronel que, malferido se recolheu ao interior da residência, para voltar logo depois com dois oficiais que prometiam levá-lo, em segurança, quando no patamar, uma saraivada de balas o prostrou". (10)

O crime abalou a cidade, "sacudiu a cidade como um ciclone"; a artilharia do Forte de S. Pedro comandada pelo Major Sátiro solidorizou-se com os periquitos; os chefes dos outros corpos se retiraram para a vila de Abrantes, o Presidente da Província refugiou-se a bordo de uma fragata, ao tempo em que eram pedidas instruções à Corte.

O Major "fez o que lhe cumpria" reassumiu o comando para apaziguar os ânimos, declarou sua obediência ao Presidente da Província, propôs uma conciliação geral, mas "não foi além", isto é, não procurou os criminosos, nem tratou de punição.

As ordens da Corte foram incisivas: que o batalhão sedicioso embarcasse para Pernambuco com o comandante. Houve um começo de resistência, mas as tropas se aprestaram para lutar e os periquitos cederam.

O novo Comandante das Armas informava, em novembro, ao General Lima e Silva: "o mesmo José Antônio da Silva Castro comandante dos Periquitos é que caminhará com a tropa; todos dizem que não está comprometido no assassinato do General; mas ainda não posso compreender este mistério pois os assassinos cabeças fugiram há poucos dias e os soldados que acompanharam estão em plena liberdade nos quartéis".

10 — Pedro Calmon, livro citado.

O batalhão embarcou a 1.º de novembro em dois brigueiros de guerra e dois transportes; o Presidente da Província deu ao Major a seguinte carta: "Devo declarar a V. Excia. que o sobremencionado Major José Antônio da Silva Castro depois do assassinato do Governador das Armas (cujas circunstâncias particulares ainda ignoro) se tem comportado com brio concorrendo para o embarque do seu batalhão. Eu prometi ao mesmo recomendar a V. Excia. esperando que lhe preste alguns obséquios".

Segundo opinião da época, a cidade do Salvador deveu ao Major, naqueles dias, não se ver presa de sangrentas lutas, contendo os seus homens.

O General Lima e Silva não permitiu que os periquitos ficassem em Recife, onde "seria pólvora em braza" e logo os reexpediu para a Corte, onde o batalhão foi dissolvido.

De todo o episódio, resultaram 3 culpados: o Major Sátiro, o Tenente Gaspar Lopes Vilas-Boas e o Major José Antônio da Silva Castro. Os dois primeiros foram julgados em Salvador e condenados à forca, mas como não aparecesse ninguém para servir de carrasco, foram fuzilados. O major, no Rio, conseguiu espetacular defesa. (11) Foi absolvido a 2 de julho de 1825, "não porém do insulto dos inimigos, da má vontade dos conservadores, da prevenção irritada e renhida aos esteiros da ordem e da legalidade que continuam acusar-me" conforme se expressou em carta.

Dele publicava a imprensa naqueles dias, no Rio: "Passeia livremente nestes. Corte caracterizado pela sentença da comissão de beneplácito — graças à sua inocência! — omitindo-se apontar o quanto se diz de imoral e criminosa a história da vida doméstica e particular de José Antônio da Silva Castro". E ainda: "Afastassem-no da Bahia! Não lhe dessem novo comando!". E, de fato, não conseguiu outro comando.

Ac. visitar a Bahia em fevereiro de 1826 o Imperador não quis que o Major ali estivesse e por isso mandou-o de novo para o Rio; escreveu: "O José Antônio da Silva Castro é aborrecido aqui e por isso o mando como portador dos officios afim de lá ficar". (12)

No ano seguinte, o Major arranjou nova ocupação e que ao mesmo tempo o afastava de evidência da Capital: "pioneiro, policiador e potentado" dos sertões baianos, cargo em que demonstrou, como sempre, suas qualidades pessoais de coragem e de mando. Afugentou os bandeiros de Maracás e dominou a revolta dos índios Cariris de Pedra Branca, sede da missão do mesmo nome, próxima à Tapera, onde morreu combatendo seu filho Manoel Antônio (1842), mas se queixava em carta "ter ficado sem recompensa".

Mantinha fiel ao governo a população de Rio de Contas, então na pujança da mineração do ouro, bem como as de Monte Alto, Caetité e Barra do Rio Grande, o que muito significava naqueles tempos de difíceis comunicações e de contínuas revoltas e agitação política, principalmente durante as Regências.

No sertão, o Major casou-se com a rica proprietária D. Joara São João Moreira, viúva de Manoel Trindade Moreira, procurador da Casa da Ponte. Como procurador, ele não podia comprar terras, mas

11 — Idem, idem; presume-se que a defesa do Major cuja instrução era pouca foi organizada pelo célebre Montezuma; começava pelo exórdio histórico: "mal com os homens por amor ao Imperante".

12 — Carta de D. Pedro I ao Marquês de Paranaguá.

mulata e que se casou com um "estrangeiro", possivelmente português, chamado Montalvão, e que tiveram seis filhos: Maria Vitória, Maria Joaquina, Maria Joana, Ana, Joaquim e João Pereira.

Descendência de Maria Joaquina — Casou-se com o Major Antônio Pereira de Castro e tiveram os filhos:

José Pereira de Castro (bisavô de Anísia Bastos)

Porfírio Pereira de Castro (avô do dr. Nelson Bastos)

Mancel Joaquim Pereira de Castro (avô de Juvenal)

Otilio Pereira de Castro

Joaquim Pereira de Castro

Maria Vitória Pereira de Castro — que se casou com um Costa e teve 3 filhos e morreu aos 103 anos de idade.

Descendência de Maria Joana — Casou-se com o Capitão Custódio Pereira Pinto; tiveram filhos e estabeleceram-se na região, em Campinas de Monte Alto, perto de Igarapá.

Descendência de Ana — Casou-se com o Comendador e Capitão-Mor José Barbosa. Não tiveram filhos.

Descendência de Joaquim — Casou-se com Maria (dos Angicos, perto de Riacho de Santana). Tiveram filhos e foram os avós do dr. Joaquim Venâncio.

Descendência de João — Também constituiu família e teve 2 filhos, um dos quais foi assassinado em Carinhanha.

Descendência de Maria Vitória — Casou-se com o cuiabano, de origem portuguesa, João Caetano de Albuquerque Xavier da Silva Pereira que, com sua tropa de burros, tinha chegado à região, e encontrou Maria Vitória, órfã de pais. Seria talvez a filha mais velha, que não tinha ainda pretendente, enquanto os irmãos todos se casavam, constituindo famílias e povoando a região.

João Caetano, "encantado com a paisagem dos campos baixos do S. Francisco (3) — aí se fixou e casou-se com a rica herdeira "que lhe levou uma fortuna" (4).

O casal veio a constituir-se o ramo mais importante da família.

★ JOAO CAETANO DE ALBUQUERQUE XAVIER DA SILVA PEREIRA

Fisicamente, João Caetano era branco, de estatura baixa, um pouco barrigudo, pernas finas, cabelo cortado à escovinha; era muito generoso e também muito genioso. (5) Exerceu grande influência nas decisões políticas de Caetité e da região; adquiriu grande prestígio social e financeiro e teve as honras de Comendador.

Havia uma rua em Caetité "Comendador João Caetano", que os jesuítas tiveram permissão de fechar, para ampliar as instalações do Colégio S. Luis Gonzaga.

Trabalhador, energético e autocritário, enriqueceu com o comércio de gado, criação e lavoura de algodão, cujos fardos, ao preço de cinco mil réis, eram conduzidos por suas tropas, juntamente com os de currcs e peles, para S. Félix. Tinha sempre excelentes animais, que eram divididos em lotes, de acordo com a cor do pelo; negociava também com animais para S. Paulo; sua escravatura era numerosa.

1 — dados fornecidos por uma velha parente da família, de memória extraordinária, chamada Joana de Vitorino e que se dizia filha natural do Cel. Cazuzinha; narrados em 1967.

2 — Não há dados concretos; o fato foi narrado por um magistrado que serviu como juiz preparador de Monte Alto.

Conta-se de João Caetano o episódio em que ofereceu, ostensivamente, ao seu genro, o futuro Barão de Caetité, "um par de mulas baias" (6) por não fumar em sua presença, enquanto o outro genro, o dr. Policarpo, não guardava o devido respeito, fumando, e ainda dizia: "não troco a fumaça de meu cigarro por um par de mulas baias!"

Quando João Caetano resolveu construir uma casa em Caetité, mandou buscar a Salvador um construtor especialmente para este fim. (7) Depois de indagar do melhor meio para a construção ficar bem sólida, o mestre lhe disse que seria bom amassar a cal com leite, mas isto seria impossível. O Comendador lhe asseverou que não era difícil, nem impossível. Mandou buscar uma vacaria na fazenda e o mestre teve todo o leite necessário.

Ncutra ocasião, sentindo-se desrespeitado pelo escravo de estimação do Cônego Sabino Gomes de Azevedo, que era também seu sacristão, procurou o padre propondo comprar o mulatinho, sem dizer o motivo. O padre recusou e ele insistiu e, depois de muito instar sem resultado, elevando sucessivamente o preço, acabou dizendo que puzesse o escravo numa balança que lhe faria o peso em ouro. Mesmo assim, não comprou o escravo. (8)

Um episódio trágico de sua vida foi a morte, "em poucos dias", do seu único filho homem, formado em medicina, após um ou dois anos de seu regresso aos Campos, fazenda em que morava João Caetano.

Consta ter sido envenenado atribuindo-se a um escravo, mas não se conseguiu apurar qual teria sido, pelo que o Comendador mandou vender em S. Paulo, toda a sua escravatura, deixando apenas um jovem escravo de toda a sua confiança, de nome Aleixo e um muito velho entendido em remédios (raízes) e que passava por ser feiticeiro.

A tropa de escravos veio para Caetité e ficou presa no quintal de sua casa, enquanto se preparava a viagem. (9)

Do seu casamento com Maria Vitória Benedita teve 4 filhos:

Elvira Benedita — x dr. José Antônio Gomes Neto (Barão de Caetité) 3 filhos:

Bráulio — x Antônia Sofia (sobrinha do Barão). Formado em medicina, o dr. Bráulio regressou aos Campos, casou-se com sua prima e morreu deixando um filho, que foi o Conselheiro Bráulio Xavier da Silva Pereira.

Mariana — x João Antero Ladêia Lima (irmão do dr. Policarpo). Tiveram 4 filhos.

Atília — x Policarpo Rodrigues Ladêia, que foi Juiz Preparador em Monte Alto. Tiveram 2 filhos; morreram cedo.

Descendência das filhas de João Caetano

Elvira Benedita — V. dr. José Antônio Gomes Neto, Barão de Caetité;

Atília — Casou-se com o dr. Policarpo Rodrigues Ladêia Lima; moravam na sua fazenda do baixio. Viveram pouco e deixaram 2 filhos, Antônio e Augusta, que foram criados pelos avós. Augusta casou-se 2 vezes: a primeira vez com Antônio Angico de Azevedo, vindo das Lavras, já doente e morreu logo depois do casamento. Quatro meses

3 — Segundo tradição da família.

4 — Idem, idem

5 — Narrativa de Joana de Vitorino que conheceu João Caetano, já velho.

6 — Episódio narrado por Alice Rodrigues Lima Koehne em 1967.

7 — A casa é a que foi do Cel. Cazuzinha; pertence hoje a Luis Oto Koehne.

8 — Episódio narrado no "Dever", jornalzinho que se editou na cidade.

depois, casou-se novamente com Antônio Ladeia Lôbo (os Lobos, do Hospício, localidade perto de Caetité).

Antônio, que foi o dr. Antônio Rodrigues Ladeia, também Juiz Preparador de Monte Alto, casou-se com Sofia (filha do Barão; tiveram 3 filhos: José Antônio, Antônio e Canuta. José Antônio Gomes Ladeia, farmacêutico (dr. Juca) casou-se com Celsina Spinola Teixeira e ficou doente poucos anos após o casamento, vivendo muito tempo de cama, completamente inutilizado; morreu em 1926, deixando um filho único, Edvaldo, que faleceu rapaz; Antônio Rodrigues Ladeia, engenheiro civil, casou-se com uma filha de Balbino Cajaiaba, Maria Balbina (Sinhá Pequena) e morreu poucos anos depois do casamento, repentinamente, quando estavam veraneando em sua fazenda do baixo. Residiam aqui na cidade, na casa que é hoje (1976) de Raimundo Arruda, na praça de Santana. Não deixou filhos e sua viúva faleceu alguns anos depois.

Nunca a tara da família, uma debilidade congênita, se manifestou tão fortemente do que na descendência de Atília e Policarpo.

Mariana — Casou-se com João Antero Ladeia, irmão de Policarpo. Fixaram-se nas imediações da cidade e tornaram-se grandes proprietários. Cada filha de João Caetano recebia, ao se casar, uma grande fazenda, além do dote em gado, escravos e ouro.

A residência do casal foi a fazenda Escadinha, ainda existente, e mbra bastante estragada, a casa grande, a 12 km da cidade. Possuíam também fazendas no S. Francisco, em Cocos, para onde João Ladeia ia sempre e segundo se dizia na época "tendo passado o S. Francisco estava solteiro", lá tinha amante e filhos.

Mariana adoeceu de desgosto e nunca se recuperou, tendo ficado paralítica, por estar sempre deitada. Há também a versão de que teria morrido envenenada por um doce que veio da fazenda, de onde, aliás, vinham cargas de mantimento.

"A Pena", noticiando a morte de Mariana, diz que faleceu na sua fazenda da Escadinha, de onde veio o corpo para sepultar-se na cidade, em 11/1.º/1914.

Tiveram 4 filhos:

Irene x José Antônio de Castro Tanajura

José

Sebastião

Maria Vitória — (Sinhá Dona) 1870/1965. Não se casou. Tratou de sua mãe durante 11 anos. Considerava-se noiva de Antônio Xavier de Lima (irmão de Plínio de Lima), casamento contratado quando ela nasceu e o menino Antônio foi, a mandado de sua mãe, visitar "sua noiva". Cresceram namorados mas a carta do pedido nem mesmo foi aceita pela família; "ele tocava violão!". Sinhá Dcna nunca quis outro noivo.

Descendência de Irene — Casou-se com José Antônio de Castro Tanajura (Cel. José Antoninho) filho de Josefina (Sinhá Bem) e de seu primeiro marido. Foi criado pela família em Currallinho; quando apaixonou-se pela jovem e formosa Irene, filha de Mariana e João Ladeia, e casaram-se. Tiveram uma existência longa e feliz, cercados de filhos e netos, só a política amargou sua vida nos seus últimos anos.

9 — O quintal de sua residência abrangia todo o local onde hoje ficam a farmácia de Lúcio Gumes e a casa da professora Maria do Rosário.

O Cel. José Antoninho era infenso aos Partidos, um patriarca com relações de amizade entre todos, quando se viu compelido a tomar partido justamente quando sua saúde declinava. Em 1919 foi chefe político e Intendente Municipal, sendo deposto meses depois; reassumiu no ano seguinte e faleceu em abril de 1923. Irene lhe sobreviveu por alguns anos.

Do seu casamento de 48 anos de duração, tiveram 8 filhos: **Maria Fausta** (Sinhá) x Balbino de Araújo Cajaíba. Por motivo de injunções políticas de 1923, viu-se compelido a transferir-se para Areia (Ubaira) e daí a família dispersou-se para diversos pontos. Seus filhos foram:

Maria Balbina (Sinhá Pequena) que se casou com o dr. Rodrigues Ladeia. Ambos faleceram cedo não deixando descendência.

Albino — casado com Ester Ribeiro. Tem uma filha, Maria Leonôra que é Juíza de Direito em Jequié, casada com Rui Rocha; Jitaua e Salvador;

Helena — morreu solteira;

Sívio — morreu criança;

Albano — casado com Marieta.....; Feira de Santana;

Zulema — casada com dr. Antenor Figueiredo e em segundas núpcias, com dr. Frederico....., também falecido; sem filhos; Rio;

Maria Leonora — (Lili) viúva de José Antônio Pereira de Castro; 2 filhas; Rio;

Benjamin — faleceu rapaz.

Adelaide (Zinha) x dr. Políbio Mendes da Silva que foi Juiz de Direito de Caetité 1916/23. Muitos filhos. Faleceu em 1973. Seu viúvo o dr. Políbio, completou em julho deste ano (1975) cem anos, gozando ainda de uma lucidez extraordinária e relativa saúde. Foi homenageado pela família, pelos amigos e pela Magistratura do Estado como uma personalidade exemplar de juiz íntegro, honra da classe.

Josefina Idalina (Fifina) x Gasparino da Silva Castro. Tiveram os filhos José Lino, Eulina, Eustrália, Edite, Julieta, Nestor, Mário, Teresa e Lourdes. Ambos falecidos, bem como três dos filhos. A família mudou-se para Salvador.

Rita de Cássia (Ritinha) x Licurgo Araújo (sobrinho de Balbino); 4 filhos; residiam em Riacho de Santana, depois mudaram-se para Salvador.

João Evangelista de Castro Tanajura x Zalina Rodrigues Lima — Caetité. Tiveram vários filhos, que morreram crianças, escapando três; destes, dois morreram de febre amarela quando ele era coletor em S. Francisco do Conde, e o último de leucemia, aos 15 anos.

José Ladeia Tanajura x Judite Guimarães; tiveram filhos. Residiam em Caetité, depois mudaram-se para o norte de Minas.

Manoel Ladeia Tanajura x Guiomar Pontes; 4 filhos — Salvador. É o ramo mais florescente da família. O dr. Manoel faleceu vítima de desastre de carro; já então era viúvo.

Clemente Ladeia Tanajura x Julieta (irmã de Zalina). Tiveram 8 filhos: Euvaldo, Lourdes, Evandro, Amanda, Eugênia, Clarice, José Antônio e Olga. Residiam em Caetité, mas mudaram-se para Salvador.

LENDA SOBRE O TESOURO DE MONTE ALTO

Segundo a tradição, há em Monte Alto um fabuloso tesouro — o tesouro do Pereirinha — que até hoje é procurado e que estaria, conforme se diz, "onde a vista de Nossa Senhora não alcança".

A Nossa Senhora referida, presume-se ser a imagem de N. S. Mãe dos Homens, padroeira da cidade e que foi doada e entronizada pelo Pereirinha. Na busca do tesouro, até na imagem — de madeira, de 2 metros de altura — já foi procurado.

Também consta a tradição ter o Conselheiro Bráulio Xavier, quando Juiz Preparador de Monte Alto, descoberto o tesouro abandonado a Magistratura — a que depois retornou — e transferido sua residência para a Capital. Já então estava casado com sua prima, Ireta do Barão, Elvira Benedita.

Em fins do século XVIII, após a Conspiração Mineira, (1) chegou a Caetité uma grande e importante família mineira, do Fijuco (Diamantina), fugindo às perseguições que ali se desencadearam, depois de abortado o célebre movimento.

O chefe da família era o Comendador Domingos Gomes de Azevedo e por parte de sua mulher (cujo nome não se guardou) era aparentado com a família de Felício dos Santos e do Bispo de Diamantina, D. João Antônio dos Santos.

Foi uma mudança completa, com "terres e haveres", animais, escravatura, artistas (2) amigos intelectuais; toda a família estabeleceu-se na região, (3) povoando Urandi, Gameleira, Riacho de Santana, Ituaçu e Lavras Diamantinas. Era chamada a "Família Real" e também "família dos Braganças" pelos invejosos dos seus cabedais.

Era a época em que já se cogitava da elevação a vila do arraial de Caetité. O Comendador Gomes de Azevedo com a sua experiência de homem político e mais afeito às coisas do governo, orientou as providências no encaminhamento da representação a El-Rei, o que foi feito em 1801.

Criada a vila em 1810, os Gomes de Azevedo foram seus dirigentes, destacando-se o padre Sabino e o filho mais velho, Joaquim Venâncio que, auxiliado pelo irmão, foi o verdadeiro chefe político da nova vila, tendo sido Intendente por largo período, numa era de tranquilidade e bem estar, como consta da tradição.

A família era numerosa, constituída de 8 filhos:

Joaquim Venâncio — o filho mais velho que substituiu o Comendador.
Sabino — era padre; foi logo nomeado vigário forâneo da freguesia e deprecis titular.

Sizenandro — nada se sabe sobre sua vida.

Agostinho — Era construtor, tendo dado início à casa de Misericórdia, cujos trabalhos foram abandonados já bem adiantados (faltando cobertura) quando a família se transferiu para as Lavras.

Antônio — Era padre; já veio ordenado, como o irmão, faleceu cedo.
João — Tudo quanto se sabe deste membro da família é que tinha o apelido de Jangico.

Emericiana — x Bernardo de Brito, grande proprietário e chefe político em Bonito (Igaporá), dono da fazenda S. Antônio.
Ana Luiza — x Francisco Antônio da Veiga, fidalgo português; fixaram-se no Mocambo (Candiba).

Alina — x José Leão português (4); fixaram-se em Monte Alto e tiveram uma filha chamada Pompeia, que se casou com um Coutinho, de Riacho de Santana, e foi avó de Monsenhor Tobias.

Descendência de Ana Luiza e Francisco Antônio da Veiga

Tiveram 3 filhos:

Antônio Francisco x Raquel. O casal teve uma filha, Honorata Raquel. Raquel faleceu e Antônio, se casando em segundas núpcias, teve mais um filho chamado Juventino.

Joaquim Antônio — (Quincas Veiga, surdo).

Maria Teodolina — Nascida em 1810. Casou-se com Marcelino José das Neves e tiveram 5 filhos:

Valeriano — morreu solteiro.

Marcelino — que foi o professor Marcelino, de larga projeção no meio caetiteense, casado com Honorata Raquel.

Maria Marcelina x Francisco Pinto Montenegro; tiveram muitos filhos e sempre viveram em Caetité.

Felismina x Aprígio Leão. Estabeleceram-se no Cochó do Pega (região das Lavras). Foram sogros de Heliodoro. (6)

1 — Segundo Sadi Gumes.

2 — Pessoas que trabalhavam nas artes de carpintaria, marcenaria, etc., operários ou escravos especializados.

3 — Segundo informações de Sadi Gumes, Antônio Marcelino das Neves e notas d' "O Dever", jornalzinho que se editou na cidade. Antônio Neves diz que os Gomes de Azevedo estabeleceram-se no baixio, "fundaram e desenvolveram a povoação do Gentio" (Ceraíma)

4 — Fidalgo português, segundo Sadi Gumes.

5 — Político e vigário de Riacho de Santana, de larga projeção na região. Monsenhor Tobias foi enterrado na igreja matriz, ao pé do altar-mor; quando dos reparos da igreja na década de 40, descobriu-se sua sepultura onde foi encontrada valiosíssima capa asperge, de corpo inteiro, de ouro.

6 — Heliodoro de Paula Ribeiro, famoso chefe de jagunços das lutas das Lavras Diamantinas.

SPINOLAS

Os Spinolas são descendentes de ilustre família genovesa que no século XVI ou XVII, deram oito Dodges em Gênova e foram depois expulsos da Liguria, vindo para Portugal, para a ilha da Madeira e para a Holanda onde tiveram o nome mudado para Spinceza (Spinosa), o filósofo e matemático é considerado um Spinola; o General Antônio Spinola que derrubou, recentemente, o regimen salazarista em Portugal, pertence à mesma família. (1)

Os primeiros Spinolas vindos de Portugal para o Brasil percorreram os sertões como Dizimeiros da Fazenda Real. (2) Três irmãos — José, Francisco Joaquim e Timóteo, estabeleceram-se na região, em Vila Velha, Lagoa Real e Lagoa de Timóteo (do nome do seu colonizador). "Os primeiros Spinolas vindos para o Brasil foram os descobridores das minas de ouro de Rio de Contas, sendo que Timóteo Spinola, que deu nome à Lagoa do Timóteo, se enriqueceu havendo remetido para Londres, quatro toneladas de ouro. Outros Spinolas foram para o sul, havendo hoje numerosos ramos desta família em S. Paulo, Paraná e Rio de Janeiro". (3)

Joseph Antônio de Souza Spinola (Cazé) era proprietário do sítio da Pedra Redonda, na proximidade da cidade. (4) A informante não se lembra quem foi a mulher de Cazé; seus filhos foram:

Antônio de Souza Spinola — Constança Pereira Teixeira — 10 filhos

Adelina de Souza Spinola x José Pereira da Silva Castro — 4 filhos

Rita de Souza Spinola — que se casou 2 vezes, a primeira com um Soriano e a segunda com o médico italiano, Cezar Zama.

Antônio de Souza Spinola — Residiu em Caetité; transferiu-se para Lençóis onde foi chefe político destacado, sendo várias vezes eleito Deputado Geral no Império (Deputado Federal), fazia parte da Assembléa Constituinte com D. Pedro II; pertencia ao Partido Liberal; muito bondoso e humanitário, sua fortuna acabou na política e em empréstimos aos amigos; (5) por este motivo o seu cunhado, o Major Francisco Teixeira de Araújo, que não tinha filhos, deixou as suas fazendas no S. Francisco para as suas sobrinhas, evitando que as mesmas fossem consumidas do mesmo modo. (6)

Casou-se com Constança, filha do Capitão Anacleto Teixeira de Araújo, que foi Delegado de Polícia em Caetité, em 1821 e cunhado de Francisco e Joaquim Teixeira de Araújo.

O casal teve 10 filhos:

Rita — que se casou com o dr. Antônio, médico que fez o curso na Eurcpa. Não tiveram filhos, morrendo Rita, o dr. Antonio casou-se com uma moça de Iruaçu.

Mariana — que foi a la. mulher do dr. Decleciano Pires Teixeira.

Adelina — morreu solteira.

Otilia — Francisco Teixeira de Araújo. Tiveram um filho, Joaquim Otílio Spínola Teixeira de Araújo.

Joaquim Antônio — Teve uma brilhante carreira no magistério.

Aristides — Dedicou-se a política, fazendo uma carreira brilhante.

Maria Rita — Foi a 2.ª mulher do dr. Decleciano.

Constança Haldé — morreu solteira.

Ana — Foi a 3.ª mulher do dr. Decleciano.

Priscila — professora pela 1.ª Escola Normal; faleceu solteira. Tinha um defeito físico, era corcunda.

Joaquim Antônio de Souza Spínola *(Moro Livraria Spínola)*

Nasceu em 1848. Diplomou-se bacharel e dedicou sua vida à magistratura. Foi Promotor e Juiz Municipal de Lencóis e Juiz de Direito de Caetité (1885/90), de Forte Seguro e de S. Felix, e Desembargador do Tribunal de Apelação do Estado (Tribunal Superior), do qual foi vice-presidente e depois presidente.

Faleceu em 1906.

Como presidente do Tribunal, fundou a Revista dos Tribunais.

Casou-se com Sezenanda Moreira Spínola e teve 11 filhos: Celso,

Clóvis, Gambeta, Cirro, Colombo, Carlos e Ester. Toda a família reside em Salvador. *→ Livro Livro de Família de Otília e Alice*

Em homenagem à sua memória a Prefeitura inaugurou seu retrato na galeria dos Juizes de Caetité.

Aristides de Souza Spínola

Nasceu em 1850. Diplomou-se bacharel e entrou para a política. Foi Deputado Provincial em várias legislaturas, Presidente do Estado de Goiás, Deputado Federal no Império e na República. Não se casou; residia no Rio de Janeiro, onde faleceu em 1925.

Depois que deixou a política, dedicou sua vida ao espiritismo; dizem as crônicas que era dotado de grande poder de mediunidade. Foi Presidente da Federação Espírita Brasileira e fundou o Centro Espírita de Caetité, que tem o seu nome, em 1915.

- 1 — Informações do dr. Nelson Teixeira, em 1974.
- 2 — Licurgo Santos Filho, "Uma Comunidade Rural no Brasil Antigo", grafado Espínola.
- 3 — Nelson Teixeira.
- 4 — Informações orais de Celsina Teixeira Ladeira, em 1965.
- 5 — Idem, idem.
- 6 — Idem, idem.

SPINOLAS

Descendência de Adelina de Souza Spínola — Casou-se com José Pereira da Silva-Castro e tiveram 4 filhos.

Córdula Honorina x Francisco Teixeira de Araújo, que era viúvo de Otília de Souza Spínola e casou-se com a prima e mãe de criação de sua primeira mulher. Deste casamento teve 7 filhos: **Maria Anísia** — 1.ª mulher de Chico Bastos, 7 filhos. **Lucilia** x José Ladeira Lôbo

Ana — morreu jovem, solteira

José Anísio x Georgina. Ótimo médico, dr. José Anísio morreu moço ainda, sem deixar descendência.

Francisco x Otília. Residiaram em Ponta Grossá, Pr.

Edite — 2.ª mulher de Chico Bastos; já era viúva de João Batista Spínola Castro; com um filho. Do 2.º casamento veio a falecer pouco tempo depois deixando uma filha.

Isolina — 3.ª mulher de Chico Bastos, falecendo pouco tempo depois, de parto. Era viúva de Viriato Laranjeira com 4 filhos.

Cesar Spínolá Castro —

José Augusto S. Castro — Brasília Laranjeira; tiveram vários filhos, entre os quais Rafael que foi Deputado Federal; Cândido, que em 1878 se mudou para S. Paulo (São Carlos)

Luis Spínola Castro —

Descendência de Rita de Souza Spínolá

Rita casou-se duas vezes; a 1.ª com um Soriano; teve 7 filhos e todos morreram tuberculosos e por último, o marido.

Casou-se então com o médico italiano, Cesar Zama, aqui chegado fugindo às perseguições políticas de sua terra e que tratou de seu marido. Deste casamento teve um filho que foi o tribuno Aristides Cesar Spínola Zama.

O Dr. Zamá, muito atrevido e violento, foi alvo do ódio dos escravos de sua mulher; poucos anos após o casamento, quando o pequeno Cesar tinha apenas dois anos de idade, foi assassinado no caminho do Lameirão, onde ia todas as tardes a cavalo e geralmente levando o filhinho; segundo versão corrente, foi tocado várias vezes até que um dia, como não levasse o menino, recebeu um tiro no peito. O escravo não negou o crime; foi condenado ao enforcamento, o último

realizado na cidade, e teria declarado: "morro satisfeito, porque tirei uma onça do pasto".⁷

Consta também que, ficando o cadáver do escravo para ser enterrado no dia seguinte, D. Rita mandou tirar o coração do executado, ainda quente, e que mordeu-o com violência. Este fato, porém, é formalmente desmentido por pessoas que conheceram esta senhora, modelo de piedade cristã.

D. Rita morou nas Lavras quando de seu primeiro casamento, mas ainda em vida do marido voltou a Caetité, onde enviuvou e se casou com o dr. Zama. Residia na praça de Santana, na casa que é hoje (1976) de Clemente Tanajura. Daí a confusão que às vezes se faz em torno do lugar onde nasceu o tribuno Cesar Zama.

D. Rita não quis mais casar-se e viveu com seu filho, que também não se casou, falecendo em Salvador, em avançada idade.

ARISTIDES CESAR SPINOLA ZAMA — CESAR ZAMA

Nasceu em Caetité, em 19/11/1837 e faleceu em Salvador em 21 de outubro de 1906.

Era filho de Rita de Souza Spínola, de tradicional família caetiteense, e do dr. Cesar Zama, médico italiano aqui chegado e que foi depois assassinado por um escravo de sua mulher, quando o menino Cesar tinha dois anos.

Diplomou-se pela Faculdade de Medicina de Salvador, ainda acadêmico, serviu como voluntário no Corpo de Saúde na guerra do Paraguai. Tinha as honras e a farda de Coronel honorário, distinção que lhe fez o governo da República.

Regressando à sua terra, depois de formado, ingressou na política, sendo eleito Deputado Provincial em várias legislaturas e Deputado Federal para a Constituinte Republicana.

Cesar Zama foi médico, político, parlamentar, literato, polemista, panfletário e orador primoroso; foi notável latinista; seus discursos marcaram época pelo arrebatamento e pelo entusiasmo comunicativo. Crítico erudito e impiedoso das instituições, sarcástico e mordaz, mediu-se em polémicas memoráveis com Rui Barbosa. Sua colaboração na imprensa foi notável.

Em 1891 tomou parte ativa na revolta contra o fechamento do Congresso Federal. O dr. José Gonçalves, Governador do Estado, aplaudiu o ato do Marechal Deodoro, que ordenou a dissolução; esta atitude levou a oposição a tramar sua deposição. Na manhã de 24 de novembro, o Deputado Cesar Zama, que exercia grande influência sobre o ânimo popular, colocou-se à frente de cerca de três mil pessoas para exigir a renúncia do Governador. Contavam com a simpatia das forças federais e com o batalhão de polícia, então comandado por um oficial do exército.

O Governador havia-se dirigido para a Secretaria do Estado, no edifício em que também funcionava o Senado, a praça da Piedade, para tratar de sua defesa, mas suas ordens não foram cumpridas pelo Comandante da Polícia, que mandou fechar os portões do quartel. Um oficial, o Tenente Machado, que comandava a guarda do bairro

1 — Notas do professor Pedro Celestino da Silva, de Antônio Marcelino das Neves, informação da "Pena" e de pessoas da sociedade local.

7 — Segundo versão corrente entre os antigos, mas sem nenhuma prova concreta.

comercial, ficou fiel ao Governador. A frente de 20 soldados, dirigiu-se para a Chefatura de Polícia, na mesma praça da Piedade, para defender a autoridade, ameaçada. Atacados pelo povo revoltado, este Tenente resistiu, enquanto teve munição, só abandonando o edifício quando ele começou a ser incendiado. Do tiroteio resultaram várias mortes e muitos feridos. Aos enviados dos rebeldes o Governador respondeu que não renunciaria seu cargo; não "cederia a nenhuma imposição".

Aos poucos, o povo foi recuando e assim terminou o movimento sedicioso, havendo depois o dr. José Gonçalves apresentado sua renúncia ao Senado Estadual, que passou o governo a seu substituto legal, o Almirante Joaquim Leal-Ferreira, que convocou o eleitorado para eleger o novo Governador.

Nos últimos anos de sua agitada carreira, dedicou-se ao ensino do latim. No Rio tinha uma coluna em que escrevia sobre os acontecimentos da época, num latim apertuguesado que alcançou grande sucesso.

Sobre ele disse o professor Pedro Celestino da Silva, em o "Município" de Cachoeira, de 1927: "Historiador, era não só erudito como tinha intuição do passado".

Publicou dois volumes com a história dos Três Grandes Capitães da Antiguidade, Alexandre, César e Aníbal; com o pseudônimo de Wolsey, escreveu Libelo Republicano e Comentários sobre a Campanha de Canudos.

Episódio da vida de Cesar em criança, contado por Antônio Marcelino das Neves:

"D. Rita, novamente viúva, continuou a frequentar a melhor sociedade de então na cidade. Numa visita que fez a uma família de suas relações, levou consigo o menino Cesar, seu filho único. Servida a certa hora da noite profusa mesa de chá com finas massas em rica baixela como era uso entre as famílias ricas, passou o pequeno Cesar a servir-se demasiadamente de manteiga com modos pouco próprios de gente bem educada. Sua mãe percebendo o caso e o tendo a seu lado, beliscou-o discretamente com o fim, já se vê, de fazer cessar o mau modo. Ele porém aborrecido com o gesto de sua mãe disse em voz alta: "Ué, mamãe, beliscando a gente por causa de manteiga! Hilaridade geral, vexame de D. Rita".

Cesar Zama nunca se casou nem deixou descendência.

Em sua homenagem o seu nome foi dado ao Forum da cidade.

TENENTE CORONEL ANTÔNIO JOAQUIM DE LIMA

O Coronel Lima, como era conhecido, tinha a patente de Tenente Coronel da Guarda Nacional. Baiano do sul do Estado, região de Ilhéus, segundo uns; chegou aqui como professor e se fez querido e estimado pela sua hombridade e caráter. Foi Intendente Municipal em dois períodos — 1876/79 e 1885/88.

Construiu para sua residência uma grande casa na praça do Alegre, que atualmente pertence aos Barista Neves.

Casou-se com Francelina, filha natural de João Caetano. Conta-se que João Caetano teve esta filha e nunca ligou importância, até que seu filho Braulio encontrou a menina (naturalmente em más condições), pegou-a e levou ao pai, dizendo-lhe: "Aqui está sua filha para Vosmicé criar". O fato é que a menina foi criada e dotada por João Caetano.

O casal teve três filhos: Plínio, Antônio e Josefina. Os dois homens morreram solteiros; Josefina casou-se com Gustavo Fagundes; moraram muito tempo na cidade, até que se transferiram para Salvador.

PLÍNIO AUGUSTO XAVIER DE LIMA (1847/73)

Era um belo tipo de homem, louro, de olhos verdes, alto e elegante; trajava-se no requinte da moda e parecia ter à sua frente um belo futuro.

Fez as primeiras letras em Caetitê e aqui mesmo iniciou o curso secundário com o professor Teotônio Soares Barbalho, regente da cadeira de latim; seguiu depois para Salvador, onde estudou no Ginásio Baiano do dr. Abílio César Borges, Barão de Macaúbas. Dali seguiu para S. Paulo, onde iniciou o curso de direito, passando depois a Recife, onde se diplomou em 1871.

Foi em 1867 que se matriculou na Faculdade de Direito de Recife; foi colega de Castro Alves, Rui Barbosa, e João Batista Regueira da Costa, entre outros; com os três citados, fundou uma sociedade em prol da abolição da escravidão, da qual foi o primeiro presidente.

Sob o pseudônimo de Lúcio Luz, publicou no Correio Pernambucano uma série de versos e sátiras sobre os acontecimentos políticos e a vida social da época.

Diplomado, regressou à sua terra, cheio de planos e projetos para o futuro, mas faleceu em 17 de abril de 1873, com apenas 26 anos de idade.

Não deixou nenhum trabalho publicado, exceto as suas colaborações em Recife. Alguns dos seus versos — os que se conseguiu reunir (1) — foram publicados pelo dr. Afonso Fraga, seu conterrâneo, em 1828, em S. Paulo, com o título de "Pérolas Renascidas".

Assim nos descreveu o poeta um seu confratão: "De cabeleira alourada e olhos verdes, apresentava-se sempre com requintes de elegância parisiense e primando por um espirito cintilante, por vezes finamente mordaz, só saindo do seu aspecto expansivo e risonho na hora da luta em que se transformava em um valoroso guerreiro". (2) Seus versos eram líricos, seguindo a corrente da época, mas sua prosa era cintilante de "verve" e de humor, criticando os maus costumes e os abusos do poder.

Faleceu tuberculoso; há uma versão que o dá como envenenado, mas não se sabe se com fundamento. Entré suas poesias, uma logrou grande popularidade e foi posta em música por Xisto Bahia, sendo uma das modinhas em voga, então, em Salvador. Intitula-se:

"QUIZ DEBALDE"

Quiz de balde varrer-te da memória
E teu nome arrancar do coração
Amo-te sempre! Que martirio infindo!
Tem a força da morte esta paixão.

Eu sentia-me atado-aos teus prestígios
Por grilhões poderosos e fatais,
Nem me vias sequer — amava ainda...
Motejavas de mim — te amava mais!

Tu me vias sorrir; os prantos d'alma,
Só confiam-se a Deus e à solidão!
Tu me vias passar calmo e tranqüilo
Tinha a morte a gelar-me o coração.

Quantas vezes lutei co'o sentimento!
Quantas vezes corei da minha dor!
Quiz até odiar-te — amava sempre
Sempre e sempre a esmagar-me o meu amor.

A cidade tem uma travessa com o nome de Plínio de Lima.

RODRIGUES LIMA

Rita Sofia Gomes, irmã do Barão de Caetité, casou-se com Joaquim Manoel Rodrigues Lima, de descendência portuguesa, minerador, vindo de Bom Jesus do Rio de Contas (Piatã).

Tiveram os seguintes filhos:

— **Joaquim Manoel** — médico, que foi Governador do Estado, político de larga projeção e clínico notável e humanitário. Casou-se com Maria Vitória de Albuquerque Gomes, filha do Barão, e tiveram 6 filhos;

José Antônio — negociante, que foi o Cel. Cazuzinha e se casou com outra filha do Barão, Rita Sofia. Sem descendência;

Antônio — médico, com estudos especializados em Viena, fundou a Maternidade das Laranjeiras, no Rio; casou-se e teve três filhos, sendo o mais velho, Otávio, continuador de sua brilhante carreira profissional. Este ramo da família fixou-se no Rio. O dr. Antônio foi Deputado Federal em várias legislaturas; tinha sua base política em Caetité, a influência eleitoral do irmão, Cel. Cazuzinha.

O Cel. Cazuzinha, juntamente com o dr. Deocleciano, conseguia eleger dois Deputados Federais, o dr. Antônio e o dr. Nicolau Tolentino dos Santos, genro do dr. Deocleciano e depois que morreu o dr. Nicolau, o dr. Homero Pires, que era também parente do dr. Deocleciano (seu avô, o Barão de Sincora tinha sido casado com uma irmã do dr. Deocleciano);

— **Otacílio** — negociante; casou-se com Eugênia Rocha; tiveram 10 filhos; — **Antônia Sofia** — que se casou com o dr. Bráulio, filho de João Caetano. Morreram cedo, deixando um filho que foi o Conselheiro Bráulio Xavier da Silva Pereira.

OTACILIO RODRIGUES LIMA

O Cel. Otacílio, 4.º filho do casal Joaquim Manoel-Rita Sofia, começou seus estudos, mas abandonou para se dedicar ao comércio como atividade mais lucrativa; entretanto, não ficou rico, apesar dos bens de família.

Era um homem culto e estudioso; estava destinado a casar-se com a 3.ª filha do Barão, (1) mas conheceu e apaixonou-se pela jovem Eugênia, filha do Cel. Aurélio Justiniano da Rocha, de Rio de Contas. Casado, fixou-se em Caetité, na casa que é hoje da família, residência do seu neto Luis Oto Rodrigues Lima Koehne (1976), na esquina da rua Barão de Caetité.

Acompanhava a política de seu irmão, Cazuzinha, tendo sido Intendente Municipal de 1904/07. Homem calmo e morigerado, avêso a violências, tinha boa cultura; foi guarda livros da casa comercial de Cazuzinha, depois foi também associado.

1 — Deixou cinco cadernos de versos, segundo pessoas que o conheceram; um deles, o único que foi encontrado, foi publicado em "Pérolas Renascidas".

2 — João Gomes.

Faleceu em 1944. Seus últimos anos foram amargurados com a perda das posições políticas, morte de sua mulher, em 1926, quando se submetia a uma operação, em Salvador, perda de outras pessoas da família e ele próprio, fora do seu juízo, por alguns anos.

No episódio do cerco da rua Barão, conta sua filha Alice, de excelente memória e guarda fiel das tradições da família. "Chegando à janela vi uma quantidade enorme de jagunços subindo o largo de Santana em direção da nossa casa. João Tanajura postou um jagunço dele em nossa janela, armado, pronto para atirar, como meu pai sempre dizia que da casa dele não sairia um tiro, chamei-o imediatamente avisando; ele veio, puxou o homem que já ia atirar e obrigou-o a sair. E, chegando depois à janela, fez um discurso lindo, historiando a atitude de sua família na política de Caetité, para vários homens importantes que estavam à porta do palácio do Bispo; defronte, inclusive o Bispo e Monsenhor Bastos. Terminava dizendo: quanto a Cristo, que era Deus, eles fizeram o que quiseram quanto mais a ele, que era um simples mortal! Se quisessem atacá-lo que atacassem. Só sei dizer que foram dispersados. No outro dia pela manhã, chamaram-me na porta e quando cheguei eram o Cel. Hermelino da Silveira, o sr. Sebastião Ladeira, o sr. João Cerqueira e o sr. José Ivo, pedindo-me que mandasse Otto ir com eles à casa do dr. Venâncio para fazerem um acordo entre eles e João Tanajura; Otto foi. Ele ainda não entendia bem o português, falava uma coisa e entendia outra, mas finalmente fizeram o acordo".

O casal teve 10 filhos:

Otacília — (Lali) criada pelo Desembargador Bráulio Xavier.

Alice — x Oto Koehne, alemão; toda a família mudou-se de Caetité, onde permanece apenas um filho; 6 filhos: Erico, Maria Eugênia, Cecília, Clotilde, Alice e Luís. Oto faleceu em Salvador em 1975.

Maria Zalina x João Evangelista de Castro Tanajura; ambos falecidos. Tiveram filhos que não sobreviveram:

Beatriz — professora, casada com Afonso Hofmann, alemão; sem descendência. Residiram em Caetité por longos anos, passando depois à Conquista onde ele faleceu. Beatriz mudou-se para Salvador, onde faleceu em 1969.

Julietta x Clemente Ladeira Tanajura (irmão de João); 8 filhos: Euvaldo, médico, no Rio onde continua a brilhante tradição de seus parentes: Evandro, Maria de Lourdes, Amanda, Clarice, Eugênia, José Antônio e Olga. A família reside atualmente em Salvador, só uma filha casada continua em Caetité e outra, também casada, em Guanambi;

Edmundo — bacharel, casado com Nair Martins Rodrigues; 2 filhos — Ric;

Abelardo — bacharel, casado com Gunila Stark, 2 filhos, Rio;

José Antônio — bacharel, casado com Enequina Lopes; faleceu poucos anos após a formatura, deixando uma filha;

Clotilde — viúva do dr. Luís Pradç Ribeiro; 3 filhos — Rio;

Armando — solteiro, Conquista.

1 — Segundo tradição na família.

BEATRIZ RODRIGUES LIMA HOFMANN

Lembrar Beatriz é reportar à sobriedade encantadora, à serenidade admirável que governou a sua vida.

Os seus íntimos amaram-na com extrema ternura; disse-me Beatriz num altar"; os amigos a têm no coração como mestra e amiga; sempre atenciosa com todos, servindo-se de sua ótima memorização, nunca esquecendo um nome ou uma fisionomia. Era um prazer conversar com Beatriz: retinha os fatos com personagens, nomes, lugares, época, reproduzindo-os com fluência e fidelidade, realçando as particularidades, quer os importantes que por serem os principais em qual quer sector toda gente pode guardar, quer os fatos comuns, o cotidiano, com sua mescla de ironia, ignorância, amargura ou alegria.

Dotada de notável cultura que aprimorou até a sua morte, dela se pode dizer aplicando o provérbio: morrendo e aprendendo.

Seu senso de humor era outra faceta de sua inteligência, não a graça burlesca e grosseira, mas o espírito fino de pessoa culta e inteligente. Apreciava-o engraçado de situações as mais diversas e as transmutava com espírito e humor.

Naquela época, isto é, em 1926, quando da abertura da Escola Normal, Beatriz dava-me a impressão, não de uma pessoa idosa, pois era bem moça, mas de uma pessoa entrada em anos, com aquela elegância com que sempre se arrumava e aquela serenidade que irradiava de si; eu me indagava então: que sentirei eu quando estiver como Beatriz? Confesso que em chegando aquela fase, nada senti de especial. Não tive tempo ou não me lembrei, ou melhor ainda, aprendi que a gente envelhece só por fora. Assim foi Beatriz; seu físico sofreu o desgaste do tempo, mas seu espírito permaneceu jovem e corajoso.

Coragem é a palavra adequada para designar o modo como aceitou a terrível moléstia de que foi acometida, vivendo por cinco anos como se nada sentisse diante dos cutros, mesmo parentes, sem falar sobre sua saúde, nem dar lugar a que outros se referissem; conversando normalmente com todos, fazendo visitas a parentes e amigos, indo a teatro e cinema, sempre que algum espetáculo era interessante, lendo livros de ficção ou estudo em português, francês ou alemão, escrevendo cartas onde não havia sinais de revolta ou de medo nem de desesperança e nem mesmo de lamúria, fazendo seu croché e vendo televisão, quando não saía. Variava de atividade; tudo como se fosse uma pessoa sadia, como se não soubesse que estava se aproximando sempre mais do fim.

DADOS BIOGRAFICOS

Um fenómeno tantas vezes repetido em Caetité, aconteceu com Beatriz: sempre amante da terra, teve de ceder às injunções da vida prática e transferir-se de residência. O mesmo vem acontecendo a quase todos os membros de sua gente, de modo que uma família tradicionalmente caetiteense, está na cidade, representada apenas por dois sobrinhos que ainda permanecem. Este é, ao meu ver, o incentivo que Caetité presta aos seus filhos mais ditelos: dá-lhes o que tem e depois, aconselha-os através das circunstâncias, a se transferirem para melhorias de condições. Sua bênção os acompanha por certo, porque de nenhum caetiteense se pode dizer, ao que se saiba, que não fosse vitorioso em novas plagas.

Nasceu em 1895, 4.ª filha do casal Eugênia-Otacílio Rodrigues Lima. Fez seus estudos primários com a professora Jovina Margarida da

Trindade Novais, aqui na cidade e cursou o Educandário do Sagrado Criação de Jesus (Perdões) em Salvador, onde se diplomou aos 15 anos de idade; foi aluna laureada de sua turma, obtendo distinção em todas as matérias durante o curso.

Regressando, lecionou no Colégio-Americano e depois foi nomeada adjunta de sua ex-mestra D. Jovina, por cerca de dois anos, quando então teve sua primeira cadeira da escola estadual feminina.

Em 1921, casou-se com o alemão Afonso Maier Hofmann; não tiveram filhos. Ao marido era ligada por laços afetivos e grande afinidade espiritual.

Em 1926, quando da criação da Escola Normal, era uma das professoras primárias mais eficientes, sendo a matricula de sua classe disputada com empenho.

Quando começou sua carreira, havia duas escolas primárias na cidade: a masculina regida por Maria Teodolina Neves Lobão e a feminina, por D. Jovina. Não é de admirar que houvesse uma seleção na frequência, só conseguindo matricular os meninos das famílias mais importantes; aprender a ler naquela época era um privilégio. Beatriz, jovem adjunta, resolveu que modificaria esta situação, dando oportunidade aos mais humildes, e na sua própria escola, conseguida pouco tempo depois, pôs em prática uma norma que ia orientar sua belíssima carreira no magistério primário: aceitava com o mesmo interesse o filho do pobre como o do rico, dispensando a ambos o mesmo carinho, desvelo e atenção. Aboliu de sua classe os castigos físicos tão em uso então e numa época em que nem se falava em psicologia, usava métodos de ensino e persuasão que faziam de sua escola uma alegre e animada colmeia de trabalho e camaradagem.

Aqui em Caetité foi, além de professora primária, Diretora das Escolas Reunidas, Diretora das Escolas Anexas à Escola Normal e ensinou, interinamente, francês e português na Escola Normal.

Em 1941, atendendo a motivos particulares, transferiu-se para Conquista, onde seu marido tinha mais facilidade de exercer o magistério no Ginásio do padre Palmeira, também transferido daqui para aquela cidade mais ou menos na mesma época. Foi a título de experiência, porque Conquista era ainda uma cidade de faroeste, mas tão bem se adaptou, de tal modo ali se tornou querida e admirada, que não pensou mais em regressar. Confirmando o adágio "ninguém é profeta em sua terra", em Conquista, Beatriz teve as oportunidades que sua inteligência e sua cultura estavam a exigir. Lá, foi professora e depois Diretora por várias vezes do Grupo Escolar Barão de Macaúbas, professora de português e de francês do Ginásio do padre Palmeira.

Em 1964, concorreu à cadeira de Francês do recém-criado Ginásio Estadual, saindo-se brilhantemente, sendo nomeada adjunta de catedrática. Aposentou-se então como professora primária, dedicando-se ao ensino médio.

O encerramento de sua carreira no magistério primário foi belíssimo: cerca de cinco anos de se aposentar deixou o Grupo Escolar e conseguiu uma escola isolada que instalou no andar térreo de sua residência, próxima ao morro do Maron, com a finalidade de ensinar só crianças pobres que por dificuldades econômicas não podiam frequentar os Grupos, recusando as crianças de posses, não abrindo exceção para suas próprias sobrinhas. Esta escola teve enorme frequência, atingindo uma média de 70 alunos, que ela atendia em dois turnos, pagando por sua conta auxiliares normalistas ou professoras a ela sem colocação, conseguindo deste modo levar a instrução aos mais pobres e desprotegidos.

Em 1960, ano de suas bodas de ouro na formatura e estando aqui em visita aos seus parentes, como sempre fazia, Caetité, através de sua melhor sociedade, prestou-lhe a belíssima homenagem numa sessão solene onde ela ficou entre duas de suas ex-alunas, da sua primeira classe e da última que teve aqui; entre Celina Rodrigues Lima e Rosa Margarida de Araújo.

Em 1965, dois fatos marcaram sua vida: perdeu o marido e foi atingida pela compulsória. Mas seus serviços não foram dispensados; continuou no Ginásio como orientadora do ensino de francês, cargo que ocupou até 1968 quando se transferiu para Salvador, já frida do mal, em busca de tratamento.

A vida de toda criatura pode ser resumida em três palavras: nasceu, viveu, morreu. Mas se independe de nós o nascimento e não podemos controlar a morte, em compensação o viver nos pertence; dele podemos fazer uma coisa maravilhosa em que pesem os percalços da existência, ou dispersá-la de maneira grosseira.

A vida de Beatriz foi uma fecunda obra de sábio viver, uma lição cristã de coragem e fé. Fé em Deus; fé nos destinos de nossa terra; fé na inteligência humana; fé na amizade de seus amigos. Caetité, tão rico de filhos ilustres, coloca Beatriz entre os seus maiores vultos.

GONDIM — BRITO GONDIM — COTRIM-XAVIER-COTRIM FAGUNDES DE BRITO

Os Gondim, Brito Gondim, Cotrim, Xavier Cotrim e Fagundes de Brito são das mais antigas famílias caetiteenses e muito entrelaçadas. Dizem as crônicas que o primeiro Gondim foi dono da fazenda Alegre, em princípios de 1700; edificou o sobrado ainda hoje existente (1976) quase sem nenhuma alteração. Foi aí que se hospedou o Conde dos Arcos, em 1755, quando passou por Caetité, vindo de Goiás.

Este português foi trouco de numerosa e conhecida família que se espalhou pelas Lavras, Ituaçu e outros pontos.

A princípio muito próspera, perdeu aos poucos a importância com alianças inferiores e, por fim, com a abolição da escravatura. (1) Aliaram-se aos Brito, Cotrim e Xavier Cotrim e Fagundes de Brito.

Francisco de Brito Gondim foi um dos dois Juizes Ordinários quando se criou a vila em 1810.

Outros representantes da família foram: os irmãos Porfírio de Brito Gondim, proprietário da Chácara, entre outras fazendas, que foi Intendente de 1853/58 e o padre Policarpo que foi vigário da freguesia, Deputado Provincial e chefe político de grande influência; outro representante foi o alferes Joaquim de Brito Gondim, que exerceu o cargo de Intendente em 1889.

COTRIM

O primeiro Cotrim veio de Portugal em 1735, nascido em 1707; (2) chamava-se Bernardo Diogo José de Carvalho Cotrim. A família conservava como reliquia uma grande tesoura que ele trouxera da terra natal. (3)

A família uniu-se aos Brito Gondim e foram os maiores proprietários de terras. Para o norte da cidade, numa distância de mais de 12 léguas, eram terras suas, sendo as principais fazendas as de Barro Preto, Umbuzeiro, Ingazeira, Cerquinha, Jatobá, Espírito Santo, além

de casas na cidade e numerosa escravatura. Eram filiados ao Partido Conservador liderado pelo padre Policarpo.

Decaimam de importância e posição por alianças pobres e perda da escravatura, vindo os proprietários para a cidade e vendendo, aos poucos — e por nada — suas belas propriedades, ou mesma abandonando-as; simplesmente. Nada sabiam fazer com as próprias mãos, nem scuberam enfrentar o problema da falta de braços para a criação e a lavoura.

Em 1843, era grãde proprietário de sua fazenda Jardim, Francisco Xavier Fagundes Cotrim, casado com Francelina, irmã do padre Policarpo.

Seus irmãos foram: Inocêncio, Antônio, Pedro, Valeriano e Aureliano Xavier Cotrim. Uns adotavam o Fagundes, outros não. Alguém na família adotou este sobrenome, talvez para despistar; por ocasião do **Mata-Maroto** muitos portugueses e seus descendentes usaram este costume, trocando ou adotando um outro sobrenome.

Um desses irmãos, Inocêncio Fagundes Cotrim, foi quem mandou construir o mausoléu que existia na base do morro do Observatório e que ficava fora, mas próximo ao semitório do Santíssimo. Em 1880, requereu à Câmara "a demolição de uma casinha sua na rua S. João, para ficar o lugar dela vago para dar aformoseamento à rua e ficar desse ponto livre a vista do mausoléu ereto pelo suplicante pedindo igualmente para ser registrado esse seu requerimento para que em tempo algum ninguém possa edificar nesse terreno visto que ele não abre mão dessa posse". (4)

Em 1926, quando da instalação da nova Escola Normal, viviam ainda na cidade, **Lano e Fura**. Lano — Aureliano Pinheiro de Azevedo — filho do 1.º casal de José Pinheiro Xavier Cotrim, ainda alcançou alguma riqueza; Fura — Antônio — (ficava furioso quando era chamado pelo apelido), seu irmão, mas de um 2.º casamento, já não era rico quando nasceu. Era solteiro, não falava direito e era um pouco amalucado; foi assassinado por um menor malfeitor, para roubar, pois ele vivia num quarto isolado da casa e constava que tinha dinheiro.

Na época, comentava-se que o enxoval dos dois viera de Paris e que eles foram banhados em bacia de prata, como era praxe entre as famílias ricas. (5) Não pediam esmolas; pediam "um empréstimo" e sempre orgulhosos do nome da família.

Des irmãos, foi Antônio aquele cuja família mais prosperou pois teve um filho formado em direito e outro funcionário federal. Filhos de Antônio Xavier Cotrim foram:

Octávio — agente dos Correios, casado em las núpcias com uma prima e em 2as. com Antônia Neves Cotrim (Tonica). Esta ficou viúva, praticamente sem recursos, mas a Escola Normal veio em seu auxílio; quase todos os filhos se diplomaram e seguiram carreiras diversas numa melhoria de vida a cada geração. Entre os filhos o professor, jornalista e homem de empresa, Luís Neves Cotrim, residindo em Jequié.

Otaviano — bacharel em direito e advogado de larga projeção. Em sua viagem pelo sertão, o dr. Teodoro Sampaio faz referência ao dr. Otaviano que o acompanhou na despedida até a Santa Bárbara, em janeiro de 1880.

Os outros filhos foram: Olegário, Otília e Odília.

VILASBOAS

A origem da família Vilasboas (antigamente grafavam Vilas-Boas) veio de dois irmãos portugueses que chegaram à região com os Bandeirantes. Um deles fixou-se em Caetité, e o outro foi para S. Paulo, dando origem aos Vilas-Boas paulistas.

O mais remoto antepassado conhecido foi Antônio Caetano Vilasboas, que foi um dos dois Juizes Ordinários, ao ser constituída a vila, em 1810. Era casado com Maria Teodora de Carvalho, senhora que ficou conhecida como das mais duras para os escravos; viviam na Mangabeira (distrito sede) onde Antônio Caetano construiu a casa grande da fazenda. O casal teve 8 filhos.

Joaquim José x Bárbara Ataíde de Castro. Tiveram os filhos Angelo, João e Ana Benta.

Sérgio — teve uma filha, Júlia, que se casou com Antônio Soriano de Lima; fixaram-se em Brejinho das Ametistas e tiveram 5 filhos, todos Manoel: Manoel, Manoel João, Manoel Joaquim, Manoel Sebastião e Manoel Alfredo.

José Joaquim x Maria Lopes; tiveram os filhos Antônio, Manoel, Angelo e Francisco Joaquim (que foi o Cel. Chiquinho).

Emerenciana x Porfirio de Brito Gondim; tiveram as filhas Amélia, Rita, Maria da Glória e Atília.

Maria dos Anjos

Maria Teodora — (avó de Pompeu Fernandes)

Jão Nepomuceno — pádre, e morreu ainda muito jovem.

Lalu — cujo nome o informante não se lembrava.

O casal Emerenciana e Porfirio de Brito Gondim foi o mais representativo de sua geração. O Capitão Porfirio construiu a casa grande da Chácara para o seu casamento. Três de suas filhas casaram-se com primos: Ana com Chiquinho (Francisco Joaquim), Amélia, com Angelo Ataíde Vilasboas e Atília, com Manoel Oliveira Vilasboas — foi a única que saiu da cidade para Canabrava e faleceu cedo, deixando 2 filhos — João e Anália; duas das filhas do casal morreram solteiras.

Amélia e Angelo só tiveram um filho, Gerson; Angelo morreu cedo e Amélia foi viver com as irmãs na casa grande da Chácara.

Ana e Chiquinho tiveram dois filhos, um que morreu criança e Antônio Vilasboas. Moravam no seu belo sítio do Jatobá, nas vizinhanças da cidade. Conheci o Cel. Chiquinho, quando aqui cheguei em 1926, um belo tipo de velho com grandes barbas brancas. Já era viúvo. Era uma autoridade moral no meio social da cidade.

Grande amizade unia as duas famílias de Chiquinho e Angelo. Era costume que pela manhã, os da Chácara fossem para o Jatobá e à tarde, os do Jatobá viessem à Chácara. A noite, os que voltavam eram precedidos de fachos para iluminar o caminho. As duas propriedades se tocavam e a distância era, mais ou menos, de um quilômetro.

4 — Livro de atas da Câmara 1881/1892.

5 — Sadi Gumes acha que isto de "enxoval" vindo de Paris e bacia de prata é lenda, pois quando o Antônio nasceu já a família estava empobrecida; entretanto, estavam ainda muito longe da miséria em que vieram a se acabar.

Antônio Vilasboas casou-se, rapazinho, com sua prima Clementina de Oliveira Léo — Dona — que no mesmo ano do casamento, faleceu. Segundo versão da família, Antônio levou a mulher para visitar os parentes na Canabrava e ela tomou um café (ou chupou uma laranja, conforme Gerson) que lhe foi oferecido por uma prima enciumada; adoeceu e morreu logo depois, envenenada, segundo se dizia. Antônio, viúvo, casou-se com Guiomar Borba Prisco e tiveram 5 filhos:

Carlos — professor x Maria Aparecida Mafrá; muitos filhos.

Carmen — professora x Lauro Léo; 6 filhos.

Dagmar — professora x Florival Bonfim; 5 filhos.

Agueda x Nelita Fernandes; 4 filhos. É o único que ainda mora no Jatobá, na parte da herança paterna que lhe coube.

Gerson foi para S. Paulo e lá ficou por cerca de dez anos sem dar notícias, até que voltou em 1930, casado, trazendo a mulher. Mas não veio para ficar. A mãe, já velhinha, não quis acompanhá-lo; faleceu três anos depois. Gerson, de novo em S. Paulo, ficou sem dar notícias por cerca de 40 anos.

Antônio fixou residência na Chácara e lá morou até a sua morte, em 1954. Teve como herança o Jatobá, o Barro Preto, duas belas propriedades, sua parte da Chácara e muitas casas na cidade. Foi vendendo tudo até que ficou só com o Jatobá e a Chácara. Depois de sua morte, sua viúva continuou na Chácara até que também vendeu esta, em 1965, e comprou uma casa na cidade para sua residência.

Pouco depois desta venda, chegou Gerson reivindicando sua parte. E como não puderam chegar a um acordo, ele intentou uma ação judicial. Enquanto esperava, não quis voltar para sua família em S. Paulo; velho, doente, sem recursos, ficou como abrigado na Associação das Senhoras de Caridade, onde faleceu em 1974.

S I L V E I R A

Antônio Machado Silveira, chegante a Caetité, teve 9 filhos, dando origem à numerosa e entrelaçada família Moreira Silveira e Antunes Teixeira.

Os filhos foram: Hermelino, Manoel, Aprígio, João, Silêncio, José Renério, Ana, Maria e Liberato.

DESCENDÊNCIA DE HERMELINO

Hermelino Antônio da Silveira casou-se com Maria Clementina Fraga Moreira (D. Nazinha), estabeleceram-se na cidade, com farmácia, e tiveram 14 filhos, os dois últimos, gêmeos; foram:

Alcides x Gregório de Oliveira Léo, 3 filhos. Estabeleceram-se em Caldeiras, onde a família Oliveira Léo era grande proprietária; ambos falecidos; ela morreu primeiro e Gregório tornou a se casar com Francisca Morais e teve mais um filho.

Haidé x viúva de Joaquim Silveira Lima, 5 filhos, um dos quais o dr. Valdir Moreira Silveira Lima é o Promotor da cidade.

Corina (Cora) x viúva de Antônio de Oliveira Léo, irmão de Gregório; 11 filhos. A viúva e dois filhos ainda moram na cidade.

1 — Dados colhidos n' "A Pena", com Antônio Neves, com Gerson Vilasboas e outras pessoas da família.

Enedina x Manoel Joaquim Soriano. Estabeleceram-se no distrito de Brejinho das Ametistas; faleceu pouco depois do casamento sem deixar filhos.

Antônio x Salústia Santos, 8 filhos; Salvador. Antônio faleceu em 1964. **Isolina** x Rosalvo Moreira da Cunha, 9 filhos. Grande parte da família transferiu-se para S. Paulo, exceção de duas filhas casadas, uma das quais reside em Caetité.

Ianê — viúva de Cesar Augusto Pereira de Castro; 5 filhos entre os quais os industriais Humberto, Elmano e Ernani Castro. Salvador. Elmano faleceu recentemente (1975).

Aída — solteira, professora aposentada da Escola Normal (Caetité). **Sílvia** — viúva de Agrário Antunes da Silveira, sem filhos. Belo Horizonte.

Maria — solteira — Caetité.

Jacinto — médico, casado com Maria Braga, 3 filhos; Belo Horizonte. **Dacl** — viúva de José Sjeiros Vidal, sem filhos; Belo Horizonte.

Oswaldo — dentista, casado com Danúsia Neves Freitas, 4 filhos — Caetité.

Oswaldino x Elvira Helena de Castro, 5 filhos (dois gêmeos). Oswaldino faleceu em 1970.

DESCENDÊNCIA DE APRÍGIO

Aprígio casou-se com Maria Fraga; estabeleceram-se no distrito sede e tiveram os filhos: Bernardino x Henrique Silveira; Florentina, Alice, Adélia, Sizatina, Mancel, Antônio e Joaquim.

DESCENDÊNCIA DE SILENCIO

Silêncio Antônio da Silveira casou-se com Crescenciana Antunes Teixeira. Transferiu-se para Vitória da Conquista, onde vivem quase todos os seus descendentes. Seus filhos foram:

Crescêncio x Cândida Guimarães Lacerda. O dr. Crescêncio foi membro destacado no meio social de Conquista. Ótimo médico, bon-beso e humanitário, fundou a Casa de Saúde São Vicente.

Alegre e bem humorado, distraía-se fazendo as graças mais espirituosas, sempre pronto a atender um doente, pobre ou rico, sem distinção. Caridoso, sua morte foi vivamente sentida por toda a cidade e vizinhança e pelos amigos. Sua família reside ainda em Conquista.

Sofia Quinta x Elpidio Silveira dos Santos Flores; teve dois filhos, Edmundo e Orlando e faleceu. Seu viúvo casou-se novamente e teve outros filhos inclusive o ex Deputado Federal Edvaldo Flores.

Cândida x Casimiro Gomes Cardoso; muito filhos — Conquista.

Agrário x Sílvia Moreira Silveira; faleceu cedo, vítima de peste bubônica, em Conquista. O casal não teve filhos.

DESCENDÊNCIA DE JOSÉ RENÉRIO

José Renério da Silveira casou-se com Antônia Bernarda de Oliveira Léo; tiveram os filhos:

Mancel Higinio — vigário de Livramento de Nossa Senhora, durante toda sua vida; era Cônego;

João Nepomuceno — casado, com filhos; mudou-se quando ainda rapaz para os lados de Ubaíra;

Francelina x José Fagundes Canguçu Cotrim; 2 filhas;
Ana Joaquina x Vicente Custódio de Souza; teve uma filha e faleceu. Seu viúvo casou-se novamente e teve vários filhos: Nicodema, Felinto, Augusto, Jerino (atual Prefeito de Tanhaçu — 1975), Altamira e Antônio;

Maria Madalena x Cândido Custódio de Souza (irmão de Vicente), tiveram: José Renério, casado duas vezes com filhos de ambos; os casamentos: Hotemária, João, Joaquim, Marieta, Nicanor, Ovídio (Ovidinho), Maria Madalena (Nena).

Antônia ficou viúva e casou-se com Crescêncio Antunes de Brito Teixeira e tiveram 2 filhos;

Ovidio x Sofia Guimarães Lacerda. O dr. Ovidio foi um dos chefes políticos de Caetité; o casal não deixou descendência;

Crescenciano x Honorina Silveira; não tiveram filhos.
Crescêncio já era viúvo 2 vezes e tinha do 1.º casamento 3 filhos, entre os quais:

Agrário x Guilhermina de Oliveira Léo; tiveram 6 filhos: Maria Isidra, Manoel Benedito (Zinho), José Benjamim, Ana (Donana Antunes), Anibal, Carlos, que era bacharel.

Do 2.º casamento, Crescêncio tinha um filho, Brasilino, que também foi casado duas vezes.

OLIVEIRA LEDO

Os Oliveira Léo foram grandes proprietários de terras no município e moravam em suas fazendas, só mais tarde vindo alguns para a cidade; a família gozou de prestígio e entrelaçou-se com outras também importantes; seu núcleo era a Canabrava dos Caldeiras (distrito de Caldeiras). O velho chefe da família foi Gregório de Oliveira Léo, que se casou com Francelina de Oliveira Léo e tiveram 8 filhos:

Joaquim x Sofia Antunes Teixeira; sem filhos;

Manoel Higino x Carlota, uma viúva de S. Felix que tinha Benedito, João Pinheiro e Alvimio; o casal teve mais **Gregório** x Alcides Moreira Silveira e depois com Francisca Moraes; **Júlio**, **Jero** x Emiliana Fraga, **Antônio** x Corina Moreira Silveira; **Clementina** que foi a 1.ª mulher de Antônio Villasboas;

Antônio — casado, com filhos;

José — casado, com filhos;

Antônia — que se casou 2 vezes, com José Renério da Silveira e com Crescenciano Antunes Teixeira;

Ana x Bruno Frota;

Rita x João Pinheiro; sem descendência;

Guilhermina x Agrário Antunes Teixeira; 6 filhos.

PINTO MONTENEGRO

O português Júlio Francisco do Lago Sarmento foi soldado de Junot na invasão de Portugal. Aqui chegado, mudou seu nome para Júlio Pinto Montenegro. Era costume naqueles tempos de exaltação patriótica, portugueses e seus descendentes mudarem de sobrenome para fugir às perseguições políticas. Também se adotava um sobrenome à escolha seja para evitar confusão de nomes idênticos, seja por admiração a uma personagem de romance, teatro ou da história.

Fixou-se em Caetité e casou-se com Angélica Costa, moça de grande beleza, filha do português, sacristão, Manoel José da Costa e de Bernardina de Couto Machado.

Bernardina era filha do rico negociante português Couto Machado, que teve outros filhos, inclusive o padre Antônio Bento Costa, que deixou fama de pessoa desabusada, sem reservas; para não se subordinar à autoridade, nunca aceitou uma freguesia. Fazia suas encomendas de missas, festas e casamentos, ia onde queria, autoritário, sempre queria ter razão e procurava se impor ao vigário de Monte Alto, José Alexandre, que era seu sobrinho, repreendendo-o "seu seu tio!".

Júlio e Angélica tiveram 8 filhos:

Venância

Zeferino — casado com uma filha do Capitão Gonçalo de Ataíde Pereira; **Alexandre** — casado na família Marques, de Paramirim; **Francisco** x Maria Marcelina (bisneta do Comendador Gomes de Azevedo);

Ana Gertrudes x Septímio Alves;

Dulcina x Delvito Morais (avós de Dulcininha Neves);

Júlia x Mariano Morais;

Antônio — que foi para o Ceará e nunca mais deu notícias.

Descendência de Francisco e Maria Marcelina — Vieram a conspurcar o ramo mais importante da família; tiveram 10 filhos:

Maria x Alvaro Morais, pais de Dulcininha Neves; morreram cedo deixando esta filha única;

Júlia x Marcos Pinto Montenegro; 10 filhos. Foi a que ficando viúva levou as sete filhas para se casarem em S. Paulo; "sabia que não podia casar aqui sete moças donzelas e pobres";

Francisco — que foi o Capitão Chico Pinto; casou-se três vezes;

Eloí x Elisa, irmã da 1.ª mulher de Chico Pinto; foi Tenente do Exército; faleceu no Rio Grande do Sul;

José — Zequinha Pinto; casou-se 2 vezes, a 1.ª com Joana Teixeira, sem filhos; e a 2.ª com Amélia Vieira Teixeira que já era viúva com 2 filhos, João e Osvaldo Vieira Teixeira. Zequinha foi Sargento da Polícia Estadual, tomou parte nas lutas do Cocho do Péga onde recebeu 14 ferimentos de chumbo;

Antônia x João Antônio dos Santos Gumes; 16 filhos;

Angélica x Francisco José de Souza — Canabrinha (Paramirim);

Francisca (Chica) — que morreu solteira;

Ana Luíza (Naninha) — também morreu solteira;

Laura Luíza x Antônio Gumes, 4 filhos; morreram cedo.

FRANCISCO PINTO MONTENEGRO

O Capitão Chico Pinto foi o elemento de maior influência da família; fazia política contra Deocleciano Teixeira, ao lado dos Tanajuras. Conheceu nos primeiros anos da Escola Normal, um velho alto e seco, alegre e desabusado, Residia num belo sítio no Lameirão — subúrbio da cidade — o Lameirão de Chico Pinto, onde tinha, em frente à sua casa, do outro lado da estrada, uma rancharia para pernoite de tropeiros, aos quais alugava o pasto de suas mangas. Seus filhos mais novos beneficiaram-se com o diploma de professor, bem como uma do 2.º casamento. Depois de sua morte, a família espalhou-se pelo centro do país — Goiás — e sul do Estado.

Chico Pinto casou-se a 1.ª vez com Ercínia, filha de Antônio Silva, mais conhecido como Antônio Major e teve 2 filhos: Teófilo e Teodulina. Teófilo casou-se em Caetité e mudou-se para S. Paulo; Teodulina casou-se com João Antônio.

Ficando viúvo, Chico Pinto casou-se com Maria Púbio (irmã de Argeu) e teve os filhos:

Hostília — solteira — Goiânia;
Ascendino — x Maria Silva — 4 filhas — Goiânia;
Eulina — professora; solteira — Goiânia;
Anésia x Augusto Custódio, já falecida — 3 filhas;
Aleci — solteiro — Goiânia.

Novamente viúvo, casou-se com Rita Morais e teve os filhos: **Valdick, Valdir**, casada com o professor Oscar Matos; **Evandro**. Todos diplomados pela Escola Normal.

MONTENEGRO CERQUEIRA

O professor Florêncio Cerqueira, musicista, aluno do famoso mestre Inocêncio, que veio com os Gomes de Azevedo foi quem começou a ensinar música na cidade. Florêncio Cerqueira dedicou-se ao cultivo da música e da arte teatral; manteve aulas particulares e uma orquestra sacra e depois uma filarmônica, auxiliado por seus filhos, todos dotados de vocação musical. Um deles, Hilariano Cerqueira, foi autor da música do hino caetiteense, ainda hoje cantado.

João Antônio Cerqueira era seu filho, advogado provisionado que, casando-se com Teodulina Pinto Montenegro, deu origem à grande família Montenegro Cerqueira.

Como tantos outros, depois de velho, viu-se na contingência de deixar sua terra para ficar em companhia dos filhos, vivendo então em Goiânia e depois em Salvador, onde faleceu em 1968, com 86 anos de idade; Teó também faleceu em Salvador-poucos anos mais tarde.

Descendência de João Antônio Cerqueira e Teodulina:

Tiveram 14 filhos dos quais apenas dois, continuam residindo em Caetité; os filhos foram:

Cândido Colombo — bacharel, casado com Altamira Souza, sem filhos; Juiz do Tribunal de Justiça de Brasília;

Ercínia — professora pela Escola Normal e pela Faculdade de Filosofia, viúva de Godson Lima Costa; sem filhos — Salvador;

Valtelina — professora, falecida em 1946; era casada com Jorge Palmeira — 3 filhos;

Josué — casado, tem um filho — Brasília;

Dirce — professora, solteira; faleceu em 1966;

Floralval — médico, casado com Zilda Fernandes; 3 filhos — Goiânia;

Décio — casado com Ieressa Borges de Aguiar; 7 filhos — Caetité;

Ivan — bancário, casado com Elenisa Pinchime; 7 filhos — Goiânia;

Ivan — professora, foi Tabela de Notas na cidade e na Capital do Estado, x Antônio Gama, 3 filhos — Rio de Janeiro;

Neite — professora, x Moacir Massa, 10 filhos — Salvador;

Maria Fausta — solteira — Salvador;

Mercedes — professora, x José Veiga, 2 filhos — Salvador;

Marlene — professora, x Dácio Oliveira, 6 filhos — Caetité;

Dagoberto — eletro-mecânico, x Natércia Leite; 3 filhos — Natal RG.

OS GUMES

Luis Antônio dos Santos Leirão residia em Minas do Rio de Contas, quando pelo declínio na exploração do ouro, resolveu mudar-se, com toda a família, para a vila do Salgado (Januária, MG). Depois de muitos dias de viagem, chegou a um lugar novo, de abundantes águas, onde era possível fazer-se a lavoura de rega; encantou-se com o lugar, desistindo de ir adiante e aí se fixou, nas imediações de Macaúbas. Teve vários filhos que se espalharam pela região até as Lavras; um deles, de nome Maurício, deu seu nome ao lugar onde morou e até

hoje chamado "Lagoa do Maurício"; outro, João Antônio dos Santos, exerceu a atividade de comerciante ambulante, até que se fixou em Caetité, constituindo família e adotando a profissão de ensinar. Pouca gente naqueles tempos recuados estava em condições de ensinar, pelo que o professor João Antônio teve logo muito êxito em sua iniciativa.

Foi este João Antônio dos Santos que, segundo o uso da época, adotou o sobrenome de **Gumes**.

Em 1848 aqui chegou o professor João Antônio, que abriu sua escola, muito frequentada. Entre seus discípulos, destacaram-se Antônio Soares Público, Marcelino José das Neves, Ernesto Dantas, Joaquim Manoel Rodrigues Lima, Camilo Prisco da Silva, Constantino e Afonso Fraga, Hermelino Marques Leão, Plínio de Lima, etc.

Casou-se com Ana Luiza da Veiga Neves e teve 3 filhos: Antônio, que morreu ainda moço; José, que também morreu cedo, solteiro e João Antônio.

JOAO ANTONIO DOS SANTOS GUMES

Nasceu em 10 de maio de 1858 e faleceu em 29 de abril de 1930, na mesma casa onde morou seu pai, a rua 2 de Julho, e onde residem ainda suas filhas solteiras.

Casou-se com sua prima carnal Antônia Dulcina Pinto Gumes, em 1884. Tiveram 16 filhos, morrendo apenas um, em criança e outro, rapazinho; alguns outros também já faleceram, mas em idade adulta. Sua mulher morreu em 1922.

Sempre foi pobre, mas sem passar privações, trabalhando, ensinando crianças na sua mocidade e depois, escrivão da Coletoria Geral (estadual e federal), tesoureiro e secretário da Intendência, depois também secretário até a sua aposentadoria neste cargo. Autodidata, também foi musicista, dramaturgo, jornalista, arquiteto, solicitador (advogado provisionado), um espírito vivo e curioso, que gostava de ler e pesquisar.

Compôs o drama "A Abolição", para comemorar a Lei Áurea, duas comédias de costumes, o romance "O Sampauleiro" quando se intensificou a emigração dos baianos para S. Paulo, publicado em folhetins em A Pena, dois outros romances descritivos da vida regional e um que não terminou. Quanto à pintura, fez vários quadros (cópias) restando apenas um de Allan Kardec, ampliado. Na música compôs diversas partituras para violoncelo, que executava.

Na arquitetura foi autor do projeto do Mercado Público (o da praça do Alegre, que foi demolido) e do teatro Centenário (também demolido). O ponto alto de sua vida, porém, foi a imprensa. Em 1896 a Intendência Municipal lhe cedeu um pequeno prelo em que ele, sem ter visto funcionar, editou um jornalzinho comemorativo da eleição e posse do dr. Joaquim Manoel para Governador do Estado, "O Caetiteense". Mais tarde adquiriu um prelo maior e em 5 de março de 1897 editou o primeiro número de "A Pena" que foi seu filho predileto e que, com interrupções, saiu até a sua morte.

Para elucidar a grafia do nome Caetité, em colaboração com o padre Luis Gonzaga Dialler, escreveu uma pequena monografia, onde mostrava as raízes da palavra, trabalho que teve a aprovação de Teodoro Sampaio.

Escreveu outra monografia sobre o município, a pedido do então Deputado dr. Bráulio Rodrigues Lima, "O Município de Caetité".

Em 1905, com o dr. Aristides Spinola, então de visita a Caetité, e membro da Federação Espírita Brasileira, João Gumes, convertido à crença espírita, fundou o Centro Espírita Aristides Spinola, sendo ele,

PROFESSOR MARCELINO JOSE DAS NEVES

Nasceu em 1842; estudou com dificuldades, mas, sendo inteligente e esforçado e com propensão para as letras, resolveu adotar a profissão de ensinar.

Era muito jovem ainda quando seu pai abandonou o lar; ao cabo de alguns anos muito difíceis, decidiu também ir para as Lavras, levando a mãe e as irmãs. Dali, esteve por dois anos na Capital, regressando com a família a Caetité, em 1862.

Não pôde ficar e se transferiu para Monte Alto, onde se casou com sua prima Honorata Raquel da Veiga, em 1871, fixando residência no sítio chamado Mocambo, onde permaneceu por alguns anos, até que passou a reger, como substituto, interinamente, a cadeira do arraial do Gentio (Ceraíma), por dois anos.

1 — O Comendador Cunha Bessa tinha um grande escritório comercial à esquina da rua S. Benedito (rua Barão de Caetité), onde é hoje o Paço Municipal; vendia em grosso para a região até norte de Minas. Dele se conta que era um homem austero e de palavras, não tolerando a falta de cumprimento de um trato em negócios. Em certa ocasião, vendeu para um Ildefonso de Lençóis do rio Verde, um pedido que foi devolvido. Jurou nunca mais negociar com "Tolentinos". Tempos depois, chega à sua casa comercial um belo moço que faz um grande pedido. Quando vai dar o nome para encher a fatura, declara-se Fulano-de-Tal-Tolentino. O Comendador ordena ao caixeiro: "recolha a mercadoria, jamais negociarei com Tolentinos!"

Durante esse tempo manteve um internato para alunos de distintas famílias da região, entre os quais diversos filhos e sobrinhos do dr. Manoel Gonçalves Fraga, como Júlio Cesar de Faria, futuro Ministro do Tribunal de Justiça de S. Paulo.

Foi conterrâneo e amigo íntimo de Plínio de Lima que lhe dedicou diversas poesias; durante a campanha do Paraguai, escreveu o drama "O Designado", referente à sangrenta guerra e que foi aqui representado pela primeira vez em 2 de julho de 1868 com extraordinário sucesso. No período em que morou no Mocambo, escreveu seus romances "Mulher de Chale Preto", "Lavras Diamantinas", "Naninha" e compôs um 4.º que não chegou a terminar. Não só por sua excessiva modestia mas por falta de meios, esses romances não chegaram a ser publicados, porém em 1968, sua filha Maria Teodolina fez publicar em Salvador (Officinas Gráficas da Fundação Gonçalo Muniz — 1968) "Lavras Diamantinas".

Em 1880, a convite do dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima e de outros amigos, foi a Salvador; onde se submeteu a um concurso para o magistério, tendo por concorrente Cornélio Carneiro Ribeiro, irmão do grande filólogo dr. Ernesto Carneiro Ribeiro; a despeito do prestígio e da competência do seu opositor, conquistou com brilho uma cadeira "O Designado" referente à sangrenta guerra e que foi aqui reunido em junho de 1881. Aí ficou por cerca de 15 anos cercado pela estima e consideração de toda a população; manteve por mais de 10 anos um internato muito acreditado e estava feliz, tanto mais que aí nasceram seus filhos, quando ele já pensava que não teria descendência. Em 1895 porém, por ocasião da Reforma do Ensino organizada no governo Rodrigues Lima, o Governador que era seu amigo e certo de sua competência e merecimento, nomeou-o Delegado Escolar da vasta circunscrição que tinha sede em Caetité. Aceitou, prazeirosamente, não só pelo cargo mas também pela oportunidade de morar em sua terra. Por dois anos exerceu o cargo com zelo e eficiência, deixando-o por

ardoroso prosélito da nova crença, desde então trabalhou para a difusão da doutrina, tendo fundado o jornalzinho "Lux" para sua divulgação.

De seu casamento com Antônia Dulcina Pinto teve 16 filhos:

Maria Sofia — viúva de Francisco Fernandes Sobrinho; 8 filhos — Caetité. Faleceu em 1974;

Júlia Adelaide x Francisco Alberto de Moraes; 10 filhos — Caetité — falecidos;

Laura Luíza x Antônio Brito; 6 filhos — Caetité — falecidos;

Ana Rufa — solteira — Caetité;

Sadi Rutilo x Maria Cardoso Gumes — 5 filhos — Caetité Sadi Gumes, constantemente citado nestas notas, era um estudioso da história de sua terra, possuindo um largo documentário de fatos e de gentes. Foi quem continuou o trabalho de João Gumes editando a "Pena" por muitos anos até que, "vendo-se só, velho e doente, os filhos cada um ocupado em seu próprio trabalho", como sempre dizia, teve de fechar a tipografia. Seus filhos, todos formados, não herdaram o gosto jornalístico dos seus maiores, nem o jornalismo tão restrito, constituindo embora, ocupação, rende o suficiente para manutenção. Faleceu em agosto de 1975.

Luís Antônio x Iani Lacerda Magalhães; 6 filhos — Caetité. Luís foi negociante e é advogado provisionado;

Huol x Marieta Neves Lobão; 5 filhos — Salvador. Falecido;

Carmen x Lindolfo Marques Cotrim; 3 filhos — Caetité. Falecida;

Heloísa — viúva de Francisco Mariano Portela; 7 filhos — Caetité;

Cândida Stela — solteira. Faleceu em 1974;

Dulce Aurea — solteira. Caetité;

Epomina Zita — solteira, professora — Caetité;

Célia x Raimundo Arruda; 2 filhos — Caetité;

Celina x Joaquim Fernandes; professora; 3 filhos — Guanambi — Gemeas;

João Kardec — faleceu rapaz;

Antônio — morreu criança.

OS NEVES

O português afidalgado Valentim Albino da Cunha Bessa, Comendador Cunha Bessa, como era conhecido, que negociava em Caetité, de passagem por S. Félix, encontrou seus patrícios Neves abalados com a perda de seus haveres por uma das enchentes do Paraguaçu e convidou-os para virem para o sertão; ou ainda juntou-se ao fato dos estragos da enchente, disputas familiares com o velho pai, português que não admitia a independência do Brasil, segundo outra versão. A vinda dos Neves foi mais ou menos em 1824.

Vieram 3 irmãos, Marcelino, Cipriano e Antônio.

Cipriano foi Intendente Municipal de 1862/65; viveu em Caetité e deixou descendência.

Antônio foi para o baixo (campos do S. Francisco) ensinar; morreu solteiro.

Marcelino casou-se com Maria Teodolina, neta do Comendador Gomes de Azevedo, e tiveram 5 filhos: Valeriano, Marcelino, Maria Marcelina, Ana Luíza e Felismina.

Marcelino fazia muitas viagens às Lavras e de uma delas, quando os filhos eram ainda pequenos, não voltou. O jovem Marcelino assumiu a direção da família e mais tarde, quando pôde, foi buscar o pai, que veio e aqui faleceu.

Este jovem Marcelino que veio a ser o professor Marcelino José das Neves, foi figura de larga projeção no meio caetiteense.

ter sido nomeado Lente de Pedagogia da Escola Normal então criada. Como professor desta matéria escreveu uma Pedagogia para uso de suas alunas que lutavam com a falta de compêndios; foi o Paraminfo da primeira turma, em 1901, e também exerceu o cargo de Vice-diretor. Extinta a Escola Normal em fins de 1903, o professor Marcelino ficou em disponibilidade, até que aceitou a regência da Cadeira Complementar de Rio de Contas. Aí ficou durante sete anos. Manteve um internato muito procurado para rapazes e, quando a cadeira foi extinta, em 1912, voltou a residir definitivamente em Caetité, onde vivia grande parte de sua família.

Conseguiu aposentar-se no ano seguinte mas seu organismo estava combalido por antigos sofrimentos e ferido ainda em seu coração de pai extremo pelo falecimento de sua filha Ana Luiza; conservou, porém, todo o vigor de sua inteligência. Esta última fase de sua vida foi a mais fecunda, escrevendo ótimos artigos não só para "A Pena" mas também para outros periódicos sertanejos: "O Cinzel" de Rio de Contas, "A Evolução", da cidade, "O Jacaraci", etc.

Faleceu em 1918, na sua residência à rua Barão, vítima da gripe espanhola, que também matou seu filho João Batista quase ao mesmo tempo, em S. Paulo.

De sua autoria são os versos do hino de Caetité, cantado até o presente, com música de Hilarião Cerqueira, que começa assim:

Caetité do sertão és princesa
De cultura és cidade ideal
Nestas plagas de tanta beleza
Caetité estás só sem rival.

Estrilho: Salve, salve, Caetité!

Descendência do professor Marcelino José das Neves:

Maria Teodolina — professora, viúva de Misael Pinheiro Lobão — 5 filhos;

João Batista — farmacêutico, morreu solteiro na epidemia de gripe espanhola, em Barretos;

Ana Luiza (Naninha) — casada com Raul Ataíde, funcionário das Obras Contra as Secas. Extinta a circunscrição desta parte do alto sertão, transferiram-se para Juazeiro, onde foi lotado. Ambos faleceram cedo; ela primeiro, deixando 2 filhos.

Joana — morreu criança;

Antônio x Dulcina Morais Neves — 6 filhos.

Antônio Marcelino das Neves — Exerceu o cargo de Escrivão dos Feitos Cíveis e Criminais, aposentando-se com mais de 50 anos de exercício. Fundou, em 1914, um pequeno jornal "O Arrebol" em que escrevia quase todos os artigos; foi durante algum tempo Secretário da Escola Normal (1926). Espírito lúcido, inteligente, honesto e bondoso, era amigo dedicado e leal; como tantos outros de Caetité, na sua velhice, teve de mudar-se para ficar mais perto dos filhos, quase todos em Belo Horizonte, onde faleceu em 1955.

Casou-se com Dulcina Morais Neves e tiveram 6 filhos: **Maria Regina** — viúva do telegrafista José Triciano de Freitas — 8 filhos, entre os quais o Deputado Estadual Viobaldo das Neves Freitas, professora Danúzia Freitas Silveira, casada com o dr. Osvaldo Moreira Silveira, uma das Vice-diretoras do Instituto de Educação Anísio Teixeira.

Alvaro — dentista, industrial, casado com Isaura Almeida — 3 filhos; **Afonso** — x Alvarina, falecido em 1970; 1 filho — Belo Horizonte; **Flávio** — x Maria; médico e fazendeiro; 3 filhos — Belo Horizonte; **Branca Stela** — professora, viúva de Manoel Simões; 4 filhos — Belo Horizonte; **Celeste Stela** — professora, casada com Décio ..., sem filhos, falecida em Belo Horizonte.

MARIA TEODOLINA NEVES LOBAO

Maria Teodolina, Mariquinhas, na intimidade, é a primeira filha do casal professor Marcelino José das Neves e Honorata Raquel da Veiga Neves, de tradicional família caetiteense; eram primos. Nasceu em Urandi (Duas Barras) em 13 de julho de 1886, onde seu pai era professor primário.

Aos seis anos começou a frequentar a escola da professora Sofia Ribeiro da Cruz, por um ano, até que seu pai foi nomeado Delegado Escolar Residente com sede em Caetité, passando então a família a residir nesta cidade com os três filhos do casal, duas meninas, Maria Teodolina e Ana Luiza e João Batista.

Em Caetité, frequentou a escola da professora Constança Meireles de onde saiu para a Escola Normal com uma turma de alunas de D. Constança e de outras moças que se candidataram ao 1.º ano normal. Para poder se inscrever teve de obter uma certidão de batismo datado a como nascida em 1884, o que o professor Marcelino fez diante da insistência e pedidos de Mariquinhas, secundada pelos amigos de seu pai, Cel. Cazuzinha, dr. Deocleciano e outros. Ela era não só muito menina mas também muito franzina, muito loura, de olhos azuis.

Foram suas colegas de curso naquele 1.º ano normal de tão grande importância para a cidade e para a zona pela implantação de um curso para diplomar jovens para o magistério primário:

Prescila Spínola — cunhada do dr. Deocleciano; era corcunda. Não podendo entrar para o magistério público, abriu uma escola particular que foi muito frequentada;

Natalina Almeida —

Otávia Cotrim — sobrinha de Otávio Cotrim, agente postal;

Ana Rosa Cotrim — prima da precedente;

Ana Luiza Gumes — sobrinha de João Gumes;

Elvira Santana — filha de Juvêncio Alves — Mutuca, era seu apelido e de que não gostava. Rábula de largos conhecimentos que se foi aprimorando com o convívio de promotores e juizes.

Eram chegados há pouco tempo na cidade; Elvira foi como professora para Caculé onde se casou e morreu do 1.º parto;

Durvalina Lacerda — filha de Juvêncio Lacerda, parenta de Juvenal Lacerda;

Tarcila Uzeda — filha de Casemira Uzeda; casou-se com o provisionado Artur Revenster Costa e foi morar em Brumado, onde ensinou, morrendo jovem ainda, deixou 3 filhos: Valkiria, médica em Recife; Orlando, que morreu jovem, estudante, e Mirtes, viúva de Nestor Gumes Fernandes, 3 filhos: Luís, Luiza e Ivan. Luiza, professora do Colégio Central — Salvador — faleceu vítima de desastre de ônibus, próximo a Conquista, em 1968;

Cora Público — filha do professor Antonino Público; casou-se com Durval Público de Castro;

Maria Rosa — parenta do padre Miguel Andrade, de Caculé;

Josefina Leão — sobrinha do Monsenhor e político Hermelino Marques Leão;

Antonina Silva — filha de Régulo Silva;
Jocasta Sales — parenta do padre Durval Sales;
Carolina Vieira — mãe de Valmíque e Oduílo Vieira Domingues.

Diplomou-se em 1901, com a idade real de 15 anos, oficialmente, 17. No ano seguinte não tratou de sua nomeação, ano tirado para descanso e recuperação física, pois era muito jovem e pouco desenvolvida. No dia do seu aniversário, a 13 de julho, chegou a Caetité o fiscal do Consumo Antônio Lobão que tinha estado na Capital e regressava com um seu irmão o jovem Misael Pinheiro Lobão, de 21 anos.

Antônio Lobão, muito protegido do Ministro Joaquim Murinho, era bem escuro. Misael, porém, filho do casal, era branco, mas se davam bem e ele trouxe o jovem irmão, que tinha estado doente, para recuperar-se no bom clima caetiteense.

A família Neves estava reunida para o "chá do aniversário", como se chamavam estas comemorações, quando o fiscal chegou à cidade e nada achando em casa — viagens de longos dias, incerta a chegada, a cavalo, da ponta dos trilhos em Machado Portela — foi valer-se da amizade do professor Marcelino; eram vizinhos, na rua Barac. O professor Marcelino imediatamente, prontificou-se a fornecer o necessário e convidou para o chá. Ele avisou, então, que viria com um "irmãozinho" que trouxera de Salvador. Quando chegaram, grande foi a surpresa de todos que esperavam um menino e entrou um elegante jovem que a todos cativou com suas maneiras côrteses, beijou a mão da dona da casa, conquistando-a imediatamente e para sempre.

Mariquinhas tinha estado enamorada mas o namorico se havia acabado porque não era do agrado do seu pai; estava sem compromisso. No dia seguinte começou a namorar Misael, com aprovação de todos, ficou naiva e se casaram no dia 24 de fevereiro de 1903.

No ano seguinte, foi ensinar em S. Sebastião do Cisco (Ibiasucé). Lá ficou apenas um ano e voltou para Caetité, nomeada para a escola municipal mista, pelo Intendente Otacílio Rodrigues Lima, onde ensinou até 1926, quando foi inaugurada a nova Escola Normal e sua escola foi transformada em estadual e incorporada às demais escolas anexas; aí ensinou até que se aposentou em 1938. Substituiu por seis meses à cadeira de História do Brasil e Instrução Moral e Cívica, por licença da titular.

Seu campo de ação foi Caetité, de onde se considera filha, aí lecionando durante 33 anos, desenvolvendo intensa atividade, com frequência de alunos sempre muito além da regulamentar, o número de meninos sobrepujando sempre o das meninas. Competindo com colegas mais jovens e recém-formadas, nunca perdeu o entusiasmo, a eficiência e a fé no futuro de seus alunos; dela se pode dizer que exerceu o magistério com amor.

Aposentou-se depois de 35 anos de ensino, com raras licenças. Dentre seus alunos, contam-se Clóvis Moreira da Cunha e irmãos, Anísio Spinola Teixeira, Sadi Gumes e irmãos, Antônio Moreira Silveira, Cândido Colombo Cerqueira, Péricles e Ademar Ramos, Joaquim Fernandes, José Renério de Souza, Vóquitom Silveira Léo, José Cassiano (pretinho que ela recorda com carinho, pois era inteligentíssimo), Georgino Jorge de Souza, Francisco e Hieront Batista Neves, Vilbaldo Neves de Freitas, José Brito.

Teve 5 filhos.
Marcelino x Raquel Meira; 2 filhos. Funcionário da Fazenda Salvador.
Marta x Viúva de Huol Gumes, 3 filhos; professora, Salvador.
Moacir x Helena Romano, 3 filhos, comerciante, S. Paulo.
Evangelina x Fritz Weinert, 3 filhos, funcionária federal, Rio.
Marta de Lourdes x Osvaldo Dias da Cruz; 2 filhas, Rio.

Ainda criou e educou seu sobrinho, órfão de pais, Florivaldo Neves Ataíde, funcionário da Fazenda, casado, com 2 filhos, residindo em Salvador; também criou e educou um menino que tomou pequeno, de meses, filho de uma sua empregada que morreu de nome Oscar a quem ela deu o sobrenome de Brasil e que hoje, casado, com filhos, professor, radicado em Itororó, goza de largo conceito como educador e cidadão.

Os grandes acontecimentos de sua vida foram: formatura, em 1901; casamento, em 1904; nomeação para a escola municipal, em Caetité, em 1905; morte de seu marido em 1913, de distúrbio cardíaco; sua filha caçula nasceu dez dias depois; morte de seu pai a quem votava, além do afeto natural, verdadeira admiração e apreço, em 1918, vítima da gripe espanhola que também matou seu irmão em Barretos — São Paulo —; nomeação para o Estado em 1926; morte de sua mãe em 1930 em idade avançada; aposentadoria em 1938; publicação do romance de seu pai "Lavras Diamantinas" em 1968, em Salvador.

Em 1967, no governo do dr. Luiz Viana Filho, por indicação dos Deputados que representavam Caetité na Assembléia Legislativa, na época, Francisco Batista Neves, Vilbaldo Neves de Freitas e Aloísio da Costa Short, por iniciativa do primeiro, foi apresentada uma indicação ao Executivo, dando seu nome a um Grupo Escolar em Caetité; aprovada, foi baixada uma portaria pelo Secretário de Educação, dando o nome de Maria Teodolina Neves Lobão ao Grupo Escolar do Cabeça, recém-inaugurado.

Após sua aposentadoria, com as filhas formadas, transferiu-se para Salvador, depois para S. Paulo, Rio e novamente Salvador, onde reside atualmente (1976) com sua filha Marieta, lúcida, vibrante, entusiasta, com seus 90 anos, só ligeiramente surda e ainda com saudades de meninos, muitos meninos à sua volta.

OS LADEIAS

Dois irmãos, Manoel e Joaquim Ladeira, estabeleceram-se no bairro de Monte Alto e deram origem à família Ladeira.

Manoel mudou-se para o Hospício (distrito sede de Caetité), onde havia abundância de água e bons terrenos de lavoura, casou-se bem e foi grande proprietário; dois de seus filhos foram genros de João Caetano, João Antero Ladeira Lima, estabelecido na sua fazenda da Escadinha, próxima à cidade, e Policarpo, que foi Juiz Preparador de Monte Alto.

Outra filha de Manoel Ladeira foi Maria Clemência, que se casou com o pernambucano dr. Manoel Lobo, provavelmente parente do dr. Antônio José de Souza Lobo Júnior, que foi o primeiro Promotor de Caetité, em 1842/46.

João Antero deu origem ao ramo Ladeira, de Clemente Ladeira Tanajura.

Joaquim Ladeira estabeleceu-se nas imediações da lagoa Felix Pereira (distrito sede de Caetité) à beira de gerais; não fez casamento brilhante nem enriqueceu, apesar de possuir muita terra. Deu origem ao ramo Ladeira, de Augusto Ladeira. Grande parte deste ramo reside em Conquista e norte de Minas.

Os Ladeias sempre foram de grande estatura. Uma ocasião, conta Clemente Ladeira Tanajura, vinham chegando dois homens e D. Eugênia, sua sogra, perguntou ao marido, Cel. Otacílio: "quem é aquele homem baixo junto de Tião Ladeira? — Aquele que você está chamando de baixo, é o Tião; o outro, é seu filho que é muito mais alto do que o pai".

OUTRAS FAMILIAS

Muitas outras famílias caetiteenses existem, algumas quase desaparecidas por morte, casamentos e mudanças; seria impossível citar todas, fazendo-se cênção das seguintes:

Soares Públio — da qual foi o maior representante o professor Antônio Soares Públio;

Borba Prisco — Uma das irmãs do padre Benvidio Sales, D. Jacinta, casou-se com o professor Camilo Prisco da Silva, dando origem à família Borba Prisco;

Vieira — Representada pelo Capitão Sabino Vieira e seus descendentes; **Patrícia de Castro** — Representada pelo Capitão Pedro Pereira de Castro que foi Delegado de Polícia por muitos anos e serviu na guerra do Paraguai e seus descendentes;

Batista Neves — A família Batista Neves é ainda muito numerosa no município; teve seu representante principal em Francisco Batista Neves e seus numerosos filhos todos residindo atualmente, em Salvador;

Dantas de Castro — Representada por Lauro Dantas de Castro, pai de Durval Públio, de Castro que foi político e comerciante local; **Fernandes** — do distrito sede;

Moura Rocha — de Lagoa Real;

Souza Lima — Família quase desaparecida; os Souza Lima foram os antigos donos da fazenda Barrocas (Brejinho) seus representantes foram o dr. Tobias de Souza Lima que foi o 1.º Juiz Municipal de Bom Jesus dos Meiras (Brumado) e depois, Juiz de Caetité durante 6 anos; aposentando-se transferiu-se para S. Paulo. Era irmão dos drs. Antônio e Henrique e de José Antônio de Souza Lima, o único que permaneceu em Brejinho;

Soriano — Antiga e tradicional família também do distrito de Brejinho das Ametistas.

OS QUE CHEGARAM E PARTIRAM

Pelo seu clima e boas águas, condições essenciais a um bom viver aliadas à fama de ordem e progresso, de povo bom e moralizado, sem os excessos dos aventureiros que procuravam as minas de ouro e diamantes, Caetité sempre atraiu pessoas que desejavam morar em paz, trabalhar e prosperar no comércio ou na agricultura. Assim foi no passado e no presente. Antes, quando as lutas e perseguições eram comuns; no presente, buscando educar os filhos, pois não há terra onde o ensino custe menos e esteja mais ao alcance de todos. Famílias e mais famílias das adyacências e de outros municípios, vêm para educar os filhos; aqui ficam por alguns anos e quando os tem diplomados pela Escola Normal ou de curso ginásial completo, regressam aos seus lares ou procuram outros pontos de sua melhor conveniência para se transferirem e até algumas, fixam-se entre nós. Assim, por período mais ou menos longo — que só os que mais se demoraram merecem destaque — seria inteiramente impossível citar todos os que aqui moraram, principalmente professores; são inúmeros e cuja atuação mais destacada está a merecer um estudo.

Começando pelos mais antigos e que deixaram traços de sua passagem, citam-se: **padre José Martiniano de Alencar**, implicado na revolução pernambucana e que depois foi Senador do Império; **padre João Floriano dos Santos Correia e Sá**, vigário do Rio Preto, Mg.;

Amador dos Santos Gueiros e o cidadão **Antônio Felício dos Santos**, tio, primo e irmão do D. José Antônio dos Santos, Bispo de Diamantina e parentes de Domingos Gomes de Azevedo.

A corrente mineira foi grande e importante no nosso povoamento e civilização, pela qualidade de seus elementos e capitais trazidos, pois fugindo às perseguições da Metrópole, às represálias das revoluções fracassadas, muita gente veio para estas paragens.

Irmãos Prados — Joaquim e Antônio da Silva Prado, portugueses, chegaram a Caetité no princípio do século passado.

Joaquim dedicou-se à lavoura, casou-se e faleceu em idade avançada; teve filhos, sabendo-se de uma descendente chamada Ana do Prado Guedes que se casou com Joaquim Pereira Guedes, não tiveram filhos, e que morreu em Caculé, em 1924, em casa do seu sobrinho, o Capitão José Raimundo da Silva Castro.

Antônio da Silva Prado meteu-se no comércio e na política, tendo angariado regular fortuna; foi de grande auxílio na época da criação da vila, tendo sido secretário da Câmara.

Por ocasião do **Mata-Maroto**, ficou recoeso de represálias e retirou-se cautelosamente, para S. Paulo com todos os haveres que conseguiu apurar. Lá, fez fortuna, morrendo com o título de Visconde de Iguape e dando origem à importante família Prado.

Não sei se se refere a Antônio o episódio que se conta de um rico português que nessa época de perseguições nativistas, deu uma grande festa e enquanto todos se divertiam ele desapareceu durante a noite, levando todo ouro e prata que vinha juntando.

Um seu descendente Eduardo da Silva Prado esteve na região, em Rio de Contas, fugindo às represálias políticas em S. Paulo. Foi hóspede do dr. José de Aquino Tanajura, na sua fazenda Lagoa, em Vila Velha, que então pertencia a Rio de Contas. A época deve ter sido no começo do século. Conta-se que se teria enamorado da filha mais velha do dr. Tanajura e lhe teria declarado um dia: "Ali se me prende o coração" (Alice se chamava a moça) ao que ela respondeu: "É do ar do Prado que eu adoro". Mas não se casaram e ele foi embora, talvez lembrando a doce Sinhá do sertão baiano; aliás, foi a única das irmãs que não se casou.

Dr. John Duncan — O médico escocês dr. John Duncan, em 1840 apresentou seu diploma à Câmara e aqui se estabeleceu, clinicando, por muitos anos. A propósito deste médico, narra Antônio Marcelino das Neves: "... Nessa época vivia em sua boa fazenda de lavoura e criação, não muito distante da cidade, D. Ana Maria, viúva abastada que possuía também boa casa de morada na cidade. Tendo o dr. Duncan estado como hóspede dela na fazenda, atraído pelas boas maneiras da viúva que era bem apossada, de meia idade, ou pelos seus haveres, pediu-a em casamento, sendo aceito o pedido com a condição dele se converter à religião católica, pois era protestante. Esta exigência não serviu de embaraço à pretensão do doutor que publicamente, abjurou, fazendo-se batizar, e casaram-se.

D. Ana Maria fabricava em sua fazenda uma excelente aguardente que por sua ótima qualidade era bem vendida na cidade. Algum tempo depois do casamento, deixou de aparecer no mercado a apreciada bebida, com pesar dos seus amadores. Um deles perguntou ao dr. Duncan a razão do desaparecimento da boa cachacinha de D. Ana Maria, ao que, sorrindo, disse o dr. no seu acentuado sotaque: "Orre, Ana Maria bebe muito, eu também bebe muito e por isto todo cachaxim fique mesma em casa parra nossa passadio diarra".

Não tiveram filhos; o dr. Duncan morreu primeiro, sem deixar descendência nesta terra que tanto lhe foi agradável".

Os Ohlson — A família Ohlson — Bernardo e Ema — chegou a Caetité em 1908, ele encarregado da Estação Meteorológica, então criada pelo Ministério da Agricultura, vindo de S. Catarina; ela de pais alemães e ele, de descendência também alemã.

D. Ema, boníssima, nunca dominou bem o português; quando chegaram só falavam alemão, tinham-se casado recentemente e seus filhos todos nasceram aqui. Aprendeu a falar português com as empregadas domésticas e com o pessoal da roça; moraram muitos anos no prédio do Observatório, que fica num dos morros que domina a cidade, 70 metros acima, e só quando os meninos cresceram e passaram a frequentar a escola, melhorou seu vocabulário. Excelentes pessoas, amigos dedicados, eram muito estimados; quando as moças se formaram, resolveram voltar para o sul, onde ainda tinham parentes, tendo regressado em 1932, depois de 24 anos de permanência em Caetité.

Bernardo Ohlson passou depois a funcionário dos Telégrafos, como chefe dos guarda-fios, cargo em que se aposentou.

Tiveram os seguintes filhos:

Carlos, Albino, Olga (falecida em 1968), Elza, Lídia; residem em S. Paulo e Paraná; Elza, em João Pessoa.

Olga e Elza voltaram para uma visita à terra natal — cada uma de sua vez — quase não conheceram mais ninguém.

Araújo Cajaíba

No começo do século, foi instalada, na cidade, uma grande casa comercial, Brandão e Companhia, do português Antônio Francisco Brandão, tendo como sócio os irmãos Cazuzinha e Otacílio.

Antônio Francisco Brandão trouxe de Salvador, Cincinato Araújo, então recém-casado. O escritório comercial prosperou; vieram então outros membros da família de Cincinato, um irmão, Balbino e três sobrinhos: Manoel, João e Licurgo Araújo.

Dos irmãos Araújo, de tradicional família do nordeste baiano — Queimadas — um que ficou em Salvador adotou o sobrenome de Lantier; Balbino também adotou o de Cajaíba.

Cincinato teve 6 filhos e faleceu ainda moço; era muito estimado, de natureza calma, negociante de uma honradez que ficou conhecida na cidade e vizinhanças, muito considerado na sociedade local, sua morte foi vivamente sentida. Sua viúva faleceu muitos anos depois, em Ituaçu onde estava em companhia de uma de suas filhas.

Em 1914, por proposta do Conselheiro Monsenhor Luis Pinto Bastos, aprovada pela Câmara, foi dado o nome de Cincinato Araújo à rua S. João.

Os filhos foram: **Camerino, Oscarino, Cincinato, Eunice, Anita e Rita.**

Sobrevivem, residindo em Salvador, Cincinato, solteiro, alto funcionário do DNER e Rita, viúva do dr. Arnóbio, que foi Juiz de Direito em Ituaçu.

O Cel. Balbino era enérgico, autoritário, muito político; teve brigas armadas com os adversários e até com a polícia, em Guanambi, onde era contra o dr. Mário Teixeira; transferiu-se com toda a família para Ubaita onde faleceu. Ligou-se, pelo casamento, à família Tanajura desposando Maria Fausta, constituindo numerosa descendência. (ver Tanajura)

Des sobrinhos, Manoel morreu solteiro, ainda moço; João (João Exalto de Araújo), casou-se com a prima Eunice e tiveram Laura, Alzira, Iolanda, Rosa, Gilda e Gileno. João acompanhava a política do tio Balbino e foi Intendente de Guanambi, tendo sustentado mais

de um tiroto contra a gente de Mário Teixeira, até que abandonou a política com a retirada do Cel. Balbino.

O outro sobrinho, Licurgo, casou-se também com uma filha do Cel. José Antoninho de Castro Tanajura, residindo em Riacho de Santana, com farmácia, mudando-se depois para Jequié e Salvador.

CAPÍTULO V

RAINHA DO SERTÃO

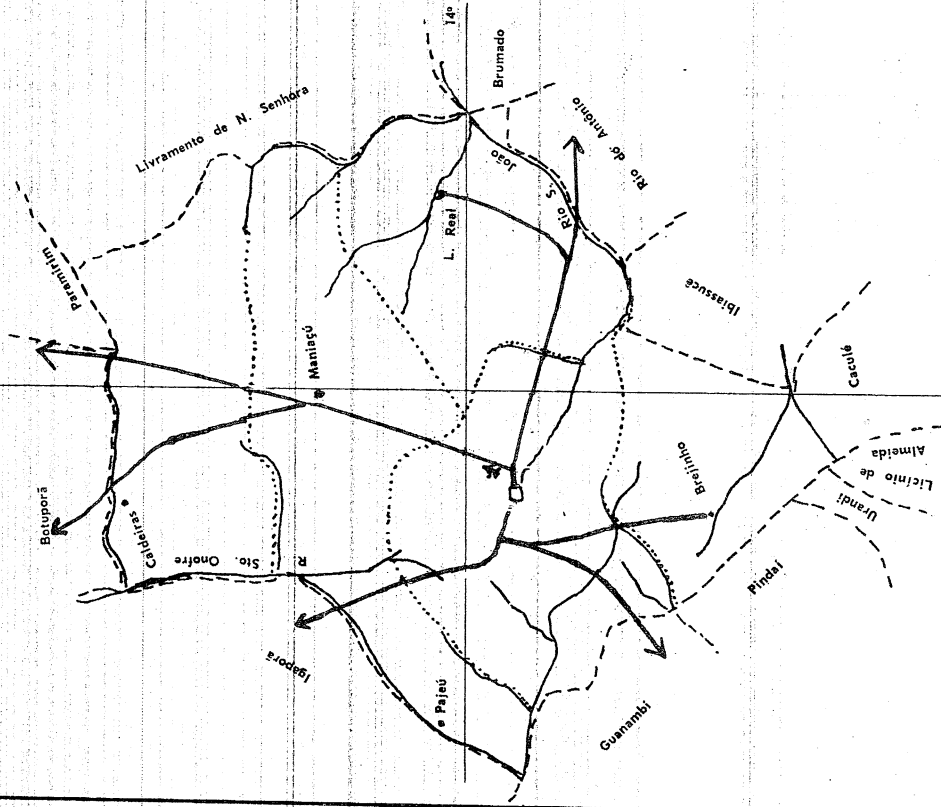
Poesia declamada sobre a pedra do antigo Pelourinho, no dia 12 de outubro de 1967, centenário da elevação a cidade, homenagem de A. Monteiro.

Exulta, Caetité! Celebram as idades
que foste no sertão rainha entre as cidades.
É-lo pelos dons de que hoje mais te prezas,
pois Deus te fez tão rica em naturais belezas.
Sentada no pendão da serra que tens perto
semelhas a um Edem em meio do deserto.
Os éstos tropicais do sol nos amenizas
co'o brando ciclar de tuas frescas brisas.
Quem é que te não ama o céu de anil sereno?
Não tens da Europa inveja, ao clima mais ameno.
Amo-te o por-do-sol em céu de cores finas
e ao despertar envolto em gélidas neblinas.
Amo-te respirar os ares tão saudios
e percorrer à tarde as margens dos teus rios.

Tu abres o teu seio ao pobre em seus pesares
e o transeunte exausto abrigas em teus lares;
teu manto de rainha estendes ao mendigo,
ao órfão, à viúva, a quantos sem abrigo
ao largo vês passar na silenciosa estrada.
O salve vezes mil! Também da pátria amada
expulso, eu vim achar em ti o meu asilo
que há mais de um ano gozo em um viver tranquilo.
Exulta, Caetité Não só por estas prendas,
Rainha do Sertão, com ius te recomendadas;
Tu hoje, ufana, vês juntar-se nova glória
a tantas que já reza a tua ilustre história.

MAPA DO MUNICÍPIO DE CAETITÉ

42° 30'



CONVENÇÕES

Escala: 1:1.000.000

----- Limite Distrital

----- Limite Municipal

———— Estrada Rodagem

———— Estrada Carroçável

✈ Campo de Pouso

LIMITES

NORTE: Botuporã e Paramirim

SUL: Caculé, L. de Almeida e Urandi

LESTE: L. N. Senhora, Brumado, Rio do Antônio e Ibiassucê

OESTE: Pindaí, Guanambi, Igarapá.

CAETITE E SUA LOCALIZAÇÃO

Atualmente o Estado da Bahia é dividido em 26 Micro-Regiões. Caetité faz parte da Micro-Região da Serra Geral da Bahia; e um dos seus 25 municípios. Ao todo, são:

Aracatu
Brumado
Caculé
Caetité
Candiba
Condeúba
Cordeiros
Dom Basílio
Guanambi
Ibiassucé
Igaporã
Jacaraci
Licínio de Almeida

Livramento de Nossa Senhora
Malhada de Pedras
Mortugaba
Palmas de Monte Alto
Pindaí
Piripá
Presidente Jânio Quadros
Riacho de Santana
Rio do Antônio
Sebastião Laranjeiras
Tremedal
Urandi

DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO

Em 1974, o Estado foi dividido em 17 Regiões Administrativas para cujas sedes foram escolhidas as cidades que centralizassem condições de coordenação para o desenvolvimento econômico, político e social da zona.

Caetité é sede de 15.ª Região do CERIN — Centro Regional Integradado — que superintende 22 municípios:

Boquira
Botuporã
Caculé
Candiba
Cordeiros
Guanambi
Ibiassucé
Igaporã
Jacaraci
Licínio de Almeida

Macaúbas
Mortugaba
Palmas de Monte Alto
Pindaí
Piripá
Presidente Jânio Quadros
Riacho de Santana
Rio do Antônio
Sebastião Laranjeiras
Urandi

DIVISÃO REGIONAL DE SAÚDE

Caetité é sede da 15.ª Divisão Regional de Saúde do Estado — DIRES — que superintende 22 municípios, os mesmos do CERIN.

CAETITE

LIMITES

Norte — Botuporã e Paramirim
Leste — Livramento de N. Senhora, Brumado, Rio do Antônio e Ibiassucé
Sul — Caculé, Urandi, Licínio de Almeida e Pindaí
Oeste — Guanambi e Igaporã

SUPERFÍCIE

O município tem, atualmente, 2.905 km².

Era um município grande, tendo perdido Caculé em 1919 e Igaporã em 57; perdeu também pequenas áreas para os vizinhos Livramento de N. Senhora, Ibiassucé e Urandi, o que se verifica bem pelos antigos mapas levantados pelo engenheiro Max Gernaet, em 1939, e pelo professor Durval Ferreira, em 1944.

Existem as fontes termais de Água Quente, em Santa Luzia e Barrocas, em Brejinho das Ametistas.

CLIMA E SALUBRIDADE

Grande parte do município que fica no planalto tem clima de montanha, estimulante e saudável. A temperatura média (na cidade) é de 20°, havendo meses quentes — agosto a março — e meses frios, em geral de abril a julho.

Durante o dia, há grande diferença de temperatura; por mais quentes que sejam os dias, as noites são sempre frescas. No tempo frio, os dias de garoa e vento se alternam com dias de grande luminosidade, de céu azul puríssimo, sem nuvens, ocorrendo bruscas mudanças de temperatura.

É um clima muito salubre, embora ocorram moléstias de garganta, gripe, moléstias que não apresentam gravidade; as doenças infecciosas perdem seu caráter de extrema virulência.

O município, aliás toda a Micro-Região da Serra Geral, tem índices pluviométricos baixos e os últimos anos têm sido particularmente secos; a média, em Caetité, de 600 mm.

As chuvas são de verão; em setembro ou outubro pode chover, esporadicamente, chamadas chuvas dos umbus — mas não é certo, nem bastantes. Em fim de novembro começa a estação das chuvas. Dezembro é o mês das chuvas mais copiosas; geralmente, janeiro é seco. Chove ainda em fevereiro e março quando o ano é bom.

Esta zona já esteve incluída no DNOCS; em 1912 chegou à cidade uma missão presidida pelo dr. José Americano Costa que teve grande atividade; estudou cerca de 40 projetos, mas o corte das verbas fechou a 3.ª seção da então Inspetoria de Obras Contra as Secas, e os projetos foram abandonados.

Além do Observatório Meteorológico Federal, a Sudene mantém postos pluviométricos na cidade, em Mamiçu e em Brejinho.

Em 1972, a chuva caída foi de 800 mm., segundo dados da Sudene.

A temperatura mínima se verifica no mês de julho, cerca de 10°. A máxima, em fevereiro, mais ou menos 27°, sendo raro ocorrer mais que isto.

Observatório Meteorológico Federal — Fica situado num dos morros que dominam a cidade, a 895 m. de altitude; foi inaugurado em 1908.

É um prédio bem construído, com torre e eirado para o serviço e casa de residência para o encarregado. Possui os seguintes aparelhos: barômetro, barógrafo, catavento, termografo, heliografo e pluviômetro.

CAETITE E SUA GEOGRAFIA

FISIOGRAFIA

Na Micro-Região da Serra Geral, Caetité fica na zona de transição entre o planalto e a depressão do S. Francisco, as serras dividindo-o entre as duas bacias, a do S. Francisco e do Atlântico leste.

O município é atravessado pela Serra Geral, também chamada Chapada Diamantina e das Almas, que passa bem no centro de suas terras, de sul para norte. Estas serras tomam os nomes locais de Ametistas, Jatobá, Gurunga, Joazeiro, Mucambo, Umbaubeira, etc.

Seu ponto mais elevado fica na serra, na vizinhança da cidade, com cerca de 1.200 m.

Os terrenos elevados, constituem planaltos, cobertos de vegetação rasteira e árvores isoladas, com "capões de mata" ao longo dos rios; são os **Gerais** (campos gerais) de terrenos arenosos, onde a erosão faz terríveis estragos de amplos horizontes. Suas encostas prestam-se ao cultivo do café, de que o município já foi um bom produtor; são campos naturais para a criação extensiva.

A parte mais baixa, a **Caatinga**, quando irrigada, constitui bons terrenos para a lavoura. As encostas das serras já tiveram belas matas, cujos vestígios ainda existem, mas vão aos poucos desaparecendo.

RIOS

Pela localização das serras, seus rios pertencem à bacia do S. Francisco, os que correm para oeste, e à do rio de Contas, os que se dirigem para leste. São riachos e cabeceiras superiores de alguns importantes afluentes destas bacias.

Pertencem ao S. Francisco os rios das Rãs e o Santo Onofre. **Rio das Rãs** — forma-se dos rios Carnaíba de Fóra e Carnaíba de Dentro, ambos nascidos no município. O primeiro é o mais importante para município, onde recebe os afluentes riachos da Passagem da Pedra, Pirajá, Hospício, Gameleira, Cachoeira cu Lagamar e o Gado Bravo.

O Carnaíba de Dentro tem no seu curso superior o nome de rio Grande e recebe, no município, os riachos de Mutuca e Mata dos Porcos. **Rio Santo Onofre** — forma-se dos riachos Umbuzeiro e Jardim e recebe os riachos de Tamburil, Jatobá e Bom Sucesso; atravessa o município de sul para norte, separando-o de Igaporá.

Pertence à bacia do rio de Contas, o rio S. João. **Rio S. João** — Este rio forma-se dos riachos das Pedreiras, Jatobá e Alegre que banham a cidade e dos riachos Santa Luzia e Santa Bárbara, tomando o nome de S. João, cerca de 36 km. da cidade, onde passa a servir de limites com Ibiassucé e Rio do Antônio. O S. João recebe ainda, no município, os riachos das Antas e o da Faca que formam o rio Jacaré, seu afluente; o riacho S. Pedro que banha Lagoa Real e o rio do Roque que serve de limites com Livramento.

LAGOAS E BARRAGENS

Existem as fontes termais de Água Quente, em Santa Luzia e barragens do Tanque do Governo, Cachoeirinha (1) e do Pirajá, no distrito sede; lagoas Nova, Junco e Grande, no distrito de Mamiçu; Lagoa Real, no distrito do mesmo nome.

1 — No governo Rodrigues Lima iniciaram-se as obras do açude de Cachoeirinha que continua prestando bons serviços, embora sem conservação; secou agora (1976) desde que foi construído.

DISTRITOS E POVOADOS

O município tem atualmente 6 distritos: sede, Lagoa Real, Caldeiras, Brejinho das Ametistas, Maniagu e Pajé do Vento.

POVOADOS DO DISTRITO SEDE

Santa Luzia — É o seu mais importante povoado; desde 1864 é sede de um distrito policial com sub-delegacia. A capela de Santa Luzia foi edificada em 1859. Dista 18 km. da cidade, é sede de 2 secções eleitorais, 2 escolas estaduais e 1 municipal. Tem água encanada de nascentes, com um reservatório e 1 chafariz. Está no centro de uma rica zona agrícola e frutífera, bem irrigada por pequenos afluentes; do S. João. Distante do povoado 3 km. fica a fonte termal de Agua Quente, nascente do riacho do mesmo nome.

Além de Santa Luzia os povoados próximos de Campinas, Bateira e Periperi de Campinas, têm também serviço de abastecimento dagua com reservatório e chafariz.

São João — onde passa a estrada de rodagem no rio do mesmo nome, com capela e escola estadual, também chamado **Bancadão** do nome de um cidadão que aí vive, repentinista notável.

Palmeiras

Agua Quente

Poções — com escola estadual

Campinas — com escola municipal

Palmital

Barra do Faria

Cabeça de Onça

Angico

Taquaril — todos na vizinhança de Santa Luzia

Anquá — com escola estadual

Santa Bárbara — com escola estadual

Barbatimão — com escola estadual

Laginha — com escola estadual

Combo — com escola estadual e municipal

Barra de Caetité — com escola estadual

Candonga — com escola estadual.

Fundão

Café Baiano

Caetité Velho — todos no vale do rio S. João

Aroeiras — com duas escolas municipais

Escadinha — com escola estadual

Lagoinha — com escola estadual

Tabua — com escola estadual

Brejos dos Veados — escola municipal

Lagoa Felix Pereira — estes, no vale do Carnaíba de fora

Cachoeirinha — com escola estadual e municipal

Barro Preto — com escola municipal

Baixa — com escola municipal

Tucano — com escola municipal

Umbuzeiro — com escola municipal

Forquilha — com escola municipal

Matinha — com escola estadual

Tanque do Governo — estes situados na parte norte do distrito.

DISTRITO DE CALDEIRAS

EX CANABRAVA DOS CALDEIRAS

É o mais antigo distrito, criado em 1835; nasceu em fins do século XVIII de uma fazenda de Vicente Ferreira, pelo que se chamou, primitivamente, Canabrava dos Ferreiras.

Tem uma população de 5.583 h. (1) e 250 h. na vila que fica a 910 m. de altitude. A freguesia de N. S. do Rosário foi criada em 1874 por esforços do Monsenhor Hermelino Marques Leão, de considerável influencia religiosa e politica na época.

Teve agência postal instalada em fins do século passado, mas recentemente foi fechada pela Empresa que adotou como medida geral o fechamento destas pequenas agencias sem rendimento.

É sede de uma sub-delegacia de policia, cartório de registro civil e escrivania de paz, 3 secções eleitorais, 1 escola estadual na vila, em prédio estadual e 1 escola municipal, serviço de abastecimento dagua.

Goza de bom clima, tem boas aguadas e ótimos terrenos para a lavoura e criação, mas é um distrito em decadência; ficou durante muito tempo isolado, fora do tracado das estradas de rodagem e tem um alto indice de saída de trabalhadores com suas familias, para S. Paulo e outros pontos do próprio município e para os vizinhos. Só recentemente foi servido pela estrada Boquira-Caetite e por um ramal que entronca na Caetite-Lapa.

Sua principal atividade é a agricultura, produzindo cereais, cana e mandioca, fazendo rapadura e farinha de mandioca; cria gado, principalmente, suino.

A população permanece estacionária entre os dois últimos recenseamentos, mas a da vila diminuiu; era de 361 em 1960.

Dista da sede 60 km.

Seus povoados são:

Queimadas

Baraúna

Cercado — com escola municipal e serviço de abastecimento dagua

Arouca

Morros

São Simão

Lagoa Nova

Rapadura

Jacaré — com escola estadual

Baixa — com escola municipal

Mucambo — com escola municipal

Porcos — com escola municipal

Chapada.

DISTRITO DE LAGOA REAL

Esta vila originou-se no fim do século passado, da fazenda do mesmo nome, propriedade de D. Maria Vitória.

O distrito foi criado em 1884; em 1891, erigiu-se a capela de N. S. da Vitória.

A população do distrito é de 6.552 h. e 475 na vila que acusa ligeiro aumento do censo anterior.

1 — Toda a população citada refere-se ao ano de 1970.

Possui cartório de registro civil, escrivania de paz, sub-delegacia de policia na vila e em Monsenhor Bastos, 2 escolas estaduais na sede e 4 municipais, prédio escolar rural e mercado público.

É um distrito criador por excelência, sendo famosos os queijos de Lagoa Real. Situado no vale do rio S. João, seus rios são temporários, mas tem varias lagoas, entre as quais a Real, na vila, com mais de 300 metros de comprimento.

O distrito é banhado pelos rios do Roque e S. Pedro e fica na parte baixa do município; seus terrenos são de catinga, muito férteis.

A vila dista da sede municipal 60 km, tendo uma estrada carroçável que entronca na Brumado-Caetité.

Seus principais povoados são Monsenhor Bastos e Espírito Santo; os demais são fazendas com habitações esparsas.

No ano passado (1975) foi realizado pela Prefeitura um serviço de abastecimento d'agua com a abertura de um poço tubular e encaçamento.

Povoados:

Espirito Santo — com capela e já foi sede de escola estadual

Monsenhor Bastos — com sub-delegacia de policia e escola municipal

Muquilha — com escola municipal

Rio da Tapera — com escola municipal

Santa Rita — com escola municipal

S. Francisco — com escola municipal

Rio do Peixe — com escola municipal

Lagoa Preta

Sumidouro

Riachão

Belo Campo

São Pedro

Angical

União.

A vila possui serviço de abastecimento d'agua de um poço tubular, com reservatório e 3 chafarizes; também o seu povoado de Monsenhor Bastos é servido de água encanada das nascentes, com reservatório e 1 chafariz.

DISTRITO DE BREJINHO DAS AMETISTAS

Distrito minerador, tem na ametista sua principal riqueza.

Seus terrenos são atravessados pela serra das Ametistas que forma o divisor de águas entre leste e oeste; são planaltos que descambam para ambas as vertentes; ai nascem o rio Grande-cabeceira superior do Carnaíba de Dentro — e os riachos Faca e Antas que vão formar o rio Jacaré, afluente do S. João. Seus terrenos também se prestam para a lavoura e criação.

A vila fica à cerca de 1.000 m. de altitude; é o distrito mais alto e montanhoso, gozando de excelente clima. A vila tem a melhor apreensão urbana de todos os distritos, com água encanada, mercado público, prédio escolar, capela, boas residências e luz elétrica, inaugurada recentemente (1975), luz e energia de Correntina.

A população do distrito é de 4.358 h. e 671 na vila. É o mais florescente dos distritos, com sua população sensivelmente aumentada entre os dois últimos recenseamentos.

Foi criado em 1909, como 2.º distrito de paz do termo de Umburanas, da comarca de Caetité e anexado ao município em 1925.

Criou-se a-agência postal em 1910, e a telefonica, em 1919, atualmente só possui a postal.

As pedras roxas foram descobertas em 1873 e deram prosperidade a este distrito. Seus principais garimpos são: Paraguai, o mais antigo, na vila e já abandonado, Bolivia, Holanda, Leolina, Var Quem PGd, Coreana, Pau Ferro, Rapa, Manoel Vicente, California e Barrocas, onde existe uma fonte termal.

Em 1932 o registro das minas causou celeuma e arriuçou a sua economia. Há muitos anos que uma companhia alemã detém o direito de ametistas — foi quem começou a exploração, mas, ultimamente, muitos particulares também exploram e comeciam com as pedras, ametistas e topázios, que é a ametista queimada. A produção anual é na base de uns 500 k.

A vila possui cartório de registro civil e de paz, sub-delegacia de policia, 2 secções eleitorais, 4 escolas estaduais e 1 municipal. É ligada a sede de onde dista 24 km. por uma estrada carroçável.

Seus povoados são poucos e não passam de roças com casas esparsas, são:

Barreiras — com escola municipal

Regapé — com escola municipal

Canabrava — com escola municipal

Curral Velho — com escola municipal

Olho D'agua — com escola municipal

Capivara

Faca

Invernada.

DISTRITO DE MANIAÇU

Ex Junco Grande

Criado em 1934, fica a noroeste do distrito sede; seus terrenos são formados pelos gerais e encostas de catingas, onde os riachos são raros e temporários, e as lagoas, geralmente rasas, também secam; é o distrito mais seco, mas os terrenos que ficam no descambo das serras do Joazeiro e Mucambo são excelentes para a lavoura; é grande produtor de farinha de mandioca e rapadura. É também um distrito criador, com bons campos para o gado.

A população do distrito de 5.310 h. permanece estacionária, a vila tem 185 h. Dista da cidade 36 km. na rodagem Boquira-Caetité.

Possui cartório de registro civil e de paz, 1 escola estadual e 3 municipais, prédio escolar, sub-delegacia de policia, 3 secções eleitorais, mercado público, capela.

Seus povoados são:

Joazeiro — num vale muito fértil, com sub-delegacia de policia e escola municipal, água encanada das nascentes, 1 chafariz

Lagoa Grande — Com escola municipal

Serrote — Com escola municipal

Papagaio — Com escola municipal

Angico — Com escola municipal

Fundo dos Morros — Com escola municipal

Quessenique — Com escola municipal

Competência

Cangalha

Mangabeira

Pau Ferro

Venda

A vila possui serviço de canalização d'água de um poço tubular, com reservatório e 3 chafarizes.

DISTRITO DE PAJEU DO VENTO

Quando foi criado o município de Iaporá, o antigo povoado de Pajeu foi disputado pela sede e pelo novo município. Resolveu-se por plebiscito, e os habitantes optaram por Caetité.

O distrito foi criado em 1957.

Fica situado no vale do Carnaíba de Fóra, entre este rio e o São-Onofre, banhado por diversos pequenos afluentes do Carnaíba, quase todos perenes nas suas cabeceiras como o Pirajá, Hospício, Gameleira, Cachoeira ou Lagamar, Canabrava, ou Três Passagens. Tem algumas lagoas perenes, como a de Canabrava do Faria e Pajeu, esta na vila.

É um distrito próspero, sendo sua principal atividade econômica a lavoura de algodão e beneficiamento deste produto, possuindo atualmente (1974) duas máquinas de beneficiamento.

A população do distrito é de 2.801 h. e 455 na vila.

Possui cartório de registro civil e de paz, sub-delegacia de polícia, 1 escola estadual e 2 municipais. Já teve luz elétrica a motor, serviço precário que terminou, mas a Prefeitura já mandou fazer estudos para instalar luz e energia de Correntina, cuja linha de transmissão passa na vila.

Dista da sede 26 km. por uma estrada carroçável.

Seus povoados são:

Lagoa do Fundo — com escola municipal

Gameleira — com escola municipal

Salinas — com escola municipal

Paragui — com escola municipal

Canabrava de Faria

Gado Bravo

Cacimbas

Jardim.

A vila possui serviço de abastecimento d'água com reservatório, rede de distribuição e 1 chafariz, do rio das Rãs, mas o rio seca nas grandes estiagens. A CODEVASF abriu um poço tubular com reservatório e 1 chafariz.

CAETITÉ — ASPECTO DA CIDADE

A cidade apresenta ligeira inclinação de oeste para leste, cortada pelos riachos Alegre, Pedreiras e Jatobá, num amplo vale sempre verde, cercado pelos morros do Observatório ao Sul e do Cruzeiro, ao norte; a serra Geral contorna de sul para oeste, ficando bem próxima à cidade.

A parte mais antiga, em torno da praça de Santana, Largo do Alegre e Barroquinha, apresenta o aspecto das velhas cidades coloniais, mas está passando por uma fase de desenvolvimento com a abertura de novas ruas e avenidas, mudança do mercado para a parte nova e mais alta da cidade, calçamento de paralelepípedos nas antigas ruas de pedras irregulares (calçamento "pelo avesso" como chamou um artista de rádio de passagem, há alguns anos), um novo bairro comercial em torno do mercado.

Cidade culta e civilizada "pequenina e ilustre", (1) sede da Comarca desde 1855 e de Bispoado em 1915, de clima ameno, oferece boas

condições de vida, sendo seu único e grave problema as distâncias em que está dos grandes centros.

Pelas suas tradições de cultura, civilização e ordem, foi chamada, no tempo do Império, de "Corte e Princesa do Sertão".

Possui agência do Banco do Brasil, do INPS, do Funrural, do Instituto Mauá, Delegacia Regional, Coordenadoria Educacional, e do Cerin.

Sua população era de 7.667 h. em 1970; terá agora uns 10.000 h. Em 1973 tinha 1.670 prédios.

Está situado a 827 m. de altitude

O município tem (1974) 10.199 eleitores sendo cerca de 3.700 na cidade, em 14 seções.

Os subúrbios da cidade são Lameirão, Periperi, Alto do Cruzeiro, Jatobá, Barro Preto e Matinha.

PRAÇAS:

Santana — Antiga praça da Câmara, inteiramente remodelada, onde ficam a Catedral — a mais bela igreja dos sertões baianos — o Palácio Episcopal, Casa Paroquial, residência do vigário da freguesia, Fórum Cesar Zama — do nome de seu ilustre filho — o local do teatro Centenário que foi demolido, residências; é o coração da cidade.

Rodrigues Lima — antigo Largo do Alegre, com um dos pavilhões da Escola Normal — o outro caiu — Grupo Escolar Senador Ovídio Teixeira no local que foi ocupado pela Escola Normal em 1926 e onde era o antigo colégio dos Jesuítas, agências do Funrural e da Estatística, o sobrado da antiga fazenda do Alegre onde pernhoitou o Conde dos Arcos quando em 1755 veio de Goiás para assumir o governo geral. Afundou o mercado construído em fins do século passado e que foi demolido em 1966. Esta praça era o centro comercial da cidade, tendo sofrido grande transformação com os novos traçados que o progresso trouxe.

Praça Coronel Cazuzinha — pequena praça ao lado da de Santana, onde teve sua residência o Coronel Cazuzinha que foi um dos chefes políticos locais.

Praça Dr. Deocleciano Teixeira — homenagem ao chefe político deste nome, antiga praça da Cadeia, e mais antigo ainda Largo do Severino, hoje quase totalmente transformada em ruas. Aficam a Prefeitura, Correios e Telegrafos, a Igreja Evangélica Presbiteriana e a Cadeia.

Praça do Mercado — ainda em formação e sem nome oficial.

Largo do Mulungu — ainda sem nome oficial, à entrada da cidade onde ficam os hotéis e agências de ônibus.

Largo da Escola Agrícola — antigo local, entrada do Lameirão, a leste da cidade, atravessado pelo riacho do Alegre onde existe uma ponte de cimento armado (1973) substituindo a arruinada ponte de madeira que havia desde o século passado.

RUAS PRINCIPAIS

Rua Barão de Caetité — ex-S. Benedito, antigamente a maior e melhor da cidade, com cerca de 800 metros. Nela ficam a Igreja de S. Benedito, Grupo Escolar Monsenhor Bastos, o Seminário velho com escolas; atualmente, é uma rua inteiramente residencial. Seu primeiro calçamento de pedras irregulares foi feito em 1909, quando foi retificada, pois era muito irregular e sujeita às enxurradas que desciam das Pedreiras; em 1968 foi calçada a paralelepípedo.

Avenida Santana — paralela à Barão, prolongando-se em frente ao Instituto de Educação com mais de um quilômetro; é a mais movimentada artéria da cidade; aí ficam a Maçonaria (uma delas, a mais antiga, com sede própria), Central Telefônica, Agência do Banco do Brasil, Círculo Operário, Hospital e Maternidade, Instituto de Educação Anísio Teixeira, Agência do INPS, lojas, escritórios, um grupo de 10 casas populares, residências;

Rua Rui Barbosa — paralela à Avenida Santana, onde ficam o Posto Estadual de Saúde e o prédio que foi do colégio das freiras, parte do qual ocupado (1974) com a Coordenadoria Estadual de Educação; seu calçamento antigo foi substituído em 73.

Rua Constantino Fraga — ex-Saldanha da Gama, no centro da cidade;

Rua Monsenhor Bastos — ex-Barroquinha. Sete de Setembro e João Pessoa, das mais antigas da cidade, saída para o Lameirão. Custou o seu calçamento em 1839 a quantia de setenta mil réis; consertado várias vezes, foi afinal substituído por paralelos em 68;

Rua General Argolo — ex-Andaraí e Leopoldo-Amaral, cujo calçamento antigo está sendo mudado (1975);

Avenida — ainda sem nome oficial, ligando a Avenida Santana ao Mercado; aí fica a sede da Associação das Senhoras de Caridade com o Lar da Criança; está sendo urbanizada;

Rua 2 de Julho — antiga rua Direita, à entrada da cidade.

MEIOS DE TRANSPORTE

O município é cortado pelas rodovias 030 — Brasília-Maraú — e a de Conquista-Lapa. Esta passa por Brumado, Caetité, Igaporã e Riacho de Santana até alcançar Bom Jesus da Lapa.

A Brasília-Maraú passa por Brumado, Caetité, Guanambi e continua no direção do S. Francisco em Carimhanha. Este trecho já foi estudado para asfaltamento, esperando-se que as obras comecem no próximo ano (1976).

A estrada carroçável Boqueira-Caetité corta o município, ligando as vilas de Caldeiras e Maniaçu. Todos os distritos estão ligados à sede por estradas carroçáveis.

O ponto mais próximo da estrada de ferro é Caculé de onde dista 72 km.

Há linhas diárias de ônibus para Salvador, S. Paulo bem como para Lapa, Guanambi, Paramirim e Ibiajara.

DISTANCIAS

Caetité dista de Brumado 100 km; de Conquista, 245; de Jequié, 401; de Feira de Santana, 651; de Salvador, 795. Estas são as etapas do transporte rodoviário entre a cidade e a Capital, gastando-se, em média 15 horas. (1975)

Dista de Guanambi 72 km; de Lapa 180; de Igaporã 42; de Monte Azul (MG) 240; de Paramirim 72.

Campo de aviação — O campo de aviação foi construído a 7 km da cidade, para o norte, com 1.100x50 m. com faixa-encascalhada de 30 m. Atualmente é mantido pela Provale, sem linha regular.

E C O N O M I A

O município, como todos os outros do sertão, é agrícola e criador. A agricultura, apesar da seca e da falta de amparo, da emigração para o sul, é a mais importante atividade; sua produção foi avaliada em 1973 em dez milhões de cruzeiros (Cr\$10.000.000,00) e a pecuária, no mesmo período, em seis milhões. (1)

Suas principais produções agrícolas são: algodão, mandioca, cana de açúcar, feijão, milho e frutas.

Em 1960 (2) produziu:

120.000 t. de cana
450 " algodão
200 " milho
1.380 " feijão
59.500 c. laranja
120.000 " banana
1.020 t. mandioca

Cana — A cana destina-se à fabricação de rapadura e aguardente; é cultivada em todos os distritos, especialmente no distrito sede, em Santa Luzia e em Caldeiras. A produção de aguardente pode ser avaliada em 20.000 litros e a de rapadura em 70 t. O município possui cerca de 200 engenhocas.

Mandioca — A lavoura de mandioca, a principal do município, destina-se à fabricação de farinha, tapioca (goma) e de farinha de tapioca.

A farinha é o mais importante produto industrializado, exportando para os municípios vizinhos; sua produção foi de pouco mais de mil toneladas em 1960; esta lavoura permanece mais ou menos estacionária, sua produção pode ser avaliada em 1.500 t. em 1975, com cerca de 300 casas de farinha. Maniaçu é o distrito de maior produção, seguindo-se o da sede.

Algodão — O algodão é cultivado no distrito de Pajeú do Vento, atualmente (1974) com duas máquinas de beneficiamento. Sua produção foi de 450 t. sendo beneficiado 136, pois muitos levam para Guanambi o seu produto, onde os preços são mais compensadores.

É uma lavoura em ascensão pelos bons preços que goza. O município já foi grande produtor antes da separação de Igaporã.

1 — Dados informativos da Prefeitura, em dezembro de 1973.

2 — Dados do Departamento Estadual de Estatística; embora velhos, as quantidades não aumentaram sensivelmente.

Feijão e milho — Lavcra geralmente consorciada, base da alimentação da população, é uma cultura que não chega para o consumo; é feita em todo município, dependendo sua produção das chuvas regulares.

Sua produção é na base de uns 25.000 sacos de 60 k.; é também uma atividade que não tem crescido, ao contrário, revela decadência.

Frutas — As principais frutas cultivadas são banana, laranja e manga; em menor escala produz também abacate, abacaxi e lima. O distrito sede é o maior produtor.

Esta cultura está aumentando, bem como a de hortaliças que até há pouco tempo apenas eram produzidas em hortas caseiras.

Outras produções: Café — O município oferece boas condições para a lavoura de café, de que já foi produtor de certa importância, na parte mais elevada de seus terrenos. O cafeeiro aí vive um tempo muito longo, sempre de forma arbustiva, conhecendo-se cafeeiros com mais de 80 anos ainda produzindo.

As causas da decadência desta lavoura podem ser atribuídas, a princípio, ao preço mínimo do café e agora com a elevação dos preços, a falta de planejamento e de mão de obra, tendo as antigas chácaras de café sido abandonadas.

Mamona — Também produz mamona, mas em pequena escala.

Produtos Industrializados — Seus principais produtos industrializados são: farinha de mandioca, rapadura, aguardente, algodão beneficiado e queijo. A produção de queijos foi de 2 t. em 1960. De fabricação caseira, é uma atividade que está progredindo de preferência à fabricação de queijo, menos lucrativa.

Produtos artesanais — Tudo em pequena escala, fabricam-se sapatos, artigos de futilaria, selas, móveis, cerâmica (ladrilhos, tijolos e telhas), tecelagem manual (cobertores e cortes de calças).

A fabricação de tijolos e telhas é antiga, ficando no distrito sede as olarias, região de Cachoeirinha, tudo por métodos rudimentares. Agora, porém, foi montada na cidade uma fábrica de cerâmica que está produzindo excelentes telhas e reduzindo o artesanato dos oleiros.

Em Santa Luzia é antiga a fabricação de objetos de barro, principalmente potes, meringas e panelas.

Presentemente, há na cidade 2 fábricas de ladrilhos, 3 serrarias e 1 serralharria.

C R I A Ç A O

A criação é a segunda fonte de renda da população; seu valor foi de seis milhões de cruzeiros em 1973.

O rebanho pode ser avaliado em 80.000 cabeças. O gado bovino é o rebanho mais importante e o único de que se sabe ao certo o número que é de 36.000 cabeças. (3)

Lagoa Real e Pajeú possuem os maiores rebanhos.

Os outros rebanhos podem ser avaliados em: (4)

15.000 suínos
15.000 caprinos
10.000 ovinos
4.000 outras espécies

O rebanho que já foi avaliado em 95.000 cabeças, em realidade cresceu, pois este número incluiu a criação de Igaporã que é município grande criador. Agora com os seus 80.000, acusa acentuado aumento; era de 49.000 em 1960. Para este aumento tem concorrido a ação do Banco do Brasil, ampliando o crédito aos criadores.

Como produtos derivados da criação os mais importantes são queijo, requeijão manteiga (frita em litros), leite e banha. Destes, o que ocupa o 1.º lugar é a produção de toucinho e banha, seguindo-se a de queijos de coalho, notadamente os de Lagoa Real.

Também a criação de galinhas produz boa quantidade de ovos, 76.000 dúzias em 1963, número que pode ser considerado atual (1975). As aves de granja começam a aparecer no mercado vindas de Conquista.

Todos estes produtos destinam-se ao consumo da população ou, quando muito, vendem aosromeiros nos meses da romaria.

Para o consumo abateram-se (1965) 1.551 bovinos, 1.986 suínos e 841 ovinos e caprinos, número que também pode ser considerado atual, ou com ligeiro aumento. (5)

E C O N O M I A

MINERAIS

O município possui ametista, manganês e cristal.

Já produziu ouro, mas este minério não se explora atualmente.

Sua principal produção mineral é de ametistas. O distrito produtor é o de Brejinho onde as pedras roxas foram descobertas em 1873. Não foi logo iniciada a exploração, o que só veio se tornar realidade no começo deste século. Durante muitos anos, uma Companhia Alemã deteve a exploração e o comércio de ametista e topázio que é a ametista queimada, calculando-se que exportam para a Alemanha uns 2.000 k. por ano, até que o registro das minas em 1932 causou pânico e paralisou a exploração por alguns anos. Agora, entretanto, a exploração e o comércio das pedras é feito regularmente, e a sua produção, que não é conhecida, pode ser avaliada em uns 500 k. por ano. (6) A produção, porém, varia muito conforme o mercado do produto. Além da Companhia Alemã, diversos garimpeiros exploram a ametista.

Manganês — Duas Companhias, a SIBRA (Siderúrgica Brasileira) e a Mineração Urandi exploram o manganês.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo levantamento realizado pela Prefeitura em 1973, existiam entre advogados, médicos, dentistas, farmacêuticos, comerciantes, contadores, alfaiates, mecânicos, hoteleiros, etc., etc.

205 na sede
38 em Brejinho das Ametistas
32 em Maniaçu

3 — Dados fornecidos pela GERFAB (Grupo Executivo de Erradicação da Febre Amarela na Bahia).

4 — Números aproximados atendendo-se as avaliações anteriores.

5 — Muito difícil conseguir-se informações estatísticas atuais.

6 — Cálculo de um pedrista do meu conhecimento, em 1975.

29 em Pajeú
23 em Lagoa Real
16 em Caldeiras.

Estabelecimentos comerciais — pelo valor do giro de negócios, levantamento da Agência de Estatística em 1969 (cruzeiros, em números arredondados)

milhões de Cr\$

Distrito sede — 68 — 540
Pajeú do Vento — 22 — 131
Brejinho — 6 — 20
Lagoa Real — 12 — 12
Maniaçu — 11 — 11
Caldeiras — 12 — 7

Em 1973, por levantamento da Prefeitura, o número de estabelecimentos da sede era de 182.

Banco do Brasil — A Agência do Banco do Brasil foi inaugurada em 1943; funcionou no Largo do Alegre depois na rua Barão até que o Banco construiu o moderno e luxuoso prédio à Avenida Santana, em 1971. Atualmente, é uma Agência classe F com 38 funcionários (1975).

Receita do município (1975) Cr\$ 2.400.000,00

Em 1973 havia na cidade:

6 médicos
5 dentistas
3 farmácias
3 contadores
4 advogados.

SERVIÇOS PÚBLICOS

COMUNICAÇÃO

Correio — O serviço de correio foi o primeiro a ser estabelecido; data de 1832.

Brejinho, Caldeiras e Lagoa Real já tiveram serviço postal e o primeiro também uma agência telefônica, estas agências foram fechadas pela Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos, funcionando a de Brejinho só a parte postal, com atendimento de uma viagem semanal e servida por um funcionário da Prefeitura. Em 1974 a Empresa localizou Postos de Correio em cada uma das sedes distritais cuja despesa ocorre por conta da Prefeitura.

Telegrafo — Inaugurou-se o serviço telegráfico em 1896; a sede própria destes serviços só foi construída em 1952, na praça Dr. Deocleciano Teixeira — ou o que restou dela depois de algumas construções em torno do prédio.

Telefone — Em 1966, inaugurou-se um serviço telefônico urbano, particular, que continua funcionando com 181 aparelhos.

Rádio Transmissão — O serviço de rádio da Polícia foi instalado em 1953, mas esteve interrompido por anos; agora (1973) é que voltou a funcionar.

Televisão — Um grupo particular trouxe até a cidade o Canal 5 da TV Itapevan, de Salvador, em 1972; entretanto, depois de funcionar mal e precariamente, foi interrompido; voltou depois de algum tempo com o Canal 4 da TV Aratu mas continua ruim. (1976)

OUTROS SERVIÇOS

Iluminação — A cidade possui iluminação elétrica desde 1922. Funcionou até 36 com uma caldeira a lenha. Restabelecida em 49 a óleo cru, funcionou com interrupções até ser extinta em 65. Dois anos depois, foi inaugurada a luz e energia da usina hidro elétrica de Correntina, sistema permanente, superintendido pela Coelba.

A vila de Brejinho já é também servida pelo sistema de Correntina, inaugurado em 1975.

Alguns distritos já tiveram iluminação elétrica, serviço precário que logo acabou; agora, porém, além de Brejinho, Pajeú do Vento vai ser beneficiado com luz e energia, serviço a ser executado ainda este ano. (76)

Água — Embora não exista ainda um serviço de tratamento da água, a canalização é um serviço dos mais antigos, foi inaugurado em 1919, com um reservatório no riacho das Pedreiras de 600.000 litros e 2.700 metros de canos. Como este serviço já não atendia ao crescimento da cidade, construíram-se dois outros reservatórios captando as águas do Alegre, mas ainda não é suficiente, estando em estudo uma ampliação do volume d'água e da instalação de nova tubulação. O serviço que era municipal passou a ser propriedade da Embasa. Este ano (1975) a Empresa abriu 2 poços artesanais um dos quais já canalizado, mas há um projeto — aliás antigo — de captar as águas do riacho da Passagem da Pedra que fica a 12 km. da cidade. Este riacho é da bacia do S. Francisco. Caso isto venha acontecer, ao que consta, Caetité apresentará a originalidade de, estando situada na vertente leste, usar as águas do S. Francisco.

Nos distritos, 12 localidades já têm serviço de abastecimento d'água (1976), uns, captados das nascentes e riacho próximos, outros, de poços tubulares, com chafarizes nas praças onde a população vai apANHAR a água necessária. Brejinho tem canalização para as residências e Pajeú também tem, mas só funciona quando o rio está currendo. Além disto, também fornece água à vila de S. Timóteo, do município de Livramento de N. Senhora, que fica próximo à Jcazeiro, na serra, de onde vem o manancial.

Asseio — A Prefeitura mantém um serviço de coleta de lixo.

Alto-falantes — funcionam na cidade diversos serviços de alto-falantes, sendo um da Prefeitura.

CLUBES SOCIAIS — CINEMA

Caetité sempre teve seus clubes sociais, mas de vida efêmera, sempre surgindo novos que vão preencher a lacuna. Atualmente tem:

Baraúna Tenis Clube — já funcionando em sua sede própria mas ainda sem concluir. Fica num dos extremos da cidade.
Lyons Internacional

Associação Atlética Banco do Brasil — com sede social, piscina, quadra de esportes, privativa dos bancários.
Círculo Operário de Caetité — funciona como órgão de classe e clube social, em sede própria.
Cinema — No cine-teatro S. José do Seminário novo, nas Pedreiras, funciona um cinema.

INSTITUIÇÕES HOSPITALARES

Hospital Regional de Caetité — Inaugurado em 1962 com 27 leitos, 2 enfermarias, 5 apartamentos, é mantido por convênio entre o Estado, a Diocese e o Funrural.

Maternidade Santana — Construída por D. José Pedro Costa, anexa ao Hospital, com 2 enfermarias e 5 apartamentos.

Posto Estadual de Saúde — Em prédio do Estado, na rua Rui Barbosa.

Conjunto Assistencial Antônio Balbino — Este Conjunto assistencial construído no governo do dr. Antônio Balbino, nunca chegou a funcionar integralmente. O prédio foi construído no Largo do Mulungu (como geralmente é chamado o largo, à entrada da cidade, ainda sem nome oficial) e equipado com máquinas e Gabinetes Médico e Dentário, mas o funcionamento foi sempre precário; a lavanderia, não deu resultado (não tinha água); o serviço médico logo foi extinto; as máquinas foram emprestadas ao Círculo Operário, só o serviço dentário continuou até ser também extinto. Em 1975 fechou, estando o prédio servindo para o Destacamento Policial. Os funcionários foram aproveitados em outros órgãos da cidade.

ASSOCIAÇÕES BENEFICENTES

Associação das Senhoras de Caridade de Caetité — Fundada em 1919, em sede própria onde mantém um abrigo para velhos desamparados e crianças. Os meninos são, uns, do tempo em que a Associação funcionou como Maternidade para mães pobres, outros, da Caixa Escolar Constantino Fraga (dois já se diplomaram pela Escola Normal) e ainda outros, do Ambulatório e Posto de Puericultura, todos serviços que já manteve e que por falta de verbas e de pessoal, foi obrigada a fechar.

Para estes meninos (29, em 1976) está construindo o "Lar da Criança", vizinha à sede, já pronto o corpo do edifício, onde eles dormem; as duas salas de frente destinam-se a uma escola ou outra atividade que for possível manter.

Círculo Operário de Caetité — Fundado sob os auspícios de D. José Pedro Costa (1957/69) em sede própria, o Círculo congrega operários de ambos os sexos, atualmente com cerca de 400 sócios; funciona como órgão de classe e como clube social da classe. Na sua sede, na Avenida Santana, já manteve escola primária e de corte e costura para os filhos dos associados, atualmente fechadas.
Sociedade S. Vicente de Paula — Fundada em 1918, em sede própria, na rua S. João, só para velhos.

Luízas de Marliac — Instituída por D. José Terceiro de Souza (1948/57) é um movimento das jovens que visa a amparar a pobreza abandonada.

INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

SEMINÁRIO, IGREJAS E TEMPLOS

Catedral — A antiga Matriz de Santana passou por duas importantes reformas que lhe modificaram inteiramente a feição interna e externa.

Originalmente, tinha duas torres laterais, 5 janelas e 3 portas, de frente. Com D. Mancel (1915/25), passou a ter uma torre central, de 25 m. com 3 portas de fachada. Seu interior pouco mudou, sendo apenas anexadas 2 capelas laterais, para os altares.

Com D. Juvêncio (1927/46) passou por outra reforma mais completa; continuou com a torre central mas os lados foram levantados proporcionalmente; adquiriu cerca de 3 metros de terreno para o altar-mór que forma uma rotunda; tirou o pequeno muro que circundava o adro e ao mesmo tempo, com o aplainamento da praça, ficou mais alta que os terrenos que a cercam. Abriram-se 21 janelas laterais bem altas, com vitrais coloridos, em forma de cruz que lhe dão belo aspecto. No interior, foi embelezada por arcadas amplas e harmoniosas, dois coros, monumental altar-mór de cimento armado e bela pintura.

Possui ricos ornamentos, lustres, prataria, linda Pia Batismal, oferta da pintora Lucila Fraga, magnífico órgão, oferta do dr. Constantino Fraga que também ofereceu o relógio de sua torre que bate quartos e horas, lindos quadros da Via Sacra, oferta do dr. Jacinto Silveira. A grande imagem de Santana que domina o altar-mór foi oferecida pelo Capitão Carvalho, rico proprietário do baixio, no século passado.

Igreja S. João — Situada na pequena praça e rua do mesmo nome, foi construída por um devoto do Santo, chamado José Porto, em 1847.

Igreja de S. Benedito — Situada na rua Barão de Caetité, foi construída como capela pela avó do Barão, Emerenciana Gomes, mulher de José Antônio Gomes, o Bota. Foi inaugurada em 1831. (1) Segundo outra fonte, (2) a construção se deve à mãe do Barão, Antônia Sofia Gomes.

A capela foi construída, dotada e também fundada a Confraria de S. Benedito, a que pertenciam seus escravos e de outros senhores.

Em terrenos do fundo e do lado da capela ficava o cemitério de S. Benedito, dos escravos e da pobreza e que foi interditado ao tempo da construção do cemitério civil em 1890.

As capelas são: do Palácio do Bispo; do Cemitério; do Morro do Observatório e a do Seminário.

Igreja Evangélica Presbiteriana — Fundada por missionários americanos, em 1912, na praça dr. Deocleciano Teixeira.

Igreja Batista — Construída recentemente, por um grupo de adeptos.

1 — Segundo informação oral de Sadi Gumes, em 1973.

2 — Professor Sílvio Gumes Fernandes, sobrinho de Sadi, radicado em S. Paulo e também estudioso da história de Caetité.

Centro Espírita Aristides Spínola — Fundado em 1905, na rua 2 de Julho.

Loja Maçônica — Em sede própria, na Avenida Santana.

Seminário Diocesano — Construído e instalado por D. José Pedro Costa, nas nascentes do riacho das Pedreiras, para substituir o antigo Seminário da rua Barão, muito central e que tinha sido inaugurado em 1967. Consta de 3 pavilhões, um para salas de aula, outro para dormitório e o terceiro com 8 apartamentos, sala de estar e secretaria. Junto, construiu também um grande cine-teatro para 1 200 lugares, além de uma casa de residência próxima, ocupada pelas freiras.

O Seminário, entretanto, está fechado. O prédio funciona como Centro de Treinamento de Leigos, quando há reuniões e, ocasionalmente, como local de cursos da Secretaria de Educação, ou Retiro do Clero, uma vez por ano.

No antigo Seminário, na rua Barão, funcionam atualmente (1976) a agência do Instituto Mauá e as Escolas Reunidas Seminário S. José. Afundou por alguns anos o Ginásio e Escola Comercial do padre Raimundo dos Anjos e será o local de funcionamento da futura Faculdade de Educação que o atual Bispo D. Eliseu de Oliveira (1975) está tratando de instalar na cidade.

C A P Í T U L O V I

FREGUESIA DE SANTANA DE CAETITE

A freguesia de Santana de Caetité, criada em 1754, destacada da de Rio de Contas, já foi imensa; atualmente é bem pequena; além da cidade, abrange 12 capelas:

- 5 no distrito sede — S. João, no povoado do mesmo nome
Sto. Antônio, em Monsenhor Bastos
N. S. da Conceição, em Palmital
Sta. Luzia, no povoado do mesmo nome
N. S. do Rosário, em Aroeiras;
1 em Brejinho das Ametistas — N. S. da Ajuda, na vila
2 em Lagoa Real — N. S. da Vitória, na vila
2 em Maniaçu — S. Pedro do Riacho, no Espírito Santo
N. S. da Abadia, em Lagoa Grande
1 em Pajeú do Vento — S. José, na vila
1 em Ubiracaba — Sta. Bárbara, na vila. O distrito de Ubiracaba pertence ao município de Brumado.

O distrito de Caldeiras é sede da freguesia de N. S. da Conceição.

VIGARIOS

Desde a sua criação até os nossos dias, a freguesia de Santana de Caetité teve os seguintes vigários:

Padre Câmara — Ignoram-se as datas de sua atuação mas era o Vigário quando se criou a freguesia
Padre José Machado Couto — 1767/93
Padre Nicolau Pedro de Souza — 1796/1821
Cônego Sabino Gomes de Azevedo — 1821/43
Padre Policarpo de Brito Gondim — 1843/77
Padre Manoel Benvido Sales — 1877/97
Padre José Leandro de Oliveira — 1897/1901
Padre José Joaquim Nogueira — 1902/04
Padre Pedro de Alcântara e Albuquerque — 1905/08
Monsenhor Luis Pinto Bastos — 1908/45
Monsenhor Osvaldo Pereira de Magalhães — 1945 — Atual titular.

Desde a sua criação, muitos sacerdotes trabalharam nesta freguesia como vigários da Vara ou Forâneos, Encomendados, Coadjuutores, Professores entre os quais: Manoel José Gonçalves Fraga, Manoel Pereira Rebordões, Queiroz Osório, Cesário de Melo, Pedro Orlando Jacobá, Joaquim Pedro Garcia Leal, Manoel da Costa Dantas, José Pinheiro Pinto, Joaquim do Vale Pereira, Antônio do Vale Queiroz, Liberato Geraldo Fagundes, Délio Almeida, Luis Soares Palmeira, Aurelino Pereira de Andrade, Ademar Cardoso Neves, Homero Leite, Raimundo Antônio dos Anjos, etc.

SACERDOTES FILHOS DE CAETITÉ

Policarpo de Brito Gondim *
 Possidônio de Brito Gondim *
 João Nepomuceno Vilas Boas *
 Florentino *
 Antônio Bento Costa *
 Nicéforo de Moraes *
 Manoel Higino da Silveira (Cônego) *
 Durval Soares de Sales *
 Valdemar Moreira da Cunha (Monsenhor) *
 Liberato Geraldo Fagundes *
 Osvaldo Ferreira de Magalhães (Monsenhor) *
 Ademar Cardoso Neves — Secretário do Bispo.

Desde a criação da freguesia, entre os diversos sacerdotes que passaram por ela, três deles saltaram-se pela sua atuação e ação social exercida durante um longo tempo na vida de Caetité; foram o Cônego Sabino Gomes de Azevedo, o padre Policarpo de Brito Gondim e o Monsenhor Luis Pinto Bastos.

Cônego Sabino Gomes de Azevedo. — Era um dos filhos do fidalgo mineiro Comendador Domingos Gomes de Azevedo que, no fim do século XVIII, chegou à região, vindo do Tijuco (Diamantina), fugindo das perseguições que se desencadaram após o movimento da conspiração mineira.

Logo depois da instalação da vila, em 1810, o padre Sabino foi nomeado vigário forâneo e, em 1821, vigário colado da freguesia; já era Cônego.

Foi o orientador das providências a fim de ser efetivada a criação da vila que se arrastava desde 1801 e das providências nos primeiros tempos, um espírito moderado e justo, pessoa de grande cultura e de fino trato. Exerceu, assim, grande influência na vida da nova vila, juntamente com seu irmão Joaquim Venâncio. Morreu repentinamente, em 1843, logo depois de terminada a missa da festa de Santana, em que ele tinha feito um belo sermão.

Padre Policarpo de Brito Gondim — V. os chefes.

Monsenhor Luis Pinto Bastos — Nasceu em Parateca, município de Carinhanha, a 17 de novembro de 1883.

Seus pais foram Sinésio Joaquim Bastos e Maria Inácia Ferreira. Seus irmãos foram outros filhos: Homero, Clovis, Francisco e Angélica; esta não se casou. Os irmãos todos se casaram na região, constituindo uma grande família com numerosos descendentes.

Em 1908, o jovem padre Luis foi empossado na paróquia de Santana de Caetité, cargo que exerceu durante 37 anos, até a sua morte em 31 de março de 1945.

Homem de grande cultura, inteligente, grande orador, sacerdote virtuoso, militava politicamente ao lado do dr. Deocleciano Teixeira e depois do dr. Ovidio. Personalidade forte, foi amado e combatido, mas nunca se omitia, era amigo dos seus amigos, energético e autoritário, sua influência foi grande, tanto no meio religioso como no social e político. Dele disse "A Pena": "caráter altaneiro, cultura invulgar, muito honrou a posição que ocupou, aliás suas atividades ultrapassaram o âmbito propriamente religioso para intervir na vida política e social de Caetité".

Ao chegar, organizou uma filarmônica, a Lira Caetiteense, com os instrumentos e elementos remanescentes anteriores que foi regida por Emílio Elísio da Silva, músico caetiteense e depois por Guilherme Dantas de Araújo, músico do 1.º Corpo de Salvador.

Em 1912 foi o principal articulador do estabelecimento dos Jesuítas em Caetité com o Colégio S. Luis Gonzaga, bem como influuiu fortemente na criação da Diocese nos anos seguintes, visando ao fortalecimento da religião católica, justamente quando os americanos instalavam a 1.ª igreja protestante do alto sertão, com o Colégio Americano para rapazes e moças.

Politicamente foi Conselheiro Municipal, Presidente da Câmara, Intendente de agosto de 1919 a maio de 1920, na época de graves perturbações políticas no Estado, no governo do dr. J. J. Seabra. Eclesiasticamente, foi Consultor Diocesano em 1918; Vigário Capital, Cônego em 1925 e Monsenhor em 1928.

Ao morrer, deixou sua casa de residência, sita na praça de Santana para morada paroquial do vigário da freguesia. Sua morte ocorreu da depois de poucos dias de doença — talvez devida a peritonite aguda — foi sentidíssima. Naqueles tempos de difícil comunicação, não foi possível procurar uma capital com recursos médicos que talvez lhe tivessem prolongado a existência.

DIOCESE DE CAETITÉ

A Diocese de Caetité foi criada em 1913, instalada a 28 de fevereiro de 1915, com a posse de seu 1.º Bispo D. Manoel, por procuração passada a Monsenhor Luis Pinto Bastos, tendo D. Mancel chegado neste mesmo ano.

Desde a sua criação já teve 6 titulares:

D. Manoel Raimundo de Melo — 1915/25
 D. Juvêncio de Brito — 1927/46
 D. José Terceiro de Souza — 1948/57
 D. José Pedro Costa — 1957/69
 D. Silvério de Albuquerque — 1970/73
 D. Eliseu Gomes de Oliveira — 1974.

A Diocese era enorme. Em 1967, por sugestão de D. José Pedro Costa, foi dividida criando-se a de Livramento de Nossa Senhora, que ficou com 19 municípios, sendo ainda cedidos Andaraí, Lençóis e Palmeiras para a Diocese de Rui Barbosa.

A de Caetité ficou com uma área avaliada em 45.000 km² e 600.000 h. (na época) segundo calculou D. José Pedro, abrangendo 27 municípios:

Caetité	Brumado
Aracatu	Caculé
Bctupora	Candiba
Boquira	Condeuba

Cordeiros
Guanambi
Ibiassucé
Igaporã
Jacaraci
Licínio de Almeida
Malhada
Malhada de Pedra
Macaúbas
Mortugaba

Palmas de Monte Alto
Piripá
Pindai
Presidente Jânio quadros
Tremedal
Riacho de Santana
Rio de Antônio
Sebastião Laranjeiras
Urandi

O S B I S P O S

D. Manoel Raimundo de Melo

Nasceu em Capela, Se. em 4-2-1872

Chegou em 29 de abril de 1915, com toda a família, mãe viúva, três irmãs solteiras e um irmão padre, já tinha duas irmãs religiosas. Como não foi possível estar presente na data marcada, tomou posse em 28 de fevereiro por procuração passada a Monsenhor Bastos, que era o Vigário.

Seu maior desejo era que todas as irmãs seguissem a vida religiosa e após a morte de sua mãe, a boníssima d. Maria Rosa, que ocorreu na cidade, em 1920, pressionou-as de tal modo que acabaram entrando todas para a Ordem do Bom Pastor.

D. Manoel era um original, em matéria de construção não ouvia opinião de técnicos nem de ninguém; até mesmo para medida das alturas dos muros, das janelas, tudo era condicionado à sua pessoa que era de grande estatura.

O antigo palácio tinha um pátio interno circundado por um muro que servia bem para ele se debruçar, mas que para o seu sucessor, que era baixo, ficava-lhe ao nível do rosto.

Com o tempo foi ficando tão gordo que não cabia numa cadeira grande, de braços, nem havia mais animais que o aguentassem para viagens, razão pela qual fez apenas uma visita pastoral à Diocese, que era enorme e chegava até as Lavras Diamantinas.

Era um grande trabalhador e tinha visão das cousas futuras. Ao chegar, tudo precisava ser feito, e ele mandou buscar operários em Sergipe e deu início à reconstrução de uma casa para servir de Paço Episcopal. Até que ficasse pronta, morou na casa que é hoje (1975) de Maria Pinho de Castro (antes de ser reformada e dividida) na praça de Santana.

Reformou a Matriz; construiu um prédio para ser instalado um colégio de freiras para educação feminina, com internato e externato; adquiriu um grande terreno à rua Barão, para futuro seminário; um grande terreno em frente ao colégio das Irmãs, uma fazenda, nos arredores da cidade, a que deu o nome de Flor da Índia, para a Diocese.

Depois de pronto o prédio do colégio, foi ao Rio de Janeiro e achou dificuldades em trazer freiras que se destinavam ao ensino, à força de argumentos, conseguiu, com grande empenho, que religiosas do Bom Pastor viessem abrir uma casa de educação para moças. Foi uma concessão especial da Ordem permitir a fundação do colégio, mas por pouco tempo (1919-25), pois não sendo do espírito da Ordem o ensino — é uma Ordem para reformatório feminino — foi o mesmo fechado.

Com a morte de sua mãe e a entrada para o convento de suas irmãs, foi ficando cada vez mais isolado e misantropo; tinha brigas memoráveis com os empregados e com os trabalhadores. Não saía do palácio, mas tomava parte da vida da cidade, conversando na janela com os que passavam. Não tolerava o agrupamento que se fazia na esquina do palácio; mandou instalar uma torneira que abria quando as vózes se elevavam.

Entre as suas peculiaridades deve-se o fato de ser Caetité coberto de mangueiras. Quando aqui chegou não havia mais que algumas mangueiras, árvores velhas e de frutos azedos. Ele mandava buscar caixote e mais caixotes de mangas de diversas qualidades, em Sergipe. E, ao parar uma pessoa para uma conversa, ou ao se despedir de alguma visita, ofertava-lhe uma manga com a indicação do nome e com a recomendação "coma a fruta e plante o carozo". E não se esquecia nunca de indagar pela planta.

A princípio se achava graça e jogava-se o carozo fóra, e ele, ao saber disto, não se indignava; dizia, invariavelmente: "aqui tem outra manga (ou outro carozo quando a remessa tinha acabado) plante"; e assim fazia vezes sem conta, até que a pessoa-premiada por tanta insistência, plantava e ia dando notícia da planta.

Elisa Castro, a tão querida Isa, (faleceu solteira, em Salvador, em idade avançada, em 1966, filha de D. Iaiá Castro, uma das grandes matronas de Caetité, católica, apostólica romana), não gostava de plantar, tinha horror à jardinagem; uma vez em que era indagada por D. Manoel "se plantou", ficou envergonhada e respondeu afirmativamente; sim, tinha plantado. Daí em diante passou a dar regularmente notícia da mangueira imaginária até que não aguentou mais e confessou a verdade. Imediatamente D. Manoel retrucou: "tome este carozo e plante". Ela plantou e conheci esta linda mangueira que Isa morava sempre contando a história. Ele mesmo foi um grande plantador de mangueiras, enchendo todos os terrenos da Diocese.

D. Manoel tinha pelo Colégio da Imaculada Conceição e pelas internas, carinho de pai. Uma vez por mês ia fazer uma visita, que era sempre acompanhada de uma carga de frutas, que variavam conforme a época; nós, as internas, adorávamos a visita pela folga da tarde inteira e pelas frutas.

Recebido em Caetité como acontecimento de suma importância, chegou com sincero desejo de ser amigo de toda a população, de ambos os partidos políticos; não tardou a tomar conhecimento da doutrina espírita professada pelos Gumes, que editavam o jornal "A Pena". Ficou indignado e em 26 de julho de 1918, dia da festa da Padroeira, lançou uma ex-comunhão com toda a encenação da época, proibindo a leitura d'"A Pena" por todos os católicos. Diz "A Pena" daquela data: "até que a 26 de julho mandou o Bispo ler na missa uma pastoral excomulgando "A Pena". Tal imprudência deu lugar a protestos unânimes, mesmo dos católicos. Tal foi a repercussão que ele perdeu muito prestígio até renunciar".

De fato, no isolamento de seus últimos anos, não podia continuar; resignou em 1925, voltou ao seu Estado, onde faleceu em 1947.

D. JUVÊNCIO DE BRITO

Nasceu em Porto da Folha, Se. em 2-8-1886.

Nomeado Bispo de Caetité, em 1927, tomou posse no mesmo ano. Durante o intervalo, entre a retirada de D. Manoel e a chegada de D. Juvêncio, o serião estava passando por uma fase de melhoramentos em que avultava o uso do automóvel nas primeiras e rudimen-

tares estradas de rodagem; a cidade também tinha melhorado, principalmente pela abertura da Escola Normal, em 1926.

D. Juvêncio veio só e talvez por esse motivo não se adaptou bem; viajava continuamente, gastando cerca de 4 meses do ano em visita pastoral que fazia todo ano em toda a Diocese, vindo, ocasionalmente, à sede por poucos dias. Depois ia ao Rio ou a Salvador, ou ainda ia atender compromissos e em visita à sua família; ao todo, talvez não passasse três meses na cidade. Ia e voltava, mas estava sempre presente pelos atos da Semana Santa e dos festejos da Padroeira. E de cada vez que chegava era alvo de uma manifestação popular e religiosa. Gostava de receber visitas e as retribuía cuidadosamente. Preo. cupava-se muito com o que falavam dele e nos sermões — não era bom orador — sempre tratava do tema.

Fisicamente era baixo, gordo, atarracado, moreno bem sanguíneo. Organizado, detou uma escrita perfeita na Diocese. Planejando bem, executou a reforma da Catedral que D. Manoel deixou "uma tristeza", segundo um plano bem orientado pelos técnicos, operários e pintores que mandou buscar em Sergipe. Conseguiu um belo templo que é a Catedral, cujo defeito único é a falta de acústica. E conseguiu só com os recursos da Diocese e entre os paroquianos da cidade; nesta ocasião vendeu a Flor da Índia para terminar as obras.

D. Juvêncio não construiu o Seminário, mas manteve no Paço Episcopal alguns seminaristas, que se ordenaram, entre os quais o atual Vigário da freguesia, Monsenhor Osvaldo Pereira Magalhães. Durante sua permanência, funcionou o colégio do SS. Sacramento, 1930-52.

Cacitê é de modo geral, uma cidade católica, onde o Carnaval nunca tinha sido festejado. Durante a permanência de D. Juvêncio, os novos elementos da sociedade local — Banco do Brasil e Escola Normal — ensaiaram comemorar a data, o que foi logo vetado pela Igreja; novas tentativas foram feitas, até que se organizou uma ampla frente dos festejos, com préstito e bailes. Logo depois D. Juvêncio expulsou das Irmandades religiosas todas as pessoas que não só tomaram parte mas também as que somente foram ver os carros e as fantasias, o que resultou numa grande celeuma na cidade.

D. Juvêncio era um belo tipo de Bispo, muito solene, um Príncipe da Igreja; acabou sendo muito querido por todos, uma simpatia, sem muita aproximação.

Em 1946, foi transferido para Garanhuns, Pe. Faleceu em Recife, em 1954.

D. JOSÉ TERCEIRO DE SOUZA

Nasceu em Boa Viagem, Ce.: em 7.7.1910. Tomou posse em 1948.

D. José Terceiro foi um Bispo operário, tendo passado de simples vigário ao bispado; não tinha nem a formação nem o aprimoramento que se espera encontrar neste alto cargo; em compensação, porém, é dotado de um dinamismo extraordinário, desprezando completamente as honras de sua hierarquia, com uma simplicidade que encantava e fazia dos seus diocesanos verdadeiros admiradores.

Sua chegada foi precedida de muitas cartas anônimas e versos ferinos em que ele era descrito como o próprio Satanás; depois se soube ser o resultado de violenta disputa em Russas, onde era vigário, com os espíritos locais. Mas quem recebeu, guardou reservas e a sua chegada foi assinalada por grandes festas e a todos conquistou com a sua mocidade — tinha 38 anos — simpatia e simplicidade.

Veio com toda a família ou pelo menos grande parte dela e sua residência deixou de ser um severo Paço Episcopal para ser antes uma casa aberta a todos, a qualquer hora, com sua família e alguns seminaristas que logo arranjou.

Entre as necessidades da Diocese a mais premente, sempre foi a falta da padres. D. José quis remediar de pronto, trazendo alguns padres do norte, do Ceará, principalmente. Esta iniciativa não deu bons resultados.

D. José Terceiro viajava muito, sempre dirigindo um jeep, mas não se demorava e passava a maior parte do tempo na sede. Ele mesmo instalou um serviço de alto-falante no palácio e falava aos seus diocesanos duas vezes ao dia; rezava o terço e tocava belas músicas. Suas viagens sempre visavam a arranjar verbas nos Ministérios e Secretarias; lançava campanhas sucessivas, sempre dinâmico, fazia visitas pastorais.

Sua meta principal foi a construção do Seminário e como as necessidades eram grandes, pedia muito, em campanha uma após outra. Excelente mecânico, ele mesmo fazia os consertos no jeep em que andava por toda a parte, com a batina toda suja de praxa e de manchas quando em trabalho pesado — um batalhador neste sertão hostil; embora fora das funções que se esperava encontrar num Bispo, mas ainda assim, um lutador.

Sua margem de tolerância religiosa era pequena e quase ia reeditando a disputa do Ceará com o reverendo Augusto Araújo, pastor da Igreja protestante presbiteriana. Depois de muitos dias de "conversas" no alto falante, em que fazia referências pouco-lisonjeiras ao pastor e a sua igreja e que no horário próprio eram mais ou menos respondidas pelo reverendo Augusto, numa manhã de Páscoa, quando a procissão passava em frente à igreja protestante, num claro desvô da róiá tradicional das procissões, alguns fiéis exaltados jogaram pedras nas janelas. A reação foi grande e D. José Terceiro sentiu que não havia clima para lutas dessa espécie e recolheu-se, acabando com o incidente.

A santa simplicidade do seu espírito religioso sempre se mostrou pronta para ganhar almas para a religião; possuía — e possui ainda — as virtudes verdadeiramente cristãs.

Tão modesto era D. José Terceiro que, alguns dias depois de sua chegada, indagou de alguém onde ficava um sapateiro e ele próprio foi à tenda levar o sapato para o conserto.

Dinâmico e trabalhador, adquiriu para a Diocese a propriedade de Jatobá, sempre lamentando a venda da Flor da Índia. Desta aquisição se contava na época, que ao tratar do preço, o proprietário Antônio Villas Boas, disse-lhe: "Seis" e ele achando baratíssimo, não podendo imaginar que amanhã terra custasse seis mil cruzeiros (seis cruzeiros atuais), apressou-se a responder: "fico pelo sessenta mil". Ficou e lá trabalhou junto com os jornalheiros, mas não conseguiu formar uma propriedade, esta parte dos gerais, de terrenos arenosos, é improdutivo, pelo menos sem uma técnica agrícola apurada. Depois de sua saída, foi vendida mais para aproveitamento do aramê e depois dividida em vários trechos.

Vendeu o colégio às freiras do SS. Sacramento, que aí manteve ram um colégio até 1952.

Construiu o Seminário, na rua Barão, no terreno adquirido para este fim por D. Manoel, mas não chegou a pô-lo em funcionamento; reconstruiu o Paço Episcopal, fazendo um prédio de dois pavimentos. Não ouvia técnicos nem construtores; seu estilo era para a soalheira

Como administrador experiente e político, embora não militante, compreendeu logo que precisava de boas verbas para fazer funcionar o Hospital, pronto e equipado, mas, até então, fechado, e o Seminário, ainda sem instalar desde D. Manoel. E com suas boas relações nas altas esferas, conseguiu, não tanto quanto desejava, mas condições bastantes, ao menos, para começar. Acabaram-se os pedifórios de D. José Terceiro, o que foi mesmo um alívio para o meio pobre da cidade.

A ação de D. José Pedro foi constante e segura, no sentido de melhorar as condições reinantes de lugar pobre e afastado dos grandes centros. No espaço de onze anos em que aqui esteve realizou ou possibilitou a realização de obras de vulto.

Inaugurou o Seminário da rua Barão e depois transferiu-o para um novo prédio; construiu anexo ao antigo colégio das freiras, dependências amplas para internato, salas de aula, capela e morada para as freiras Mercedárias, que abriram o Instituto S. José, com internato e cursos primários, de música, prendas, arte culinária e costura e recebia internas que estudavam na Escola Normal; depois as freiras foram pagando parceladamente à Diocese até quitarem o débito.

Organizou o Círculo Operário, orientou e ajudou construir seu prédio sede; conseguiu a construção de 10 casas populares, não tendo conseguido outras mais por lhe ter faltado apoio da Prefeitura quanto ao terreno; construiu o prédio onde funcionou a Agência do Banco do Brasil, até mudar-se para sua sede própria e onde agora funciona a Coletoria Estadual; adquiriu uma grande área nos arredores da cidade, nas nascentes do riacho das Pedreiras, onde construiu um prédio grande e adequado para o Seminário, que abrange pavilhões de salas de aula, pavilhão de dormitórios e refeitórios, pavilhão com 8 apartamentos para os padres, secretaria e sala de estar; construiu junto um vasto cine-teatro com 1.200 lugares; comprou, contigua ao Seminário, uma casa de morada, que destinava para residência dos padres velhos, pobres e solitários da Diocese como por vezes existem.

Era seu pensamento construir uma capela e fazer do local um centro de retiro e descanso para os que desajassem aí passar os domingos e dias santificados, à semelhança do Retiro de S. Francisco, em Salvador. Infelizmente, foi transferido pouco tempo depois de terminar o prédio, sem a capela e sem aparelhamento do cine-teatro e não pôde realizar tão belos projetos.

O Seminário em que ele depositava tanta esperança, funcionou como Ginásio para os seminaristas, por poucos anos e acabou sendo fechado; é hoje Centro de Treinamento de Leigos e 3 freiras residem na casa de morada, uma das quais trabalhava no Hospital e outra na Catequese; mas já foram embora (1976).

Para o Hospital Regional, entrou em entendimento com dois jovens médicos caetiteenses, recém-formados e que até agora (1976) permanecem à frente dos serviços como Diretor anestesista e clínico, dr. Vóquitor Fernandes Teixeira, e como operador e clínico, dr. José Carvalho Costa. Em 1961 o Hospital entrou em funcionamento, mantido pela Diocese, mediante convênio com a Suvale (Codesvasf) e com o Fumrural, prestando relevantes serviços médicos-hospitalares dando uma assistência aos pobres digna de maior divulgação.

Durante suas estadas na Europa como Bispo Conciliar, D. José Pedro entrou em entendimentos com a Organização Alemã destinada a subvencionar a assistência no mundo, a MISEREOK, conseguindo fundos com que edificou o Seminário e a Maternidade Santana, anexa ao Hospital, com 22 leitos e 5 apartamentos, inaugurada em 1967.

do Ceará, só tinha frente, "uma casquinha", o que no clima da cidade trouxe graves inconvenientes.

O palácio já foi melhorado pelo seu sucessor. D. José Terceiro sempre teve em palácio alguns seminaristas, dos quais conseguiu ordenar alguns.

Na sua gestão organizou uma Semana Eucarística, celebrando o bicentenário da Paróquia de Caeté, em 1954, a que compareceram o Cardeal da Silva D. Augusto Alvaro, o Bispo de Ilheus D. João Rezende e o padre Alvaro Negromonte, que fez uma série de palestras, acontecimento religioso nunca antes registrado.

D. José Terceiro muito trabalhou, lutou e penou nesta Diocese; chegou moço e saiu envelhecido, com apenas oito anos de permanência. Quando chegou era alegre e jovial, gostava de contar anedotas do Ceará; com o tempo ficou menos otimista e foi pena que antes de sua saída se iniciassem as obras da praça e do palácio, preparando-se para a chegada do seu sucessor, o que lhe pareceu uma falta de consideração e magoou muito.

Deixou muitos amigos e admiradores e se lembra com carinho dos anos que aqui passou. Recentemente visitou a cidade, terminando aqui, em julho de 1974, as festas dos seus 25 anos de ordenação episcopal.

Foi transferido, em 1957, como Bispo Auxiliar de Salvador, pela sua operosidade, porém ficou poucos anos, sendo nomeado para Penafiel, onde ainda permanece.

D. JOSÉ PEDRO COSTA

Nasceu no Sêro, Mg., em 19-10-1913. Tomou posse em 1957.

Foi um dos grandes acontecimentos de Caeté a nomeação de D. José Pedro Costa, que ocupava em Diamantina os cargos de Diretor do Museu do Diamante, Diretor do Colégio Diamantinense, professor de teologia do Seminário Arquidiocesano de Diamantina e havia sido também Vigário Coadjuutor da cidade.

Quando foi nomeado, logo após a transferência de D. José Terceiro, as autoridades municipais puseram-se em campo para tornar a praça de Santana um logradouro apresentável — pois era uma tristeza! — para o bispo mineiro, amigo do Presidente Juscelino — quem sabe, talvez o Presidente em pessoa pudesse vir! — e o Prefeito atacou o serviço da praça onde fica o Paço Episcopal; o tempo era pouco de modo que não se pôde esperar a saída de D. José Terceiro.

D. José Pedro foi recebido com entusiasmo, a princípio menos por ele mesmo do que pelas suas altas relações políticas, mas logo se impôs por si mesmo, desdobrando sua personalidade forte e seu saber profundo. Assombrou a pequena comunidade caetiteense — pequena mas com foros de cultura — respondendo com brilhantismo e substanciais improvisos às manifestações de todas as classes e associações religiosas durante uma semana. E um orador de grande talento.

Pessalmente é de uma simplicidade que encanta. Gosta de contar anedotas, de jogar buraco e relatar, com muito espírito, as vicissitudes de suas peregrinações tanto pela Diocese como pelo mundo, por onde tem andado.

D. José Pedro trouxe uma irmã casada para dirigir o palácio — que por sinal ficou viúva durante sua permanência em Caeté, com uma filha única, a simpática Lílca, tipo da mulher mineira simples e encantadora: logo deu outra feição ao Paço Episcopal, retirando o alto-falante e quando pôde, adquiriu um bom aparelho para ser usado na igreja e em solenidades.

Dinâmico e bom planejador, D. José Pedro percorreu a Diocese diversas vezes e verificou a ineficiência advinda de sua enorme extensão tendo proposto a sua divisão, o que foi realizado em 1967, quando foi instalada a Diocese de Livramento de Nossa Senhora, que ficou com 19 municípios. Mesmo assim o que ficou para a de Caetité é ainda muito, 27 municípios.

Uma das maiores necessidades da Diocese sempre foi a falta de sacerdotes. Para todos 27 municípios, D. José contou apenas com 10 padres: na sede e em Riacho de Santana, Macaúbas, Guanambi, Palmas de Monte Alto, Urandi, Caculé, Jacaraci, Brumado e Condeuba; muitos desses sacerdotes já velhos, doentes e cansados de um longo apostolado.

Culto e erudito, D. José Pedro é um dos grandes valores da Igreja; assinala-se ter sido uma de suas pastorais "Caminhos da Igreja", vertida para a língua italiana, em 1965 e divulgada na Itália.

D. José Pedro tinha um carinho extraordinário ao Hospital e à maternidade, visitando-os diariamente, quando estava na cidade, levando balas para as crianças internadas, quando as havia.

Sua atividade foi grande nestes anos de apostolado, sempre se queixando de ter conseguido tão pouco apesar de todo esforço despendido e da sua vontade de fazer alguma coisa de tudo quanto nos falta: suas realizações, porém, provam o muito que conseguiu.

Foi Bispo Conciliar, tendo comparecido às quatro reuniões do Concílio Vaticano II. Religiosamente segue a ala conservadora da Igreja, não tendo recebido com entusiasmo as inovações litúrgicas e só as pondo em prática com cuidadoso critério, às vezes achado excessivo pelo clero. Mas é muito esclarecido para não encerrar os fatos realisticamente e a sua tolerância religiosa é muito largamente posta em prática, conforme a linha mais autêntica da Igreja.

Sua transferência, a pedido, por desentender-se da orientação da Arquidiocese de Salvador, foi um golpe para Caetité, onde é querido, simo e onde guarda carinhosa lembrança. Foi removido para a Arquidiocese de Uberaba, Mg. como Arcebispo Administrador Apostólico desta importante cidade mineira.

Retirou-se em 11 de fevereiro de 1969, deixando um vácuo dificilmente preenchível.

D. SILVÉRIO ALBUQUERQUE

Nasceu em Olinda, Pe, em 11/3/1917. Tomou posse em 1970. Sacerdote franciscano, fez estudos de humanidades em Bardel, na Alemanha, retornando ao Brasil por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Até ser ordenado Bispo, foi Guardião do Convento de S. Francisco, em Salvador.

Foi nomeado em abril de 1970 e tomou posse em julho do mesmo ano. Trouxe consigo sua velha mãe, D. Laura, de 82 anos. D. Silvério, bem como sua mãe, não se adaptou bem ao clima: chegou ainda com valescente de uma forte gripe, no período mais frio de um ano particularmente frio; conservou-se sempre isolado em palácio, recebendo poucas visitas e não fazendo nenhuma.


Sua estada foi muito curta para qualquer realização, mas mesmo assim mostrou-se um planejador experimentado. Realizou uma viagem à Alemanha Ocidental, onde estudou e entrou em contacto com personalidades da região onde tinha estado como seminarista e de lá trouxe generosos donativos que empregou na regularização das leis trabalhistas do Hospital Regional e da Maternidade, dos médicos e funcionários, cujo atraso no INPS ameaçava fechar ambas as casas.

Sua ação foi principalmente evangélica; transformou o Seminário no Centro de Treinamento de Leigos, conseguindo a vinda de 3 religiosas para o Hospital e para a Catequese e de um frade para a Catequese e trabalho apostólico na cidade e na Diocese.

D. Silvério não chegou a fazer uma visita pastoral, embora tenha visitado muitas cidades da Diocese. Sua chegada a Caetité foi numa ocasião de agitação política, propaganda intensiva de candidatos, alguma violência tão contrária aos costumes da terra, época que todos ainda deploramos, pela troca de insultos e ameaças entre as facções adversárias. D. Silvério impressionou-se muito com a tensão reinante, clamando pela paz na Igreja, nas suas pregações e pela imprensa da Capital ou em entrevistas a enviados especiais que na época aqui estiveram, tendo sido por isso atacado e visto como um "Bispo político". Este fato — e talvez outros mais — criou um clima de isolamento em que se manteve durante sua permanência em Caetité, de modo que sua transferência foi recebida como um fato que teria de acontecer.

Pessoalmente, D. Silvério é de uma encantadora delicadeza, muito afável, bom orador sacro; seu fervor religioso é contagiante.

Enquanto não foi nomeado um novo Bispo, D. Silvério continuou como Administrador Apostólico da Diocese. Em 1970 foi transferido para Feira de Santana, onde tomou posse em 20 de maio.



João Augusto de Lima Rocha

Professor da UFBA e membro do Conselho Curador da Fundação Anísio Teixeira

jrjoaroch@gmail.com

Nascido em Caetité, no início do século XX, Anísio Spínola Teixeira viveu uma infância singular, na tradicional cidade do sudoeste baiano, quando disputavam a primazia da educação local os padres jesuítas, que lá instalaram o Instituto São Luiz Gonzaga, e os protestantes norte-americanos, que lá fundaram o Colégio Americano, a cargo do missionário irlandês Henry McCaully. Anísio foi aluno do São Luiz, até 1914.

Da família do educador são alguns dos grandes divulgadores da doutrina kardecista, a exemplo de Aristides de Souza Spínola, que além de ter dirigido a Província de Goiás, presidiu a Federação Espírita Brasileira. O pai de Anísio, Deocleciano Pires Teixeira, médico, latifundiário, comerciante de pedras preciosas e chefe político, no entanto, era agnóstico.

Em entrevista concedida a Odorico Tavares, em 1952, diz o educador, sobre esse tempo: "...vi-me arrancado das primeiras influências - aquele deísmo austero, revolucionário e republicano - para o catolicismo ultramontano reacionário, que a Companhia de Jesus, ainda sob a influência do golpe sofrido, trazia para o Brasil".

Em 1915, junto com os irmãos Jayme e Nelson, viria para o Colégio Antônio Vieira, em Salvador, onde recebeu grande influência do Padre Cabral, notável tribuno que se encarregou de atraí-lo para o sacerdócio. A firme oposição do pai, no entanto, que o queria político, fez com que fosse para o Rio de Janeiro, a fim de concluir o curso de Direito. Voltando à Bahia, já formado, a influência política do pai garantiu a sua nomeação, em 1924, pelo governador Francisco Marques de Goes Calmon, para a direção da educação baiana. Com 23 anos, quando se inicia como inspetor-geral do Ensino, na Bahia, ainda frequenta a missa e comunga diariamente.

Torna-se amigo de D. Augusto Cardeal da Silva, primaz do Brasil, com quem vai a Roma, em 1925, para as comemorações

do Ano Santo. Talvez seja um dos poucos leigos, até hoje, a ter autorização para se hospedar no Palácio do Vaticano. Nessa ocasião, segundo confessou à família, presenciara um fato que lhe produziu grande dor de consciência: de seu quarto permitia-se a observação da silhueta do sumo pontífice, projetada pela luz num anteparo. Assim, ele podia ver a imagem do papa Pio XI, com a nudez protegida somente pelas sagradas ceroulas!

O processo de seu afastamento da religião inicia-se em torno de 1928. Segundo Luiz Viana Filho: "...depois que perdeu a fé, deixou de acreditar nas verdades reveladas, para procurar as verdades pesquisadas. Era um homem que acreditava que nada é permanente e que, pela pesquisa, pelo estudo, tudo vai evoluindo, progredindo, e é assim que se faz a ciência".

A defesa intransigente da escola pública, que faz de Anísio o mais importante educador brasileiro, levou, entretanto, a que tivesse pelo menos dois momentos de confronto com a Igreja Católica. O primeiro deu-se em 1935, quando Alceu Amoroso Lima e o padre Leonel Franca, importantes líderes católicos, opuseram-se à sua direção na educação

do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Anísio fora para lá em 1931, a fim de substituir Fernando de Azevedo, convidado pelo prefeito Pedro Ernesto.

O segundo, iniciou-se em 1956, após ter ele pronunciado uma conferência em São Paulo, num congresso estadual de professores,

na qual explicitou os princípios da luta pela educação pública. O enfrentamento foi se radicalizando, até que os católicos exigiram explicitamente a sua retirada dos cargos que ocupava na alta cúpula do MEC (diretor-geral do Inep e secretaria-geral da Capes), não sendo atendidos, porém, pelo presidente Juscelino Kubitschek.

Em sua defesa, foi crucial a carta que lhe dirigiu o fiel amigo Cardeal da Silva, a pretexto de defendê-lo de ataques desferidos por uma publicação católica. Na carta, diz o Cardeal: "Foi dolorosa surpresa a leitura do artigo 'A bolchevização do ensino', principalmente por vê-la sob o título de 'Vida Católica'. ...E já agora que sua amizade e confiança me derramou no peito amigo a justa e dolorosa queixa, quero, ainda uma vez, dizer-lhe que quero sempre ser seu amigo, e que realmente sofro em o ver sofrer tais injustiças".

Segundo Luiz Viana Filho: "...depois que perdeu a fé, [Anísio Teixeira] deixou de acreditar nas verdades reveladas, para procurar as verdades pesquisadas"